

III

POBREZA, PROTECÇÃO SOCIAL E POPULAÇÃO

IDeIAS Nº40 – MOÇAMBIQUE NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: COMENTÁRIOS

Carlos Nuno Castel-Branco

Introdução

As Nações Unidas publicaram, recentemente, o Relatório Anual de Desenvolvimento Humano (RDH) que contém o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este índice pretende ser uma aproximação para a avaliação da qualidade de vida dos cidadãos em todos os Países onde a informação pode ser recolhida. Embora, naturalmente, inclua uma componente respeitante ao crescimento económico, o IDH expande a análise para incluir outros indicadores de qualidade de vida, como a educação e esperança de vida ao nascer. A publicação deste relatório teria passado despercebida se não fosse o facto de qualquer variação nos indicadores de qualidade de vida em Moçambique, por mais marginal e insignificante que seja, ser sempre um factor de confrontação política entre os que apregoam que a pobreza está a ser fragilizada e os que, ao contrário, argumentam que fragilizada está a luta contra a pobreza. Este pequeno artigo não vai tomar uma ou outra posição, mas vai comentar o debate para tentar contribuir para voltar a pôr o foco no essencial.

Termos do debate

Assim que foi publicado o RDH/IDH, os meios de comunicação social reagiram e tornaram-se no principal palco do debate. Isto é louvável porque mostra a vitalidade de uma comunicação social que sente o pulsar e os problemas do País e que é interventiva. No entanto, os primeiros artigos focaram-se no facto de Moçambique, na classificação mundial, ter “baixado”, relativamente ao ano anterior, para o 184º lugar. Alguma informação adicional foi fornecida, mas o foco era este facto de descida na classificação. As reacções não se fizeram esperar. Foi clarificado que Moçambique já

era, e continua a ser, o quarto País a partir do fim da lista, e que a “descida” para 184º lugar se deve ao aumento do número de Países contemplados no estudo.

Foi questionado o uso de informação desactualizada no estudo das Nações Unidas, referindo que se os dados usados estivessem actualizados, o IDH de Moçambique seria 0,325 em vez de 0,322, o que elevaria a classificação de Moçambique um par de lugares na tabela mundial. Então, talvez tenha chegado a altura de o Governo e as instituições nacionais de estatística entenderem que é no interesse de todos garantir o acesso fácil e transparente a informação actual e desagregada, pois facilita e credibiliza a análise, o debate e a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Mas este acesso livre e transparente a informação está ficando cada vez mais difícil em Moçambique. Além disso, discutir se Moçambique deve ser o quarto ou o sexto do fim, se o nosso IDH deve ser 0,322 ou 0,325, é o mesmo que argumentar que alguém que esteja morrendo afogado a 100 metros de profundidade tem uma qualidade de vida melhor que outro que se esteja a afogar a 150 metros de profundidade por o primeiro estar menos longe da superfície.

Foi, ainda, questionada a metodologia, particularmente as mudanças operadas desde o último RDH que dificultam a comparação entre os dois. E foi questionada a seriedade de Países em guerra e vivendo em caos social estarem acima de Moçambique no ranking mundial.

“Quão útil é este debate e o que é que ajuda a esclarecer?”, é a questão imediata que se deve colocar. Pode ser que o debate tenha sido, e continue a ser útil, para esclarecer aspectos do IDH. Mas será que a clarificação do IDH é o problema central a resolver?

Índices e seus problemas

Para todos os efeitos, um índice é uma tentativa de agregar num número uma complexa rede de fenómenos, dinâmicas e tendências, os quais são medidos por indicadores individuais por si já agregados. Portanto, um índice é uma super agregação. Tanto na produção dos indicadores constituintes do índice como na agregação final muita informação é perdida. Além disso, normalmente os constituintes do índice são seleccionados como aproximações do que o índice procura medir, mas que não pode ser observado e medido directamente. Portanto, os índices incluem dois factores de erro vitais e dificilmente contornáveis: perda de informação devido à agregação, e subjectividade devido à selecção dos constituintes do índice com base em aproximações (*proxys*) identificadas a partir de um modelo teórico do analista. É óbvio que os analistas tentam o seu melhor para que os índices reflectam o que querem analisar, mas eles não podem evitar estas duas fontes mais óbvias de erro.

Há um par de anos atrás, o *African Economic Outlook* (reputado relatório

internacional produzido pelo Banco Africano de Desenvolvimento e pela OCDE) incluía um índice de estabilidade política em África. Nesse índice, o Zimbabwe era o país africano que mais progresso tinha atingido na estabilização política da sociedade. Dado que “estabilidade política” não é directamente mensurável, a construção do índice incluía na análise factores como ausência ou não de greves, manifestações de rua, e outros factores normalmente associados com práticas normais e toleradas em sociedades minimamente democráticas. A mão de ferro do Presidente Mugabe na repressão de qualquer manifestação de oposição tinha, de acordo com o índice, tornado o Zimbabwe num país politicamente estável.

Portanto, qualquer índice tem de ser lido, entendido e usado com cuidado. Índices são corrigidos com frequência porque as variáveis de aproximação (as *proxys*) têm de ser substituídas. Além de ser necessário entender como foi construído o índice, é preciso enquadrá-lo num contexto mais amplo. O índice é um número, e um número não pode fielmente retratar uma realidade complexa. O índice é um modelo teórico dessa realidade complexa, pelo que é subjectivo. Então, a melhor maneira de usar um índice é pô-lo no contexto de outra informação que seja útil e faça sentido – se as tendências reveladas por esse conjunto de informação, incluindo o índice, forem semelhantes, o índice confirmará as tendências e não terá muita relevância. Se as tendências forem muitos diferentes, então o índice excitará interesse.

Interpretações relevantes do IDH para Moçambique

A relevância do último IDH não é se o seu valor é 0,322 ou 0,325, ou se Moçambique é o 184º (de 187), ou se a maneira de medir saúde e educação mudou, ou que a informação mais actualizada teria melhorado o IDH marginalmente. Que Moçambique é um dos países no mundo com melhor progressão em termos de IDH também não é uma informação particularmente reveladora. Desde o fim da guerra, em 1992, o IDH para Moçambique melhorou substancialmente. Isso não deve surpreender ninguém, pois estar-se-á a comparar a realidade de hoje com a de 20 anos atrás quando se tinha atingido o auge da destruição da sociedade e de miserabilização dos Moçambicanos, por causa da guerra. Surpreendente seria se em 20 anos não tivesse havido um progresso substancial. É importante saber que esse progresso existe, mas não isto não é particularmente revelador.

O que é, então, revelado pelo índice que tem alguma relevância? Muito pouco, para além de dois factos. Primeiro, o IDH de Moçambique continua a ser um dos piores do Mundo, o 4º pior entre 187 Países, apesar do progresso registado ao longo dos últimos 20 anos. Este facto pode indicar que é necessário intensificar o esforço de desenvolvimento. Segundo, a taxa de melhoria do IDH de Moçambique tem tendência a desacelerar (a melhoria continua, mas a ritmo cada vez mais lento)

apesar de o IDH ainda ser muito baixo. Este facto pode revelar que intensificar o esforço de desenvolvimento não chega, mas é sobretudo preciso repensar a direcção que o desenvolvimento está a tomar. Parecendo conclusões aproximadas, no entanto estamos em presença de problemas e tendências diferentes e conclusões analíticas potencialmente divergentes (acelerar *ou* reestruturar).

Mas, o mais interessante é o que o IDH não revela. Primeiro, o IDH não capta desigualdade no progresso social. Por exemplo, em média, a esperança de vida ao nascer aumentou tal como expandiu o tempo em que crianças e jovens permanecem nas escolas. Mas o IDH não capta os desvios da média – o que é que acontece com os diferentes grupos de rendimento na sociedade. O mesmo se pode colocar em relação ao Produto Nacional Bruto (PNB) – o crescimento do PNB e do PNB *per capita*, mantendo o resto fixo, melhora o IDH. Mas o PNB *per capita* é apenas uma indicação média do rendimento que cada cidadão teria se o PNB fosse distribuído de forma perfeitamente igualitária, o que significa que o enfoque no PNB nada diz sobre a distribuição real do rendimento. Em suma, não captando a diferenciação social nem a distribuição real do rendimento, o IDH de facto não é uma boa aproximação para qualidade de vida.

Segundo, embora o PNB (que mede o valor acrescentado produzido por nacionais dentro e fora do País) seja uma medida mais aproximada da riqueza nacional do que o PIB (que mede o valor acrescentado gerado dentro do território nacional, mas que pode não ser por e para cidadãos/empresas nacionais), o crescimento do PNB não indica que tipo de economia está sendo gerada nem quem beneficia ou perde com esse tipo de economia. Quer dizer, o padrão de crescimento não é revelado. A entrada em funcionamento de uma mina de carvão pode provocar um rápido crescimento do PNB no momento de impacto (quando a exploração da mina se aproxima do seu ponto alto), mas isso não quer dizer que a economia como um todo e os cidadãos estejam a beneficiar da exploração. O crescimento do PNB diz pouco ou nada sobre produtividade, condições de trabalho, impactos ambientais, distribuição real do rendimento, emprego real, salários reais, os rácios salário/trabalho, os rácios importações/exportações, a diversidade, amplitude e articulação da malha económica, e outros factores que são importantes determinantes da qualidade de vida, provavelmente mais importantes do que as taxas de crescimento. Se o IDH não se pode pronunciar sobre os padrões económicos e a distribuição real de rendimento deles resultantes, então este índice não pode ser uma boa *proxy* para qualidade de vida humana nem sobre as suas perspectivas imediatas.

Na mesma lógica de pensamento, a informação sobre os anos de escolaridade não diz nada sobre o que as pessoas de facto aprendem nas escolas. Todos sabemos quão má é a qualidade da educação em Moçambique, a todos os níveis. E sabemos que este problema está a piorar. Portanto, nem sequer é possível dizer que ficar mais

anos na escola é melhor, do ponto de vista de educação, do que ficar menos, porque se a qualidade da educação estiver a piorar cada novo ano na escola adiciona menos e menos às capacidades e qualidades das pessoas. Se os estudantes não aprendem a ler e escrever, a pensar lógica e criticamente, a adquirir independência intelectual, a desenvolver a sua capacidade de aprender e de criar, se a escola não estimula o espírito crítico e a capacidade de questionar para reconstruir modos de pensar, então o que e que a escola ensina? Se apenas os filhos das classes médias e médias altas têm acesso a educação com alguma qualidade porque podem pagar ou ter acesso a bolsas para melhores escolas dentro e fora do País, então de que vale medir a média de anos de escolaridade? Não há dúvida que acesso à escola e ao centro de saúde melhorou muito substancialmente desde o fim da guerra. Mas acesso à escola e permanência na escola não significam automaticamente acesso a melhor educação. A qualidade da educação a que se tem acesso continua a variar substancialmente por região, por grupo social de rendimento, por período, género e grupo etário. Sem captar estes elementos de diferenciação o IDH não pode dizer muito sobre o que vale o acesso à escola.

Terceiro, o IDH não menciona o acesso a comida e a bens e serviços básicos de consumo que são tão vitais para todos, mas especialmente vitais para os grupos mais pobres da população, isto é, para a maioria dos Moçambicanos.

Quarto, o IDH não trata de outra questão vital – não permite revelar nem discutir o aparente paradoxo da economia nacional ter uma tendência de longo prazo de crescimento robusto, mas ser ineficaz a reduzir pobreza e dependência externa.

Conclusão

O que o IDH recentemente publicado diz sobre Moçambique não deve surpreender ninguém. O muito pouco que o IDH pode revelar está revelado por outros estudos: o inquérito aos agregados familiares, o inquérito agrícola e outros censos e estudos de caso sobre as dinâmicas e padrões de acumulação em Moçambique e as suas implicações para a pobreza e a dependência externa. Os dados mais relevantes que tais séries de estudos produzem e revelam não são tratados no IDH. Nem podem ser tratados, a não ser que o índice seja completamente reconstruído. Mas também não é preciso mais outro índice para revelar o que já sabemos.

Sobretudo, a questão mais importante para o debate e para as políticas públicas não é a discussão do índice, mas a discussão dos problemas que neste texto muito ao de leve foram tocados, pois são esses problemas (que o IDH não revela nem discute), e não a qualidade de qualquer que seja o índice, que têm relevância social para os cidadãos, o Estado e as empresas.

IDEIAS Nº35 – SERÁ QUE CRESCIMENTO ECONÓMICO É SEMPRE REDUTOR DA POBREZA? REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

Marc Wuyts

Introdução

Sem dúvida, o crescimento económico é importante para a redução da pobreza. De facto, é muito difícil imaginar como é que a redução sustentável da pobreza poderia acontecer num contexto de estagnação ou declínio económico. Portanto, crescimento económico é importante, mas a questão é se crescimento económico é sempre redutor da pobreza. O argumento comum sobre a ligação entre crescimento económico e pobreza é que a adopção de políticas macroeconómicas “correctas” – os chamados “elementos fundamentais”, como baixa inflação, abertura comercial, liberalização dos mercados, “boas” políticas financeiras e “boa” governação – inevitavelmente induzirá crescimento económico o que, por seu turno, conduzirá à redução da pobreza. Mais especificamente, o argumento comum estabelece que se o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* crescer substancialmente e a desigualdade (medida pelo coeficiente de Gini derivado de sucessivos inquéritos aos orçamentos familiares) não aumentar, então a incidência da pobreza (absoluta) deve reduzir. Se esta esperada redução na pobreza não acontecer, então diz-se que existe um paradoxo (ou absurdo) ou, como mais comumente acontece, explica-se o fenómeno com o argumento de que algo está errado com a informação estatística ou com o modelo estatístico de análise. Neste IDEIAS, no entanto, eu defendo que este argumento comum sobre a ligação directa entre crescimento e pobreza e, mais especificamente, entre crescimento e pobreza via coeficiente de Gini, ignora a importância da variação dos preços relativos entre categorias de produtos. Mais especificamente, este argumento comum ignora a importância do impacto da variação dos preços relativos da comida nos níveis e

dinâmicas de pobreza. Vou, portanto, argumentar que o crescimento substancial do PIB *per capita* pode ser consistente com a estagnação ou mesmo aumento da incidência da pobreza, mesmo que a desigualdade (medida pelo coeficiente de Gini) não aumente.

Importância dos preços relativos

Por que é que os preços relativos são importantes? A razão é que o crescimento do PIB *per capita* não é sempre equivalente à melhoria dos níveis de vida. O PIB de um país mede o valor acrescentado agregado da sua produção doméstica, que inclui a produção de bens de consumo, bens de investimento e exportações (depois de deduzidas as importações). Para medir o seu crescimento real ao longo do tempo, o PIB é calculado a preços constantes com base no nível de preços de um ano anterior qualquer, previamente definido. Portanto, o índice de preços apropriado para calcular o PIB a preços constantes é o *deflator implícito do PIB*, que capta a taxa geral de inflação da produção doméstica agregada. No entanto, para medir a variação real nos níveis de vida são os preços dos bens de consumo que importam (em vez da inflação geral que é usada para deflacionar o PIB). Portanto, o deflator apropriado para medir a variação real dos níveis de vida é a taxa de variação dos preços de bens de consumo, ou o índice de preços ao consumidor (IPC), que capta a variação dos preços enfrentada pelos consumidores. Estes dois índices de preços variam, mas não necessariamente em consonância um com o outro. É possível os preços dos bens de consumo variarem mais depressa ou mais lentamente que os níveis gerais de preços da produção doméstica. Se esta discrepância existir, então o crescimento dos níveis de vida vai diferir do crescimento do PIB *per capita*.

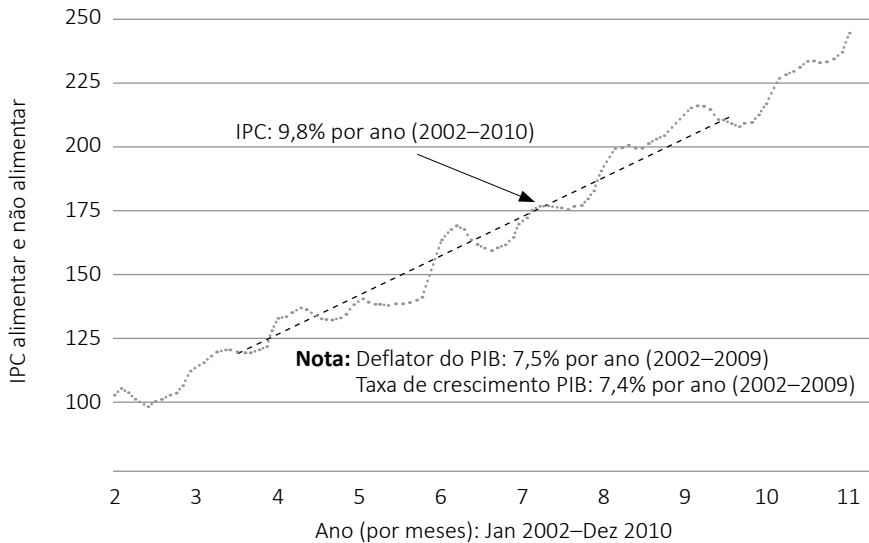
Experiência de Moçambique

Segundo os dados oficiais¹, no período compreendido entre 2002 e 2010, as médias anuais de crescimento do PIB de Moçambique e da população foram de aproximadamente 7,4% e 2,4%, respectivamente, o que significa que o PIB *per capita* cresceu a uma média anual de 5% ($= 7,4\% - 2,4\% = 5\%$). Como mostra o Gráfico 1, a taxa de inflação média anual para o deflator implícito do PIB foi de 7,5% (linha a tracejado), enquanto a média anual da taxa de inflação do nível de vida, o IPC, foi de 9,8% (linha a ponteadado). Existe, pois, uma diferença substancial, de 2,3%, entre os dois deflatores. Portanto, o crescimento potencial do nível de vida real difere do crescimento do PIB real *per capita* pela magnitude da diferença entre os dois deflatores.

¹ Do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Governo de Moçambique, do Banco de Moçambique e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Assim, o potencial anual máximo de crescimento do nível de vida médio foi inferior a 3% (= 5% – 2,3% = 2,7%).

Gráfico 1 – Índice de preços ao consumidor e deflator implícito do PIB em Moçambique: Janeiro de 2002 a Dezembro de 2010



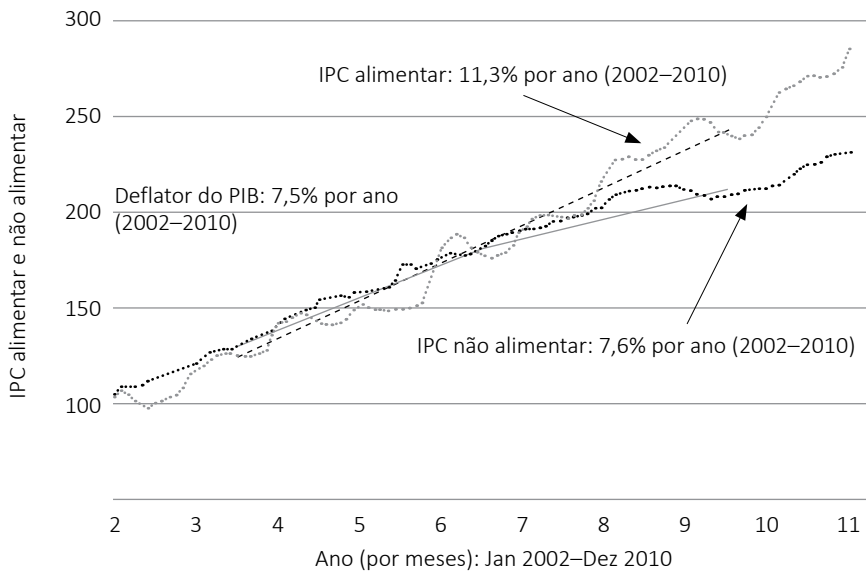
Nota: O eixo vertical está em escala logarítmica: distâncias verticais iguais implicam rácios de variação iguais.

Fonte: Wuyts (2011)

Neste ponto, é necessária uma importante chamada de atenção. Este cálculo sobre o potencial máximo de crescimento do nível de vida representa apenas uma medida rudimentar (ou muito básica) porque: (1) o cálculo assume que a proporção do consumo na despesa agregada se mantém constante; e (2) que o crescimento do PIB (que reflecte o valor acrescentado agregado da produção realizada em território nacional) também reflecte o crescimento do rendimento nacional (que reflecte o rendimento de facto retido na economia nacional). Se, como acontece em Moçambique, os lucros representam uma parte significativa e crescente do valor acrescentado e são repatriados para fora da economia moçambicana – com os dois fenómenos em grande medida explicados pela dominância do investimento directo estrangeiro, particularmente em megaprojectos, e pelos benefícios que lhes são atribuídos – a proporção do consumo no valor acrescentado deve variar e o crescimento do rendimento nacional deve ser inferior ao crescimento do PIB. Logo, o cálculo do potencial máximo de crescimento do nível de vida feito acima sobrevaloriza esse potencial por não incluir os efeitos tanto da variação da proporção do consumo no valor acrescentado, como a diferença entre rendimento nacional e PIB. A magnitude desta sobrevalorização depende de dados ainda não disponíveis. Para a

análise do nível de vida, é inadequado usar apenas a taxa agregada de inflação dos preços de bens de consumo (IPC) por causa das seguintes razões: (1) os padrões de consumo diferem entre famílias, dependendo de elas serem mais pobres ou mais ricas; (2) mais especificamente, a proporção do rendimento gasto no consumo de comida diminui à medida que o rendimento aumenta (o que é conhecido como “lei de Engel”); (3) o IPC (usado como deflator geral do nível de vida) assume que, em média, 55,46% das despesas familiares são em comida; mas (4) esta proporção é demasiado alta para as famílias mais ricas e demasiado baixa para as famílias mais pobres (que frequentemente gastam entre 70% ou 80% do seu rendimento em comida). Por causa das diferenças nos padrões de consumo, os preços da comida afectam as famílias pobres muito mais do que as famílias mais ricas, pelo que têm consequências muito importantes para a incidência da pobreza. Para captar estas diferenças de padrões de consumo na análise da evolução do nível de vida dos pobres (ou redução da pobreza), é necessário desagregar o IPC em pelo menos duas componentes: índice de preços para bens de consumo alimentares e índice de preços para bens de consumo não-alimentares.

Gráfico 2 – Índice de preços ao consumidor desagregado entre bens alimentares e não-alimentares em Moçambique: Janeiro de 2002 a Dezembro de 2010



Fonte: Wuyts (2011)

O Gráfico 2 revela uma situação muito preocupante em Moçambique. Durante todo o período entre 2002 e 2010, os preços dos produtos alimentares cresceram, em média, 11,3% ao ano. A esta taxa de inflação, os preços dos produtos alimentares

duplicam em cada 6 anos e meio! Se estamos preocupados com a pobreza alimentar (que é extraordinariamente elevada em Moçambique), é precisamente a inflação dos preços dos alimentos que é mais importante.

A discrepância entre a inflação média anual dos preços dos bens alimentares (11,3%) e o deflator médio anual do PIB (7,5%) é substancial (3,8%) e estima a taxa à qual os preços dos bens alimentares cresceram mais depressa que a taxa geral de inflação. Isto implica que o potencial máximo de melhoria do nível de vida das camadas pobres da população é metade do estimado anteriormente (com o uso do IPC agregado). Portanto, o crescimento económico em Moçambique ocorreu em simultâneo com a inflação rápida dos preços relativos da comida (e, mais geralmente, de todos os bens básicos de consumo), o que implica que é possível a incidência da pobreza ter permanecido constante ou mesmo ter piorado apesar do rápido crescimento económico – mesmo que a distribuição monetária das despesas (ou dos rendimentos) não se tenha alterado. De facto, dado que os mais pobres gastam uma proporção muito mais alta do seu rendimento em comida do que os mais ricos, a diferença entre a inflação dos preços relativos da comida e a inflação geral afecta os pobres muito mais do que os ricos, o que conduz a que a distribuição do rendimento piore em termos reais.

Implicações para a política económica

Este argumento tem implicações importantes para a estratégia económica. Nos últimos anos, os preços mundiais de bens alimentares aumentaram rapidamente, o que provocou o aumento dos preços de importação de comida. Por seu lado, a produção doméstica de comida tem sido muito variável e com taxas de crescimento geralmente baixas, o que torna o país mais dependente da importação de comida (e mais afectado, por consequência, pela inflação importada associada com os preços de importação de comida). Entre 2002 e 2008, a produção de comida expandiu em 2,2% ao ano, o que é inferior ao crescimento da população – logo, a produção de comida *per capita* diminuiu – e a produtividade na produção alimentar (medida pelos rendimentos por hectare) diminuiu a uma média anual de -2,7%.² No mesmo período, as taxas de crescimento do PIB foram impressionantes. No entanto, para a redução da pobreza o que importa não é apenas a taxa de crescimento do PIB, mas também o tipo de economia que é construído que, em Moçambique, parece ser muito desequilibrado a favor da produção para exportação impulsionada por megaprojectos. A lição parece ser que embora a produção para exportação seja sem dúvida importante, é igualmente importante garantir a produção para o mercado doméstico – em particular a produção e circulação de bens de consumo essenciais a preços acessíveis para as camadas mais pobres, em especial de bens alimentares.

2 Poverty and Well-being in Mozambique: Third National Poverty Assessment, October 2010.

IDeIAS Nº80 – VULNERABILIDADE DOS ESTRATOS URBANOS POBRES: CASO DA POBREZA ALIMENTAR EM MAPUTO

Oksana Mandlate

As greves de fome nas zonas urbanas são uma experiência nova em Moçambique pós-independente, com episódios violentos observados nos anos 2008, 2010 e 2012. O fenómeno esteve particularmente concentrado nas cidades de Maputo e Matola, contrastando com o facto de estas zonas geográficas terem os menores índices de incidência de pobreza no País, registarem uma significativa redução nas taxas de pobreza entre a segunda e a terceira avaliações nacionais da pobreza e observarem a menor prevalência da desnutrição crónica e aguda a nível do país (DNEAP, 2010; SETSAN, 2014).

Diversos factores sociais, políticos e económicos, explicam este fenómeno (Brito *et al.*, 2015). Este artigo, baseando-se nos dados sobre os padrões da despesa dos agregados familiares (AF)¹, mostra como as particularidades de orçamentos das camadas urbanas mais pobres, em particular da capital do país, constituem a fonte da sua maior vulnerabilidade face à pobreza alimentar, frequentemente disfarçada na relativamente maior prosperidade das cidades. O artigo evoca a necessidade de ter políticas públicas de emprego para tratar da problemática de segurança alimentar das camadas urbanas mais pobres.

A razão da maior vulnerabilidade dos estratos pobres de Maputo, na perspectiva de orçamentos familiares

Enquanto o acesso aos serviços básicos é mais crítico nas zonas rurais, determinando o perfil da pobreza rural, o modo de vida mais urbano na capital do País determina a situação particularmente vulnerável de acesso a alimentos dos seus estratos mais

¹ O artigo baseia-se nos dados brutos do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) de 2008-09 sobre o consumo nominal das famílias (5.221 residentes nas áreas urbanas e 5.206 nas áreas rurais).

pobres. Ainda que os primeiros três quintis, que agregam 60% das famílias mais pobres em termos de rendimento corrente², sejam maioritariamente representados por famílias rurais (74% das famílias das zonas rurais, contra 56% das urbes provinciais, 40% de Matola e 16% de Maputo), a pobreza alimentar, que ameaça um dos direitos mais essenciais do ser humano, muitas vezes mostra-se mais crítica nas camadas mais pobres de Maputo. Em seguida, o artigo apresenta uma sequência de dados que sustentam o argumento deste artigo.

Estratos mais pobres de Maputo e Matola satisfazem menos as suas necessidades alimentares

As famílias mais pobres de Maputo e Matola têm o seu acesso a alimentos mais dificultado, comparando com as famílias homólogas no resto do País. Os dados do IOF 2008 mostram que, em termos absolutos, as famílias rurais dos primeiros três quintis gastam, em média, 1.115 meticais com alimentos; nas urbes provinciais a despesa alimentar destes estratos é, em média, 7% menor (1.037 meticais), e em Matola e Maputo é 9% e 15% menor, respectivamente (1.016 e 952 meticais)³.

O Gráfico 1 evidencia a situação da carência alimentar em termos relativos, visualizando esta frente às linhas da pobreza alimentar (usadas na Terceira Avaliação Nacional da Pobreza). Se nas zonas rurais as respectivas famílias em média têm satisfeito por volta de 72% das necessidades alimentares básicas, nas urbes provinciais as famílias mais pobres em média satisfazem perto de 56% (61%, considerando os dados corrigidos) destas necessidades, e nas cidades de Maputo e Matola somente 49% e 47% (63% e 64%, considerando os dados corrigidos).

Perante o seu consumo alimentar mais reduzido e maior carência alimentar no orçamento familiar, é lógico que as famílias pobres urbanas, em particular de Maputo, fiquem mais vulneráveis e sensíveis à variação dos preços dos alimentos.

Estratos mais pobres de Maputo e Matola sofrem mais com a variação dos preços de uma maior gama de produtos

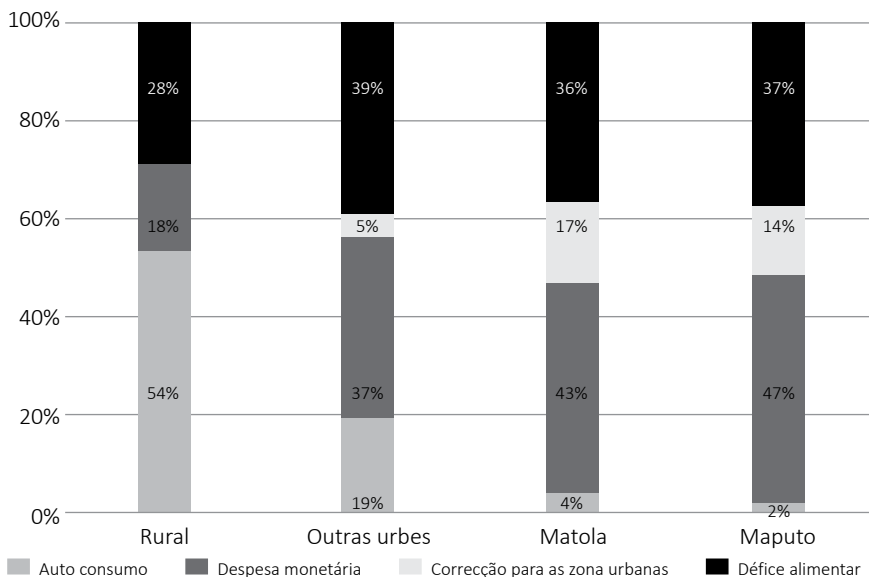
Os níveis mais reduzidos da despesa alimentar não são o único factor explicativo da particular vulnerabilidade das camadas mais pobres de Maputo e Matola às greves de fome. As diferenças na estrutura das despesas das famílias explicam tanto os seus

2 O rendimento corrente refere-se a despesas correntes, diárias e mensais das famílias, e o seu autoconsumo.

3 Existindo argumentos que o consumo alimentar foi subestimado nas zonas urbanas, devido à não incorporação de consumo fora de casa, em particular na capital do País, o estudo também ensaia os resultados com a correcção do consumo alimentar nas zonas urbanas, usando a amplitude sugerida no estudo da DNEAP (2010). A correcção é particularmente significativa no caso da cidade de Maputo (29%, com tamanho médio do AF de 3,12 membros) e Matola (36%, com tamanho do AF de 3,5) – basicamente pressupõe-se que um elemento da família se alimenta fora de casa. A correcção muda os valores da despesa alimentar em termos absolutos no entanto, como é mostrado logo em seguida, em termos relativos, o padrão de maior carência alimentar nas zonas urbanas prevalece.

menores níveis de consumo alimentar como a sua maior sensibilidade à variação de preços — e não só de alimentos, como também de outros bens e serviços essenciais no modo de vida urbano.

Gráfico 1 – Despesa alimentar mensal média dos AFs dos quintis 1 a 3 nas diferentes áreas, por proveniência, face à linha de pobreza alimentar

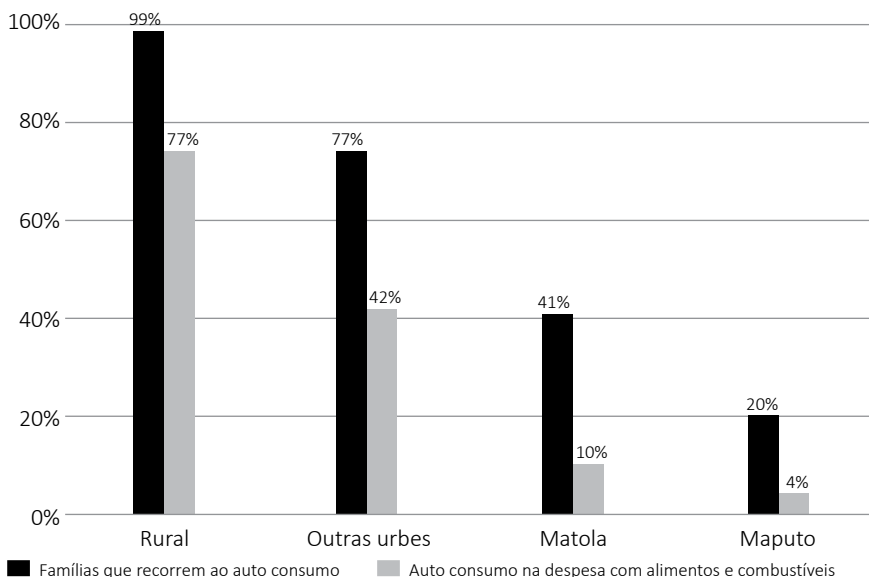


Primeiro, as camadas mais pobres das zonas rurais e das urbes provinciais ficam parcialmente isoladas da transmissão do efeito de aumento de preços de alimentos e combustíveis para iluminação e cozinha sobre o seu orçamento familiar devido a forte presença de autoconsumo nestas rubricas. As famílias mais pobres de Maputo e Matola dependem, predominantemente, dos fluxos de rendimento monetário para a realização da sua despesa alimentar (97% e 91%, respectivamente), enquanto nas urbes provinciais o recurso à produção própria de alimentos satisfaz uma parte significativa das necessidades alimentares das famílias (40%), e nas zonas rurais a produção própria, efectivamente, constitui a base da despesa alimentar (75%). A produção própria mostra ser ainda mais importante para satisfazer as necessidades das famílias em fontes de energia para iluminação e cozinha.

Em Maputo e Matola, contudo, o recurso à produção própria nestas duas rubricas, de alimentos e fontes de energia, não só é mais escasso como também é explorado no contexto da sua decrescente contribuição para o orçamento familiar. Se nas zonas rurais 99% das famílias dos primeiros três quintis recorrem a autoconsumo e, por esta via, satisfazem 77% das respectivas despesas, nas urbes provinciais 77% das famílias

dos estratos mais pobres usam este recurso para satisfazer 42% da despesa nestas rubricas, e em Matola e Maputo 41% e 20% destas famílias, respectivamente, usam o recurso de autoprodução, o que corresponde somente a 10% e 4% da sua despesa com alimentos e fontes da energia para iluminação e cozinha (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Frequência de autoconsumo nos AF e o peso de autoconsumo no total da sua despesa com alimentos e combustíveis para iluminação e cozinha, nos quintis 1 a 3



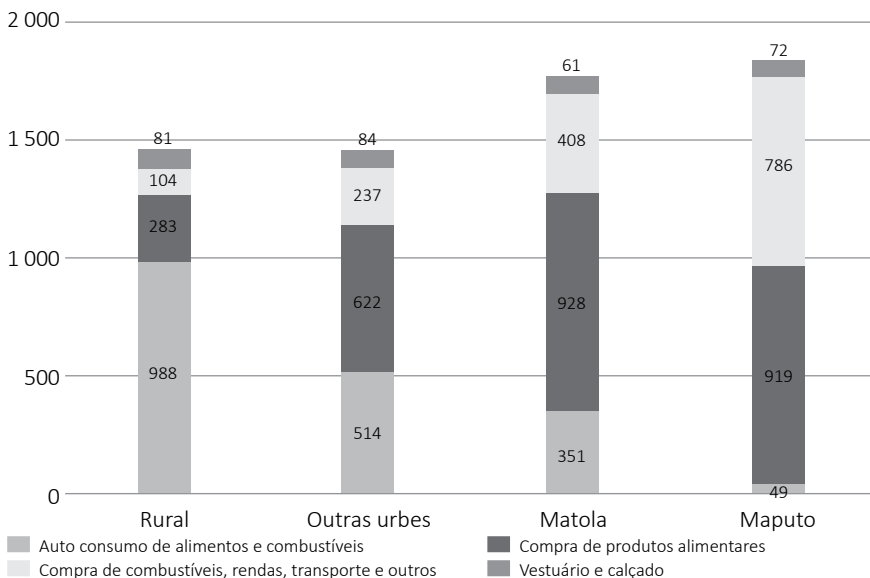
Segundo, algumas despesas são tão essenciais no modo de vida urbano que as famílias urbanas mais pobres em Maputo e Matola dão mais prioridade a estas.

O Gráfico 3 mostra algumas diferenças nos padrões da despesa dos estratos mais pobres das zonas rurais, das urbes provinciais e das cidades de Maputo e Matola. Constata-se que o peso e o valor absoluto de despesas com combustíveis para iluminação e cozinha, rendas de habitação, transporte e outras, são significativamente maiores nos orçamentos das famílias pobres urbanas, particularmente em Maputo (43%), comparando com das zonas rurais (7% da despesa familiar). Além disso, as famílias mais pobres de Maputo e Matola, ainda que gozem de maiores níveis de rendimento, para fazer face às suas despesas essenciais, suprimem aquelas consideradas menos prioritárias, como as despesas com o vestuário e calçado (e mesmo com os alimentos), gastando nesta rubrica menos, tanto em termos do peso como do valor absoluto.

A ausência de oportunidades de recorrer à produção própria, assim como uma maior pressão de outras despesas, essenciais no modo de vida urbano, num contexto

de despesa alimentar já mais suprimida, determina a particular vulnerabilidade das famílias mais pobres de Maputo e Matola face à variação de preços não só de alimentos mas também de todos os produtos que constituem o seu cabaz básico de bens e serviços (em particular, as fontes de combustíveis para cozinha e iluminação, transportes e rendas efectivas de habitação).

Gráfico 3 – Comparação da despesa mensal efectiva média dos AF dos quintis 1 a 3 nas diferentes zonas, em meticais



Os subsídios aos produtos alimentares são pouco eficientes em direccionar os recursos às camadas urbanas mais pobres

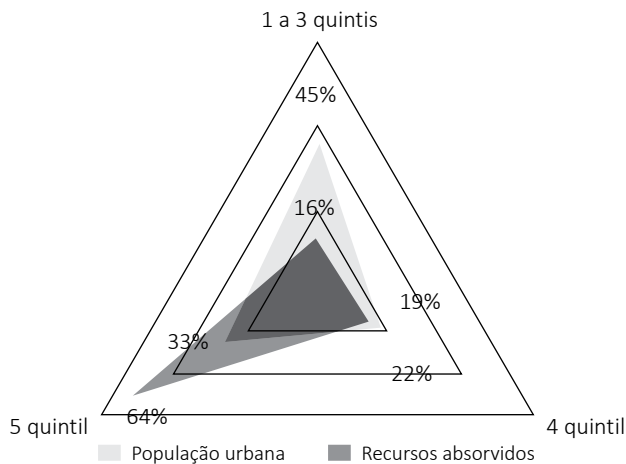
Com a actual estrutura da despesa das famílias, os subsídios à alimentação são pouco eficientes em direccionar os recursos aos grupos urbanos mais pobres, em especial nos casos de produtos homogéneos presentes com peso similar tanto na despesa alimentar das famílias urbanas mais pobres como das mais abastadas. Por exemplo, o pão comum, subsidiado pelo Governo, constitui 10% da despesa monetária com alimentos das famílias urbanas mais abastadas, do quinto quintil, e 8% das famílias urbanas mais pobres, dos primeiros três quintis.

No contexto de alta desigualdade na distribuição do rendimento, em que o total da despesa monetária com alimentos de 45% das famílias urbanas mais pobres constitui perto de 1/5 da respectiva despesa de 33% das famílias urbanas mais abastadas, a maioria dos recursos do subsídio está a ser direccionada para as famílias

urbanas mais abastadas. Com esta estrutura de despesa, como mostra o Gráfico 4, num subsídio ao produto alimentar que representa 10% das despesas monetárias com alimentos das famílias urbanas, 64% dos recursos seriam direccionados para as famílias urbanas mais abastadas, do quinto quintil.

No caso de Maputo, onde a desigualdade na distribuição do rendimento é maior (neste caso, a despesa monetária com alimentos dos primeiros três quintis representa 6% da respectiva despesa do quinto quintil) e a incidência da pobreza é menor, a distribuição de recursos do subsídio nestes casos é ainda menos eficiente.

Gráfico 4 – Impacto da estrutura global da despesa alimentar das zonas urbanas na alocação de recursos dos subsídios a alimentos



Fonte: Base de dados do IOF 2008–2009

No caso do pão, 4% dos recursos destinam-se a 16% das famílias mais pobres, dos três primeiros quintis, e 82% a 62% das famílias mais abastadas da cidade, do quinto quintil.

Por isso, as maneiras alternativas mais eficientes, como a promoção de acesso das camadas urbanas mais pobres ao rendimento e ao emprego a longo prazo⁴, e (ou) subsídios mais direccionados, precisam de ser consideradas nas políticas públicas que abordam a questão de acesso a alimentos das camadas urbanas mais pobres.

⁴ O Programa de Redução da Pobreza Urbana (PERPU) 2010-2014 foi mais uma reacção às manifestações populares, e não observa uma ligação clara com a estratégia de desenvolvimento da base produtiva, por exemplo, com a estratégia industrial.

Conclusão

O artigo mostra que a relação entre a pobreza e o acesso a alimentos não pode ser sempre assumida como linear. No caso das cidades de Maputo e Matola, ainda que estas urbes observem uma menor incidência da pobreza, devido às limitadas oportunidades de produção própria e à maior pressão de outras despesas essenciais no modo de vida urbano (como com as fontes de energia para cozinha e iluminação, as rendas de habitação e o transporte) sobre as despesas correntes das famílias, a situação de acesso a alimentos nos estratos mais pobres é mais crítica e menos evidente frente às zonas rurais, onde o acesso aos alimentos depende das condições climatéricas e os choques são visíveis na população geral. Ao mesmo tempo, as actuais políticas públicas de subsídios à alimentação são pouco eficientes a direccionar os recursos para os grupos mais vulneráveis, mostrando-se necessário que o Governo reflecta sobre a política de geração de emprego urbano decente.

Referências

- DNEAP .(2010) Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional. Maputo, MPD.
- INE. (2009). Dados brutos do Inquerito aos Orçamentos Familiares 2008-2009.
- SETSAN. (2014). Relatório do estudo de base de segurança alimentar e nutricional em Moçambique. República de Moçambique, Ministério da Agricultura, Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional. Maputo.

IDeIAS Nº17 – ESTRATÉGIAS INDIVIDUAIS DE SOBREVIVÊNCIA DE MENDIGOS NA CIDADE DE MAPUTO: ENGENHOSIDADE OU PERPETUAÇÃO DA POBREZA?

Emílio Dava

Introdução

Segundo dados oficiais produzidos pelo inquérito aos agregados familiares (IAF) de 2003, 54% da população em Moçambique ainda se encontra abaixo da linha da pobreza absoluta. O discurso político actual, tanto do Presidente da República como de outros membros do governo central e das administrações locais, concentra-se em mobilizar os cidadãos pobres para encontrarem soluções criativas para o problema da pobreza. Comumente, a pobreza é atribuída à falta de iniciativa, criatividade, espírito empreendedor e engenhosidade dos pobres por estes não saberem usar os recursos e outras condições disponíveis em seu benefício. Será, no entanto, possível e adequado discutir engenhosidade e criatividade individuais independentemente das condições, ambiente, oportunidades, desafios e tensões económicos e sociais de que as pessoas são parte? Será que todas as formas de engenhosidade e criatividade individuais conduzem à redução da pobreza e da dependência e à dignificação das pessoas? O foco deste IDeIAS é contribuir para a discussão destes pontos com referência à situação dos mendigos e vendedores informais que pululam na cidade de Maputo.

Engenhosidade individual

Embora fortemente contestados por um número crescente de grupos sociais e estudiosos e seguramente questionáveis quanto à sua eficácia social, o teor, o foco de incidência e as metas das grandes estratégias de combate à pobreza (por exemplo, o PARPA e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio) são geralmente tornados

públicos e conhecidos. No entanto, não muito bem estudadas, documentadas, publicadas e talvez por isso, também pouco conhecidas, são as estratégias individuais de combate à pobreza ou simplesmente de sobrevivência quotidiana.

Na área urbana de cidade de Maputo, tem aumentado o número de mendigos e de “informais” em quase todos os principais focos de aglomeração de pessoas de rendimento médio ou alto, com particular destaque para os que se localizam em locais de concentração de actividade comercial e de afluência de turistas estrangeiros. Cruzamentos e semáforos, onde as viaturas e pessoas são obrigadas a parar, são locais predilectos para pedintes e vendedores.

O fenómeno não é novo, mas novos são a intensidade e as formas peculiares que nos últimos tempos têm sido usadas nestas actividades. As estratégias são realmente impressionantes do ponto de vista de criatividade; mas são chocantes na óptica da ética e decência humana, focando-se no apelo à sensibilidade, compaixão humana e empatia para o alcance dos seus objectivos. Os exemplos mais comuns das novas práticas de mendigos são:

- mulheres (jovens e idosas) usam bebés ou crianças (que nem sempre são seus filhos) para apelar à sensibilidade das pessoas e com isso, obterem preferencialmente apoio financeiro;
- algumas pessoas encenam doenças, ferimentos, deficiências ou outras formas de vitimização (por exemplo, envolvendo partes do seu corpo com ligaduras), “provando”, assim, que não podem gerar o seu próprio rendimento por outra forma que não seja a esmola. Alguns indivíduos simulam que têm uma doença muito grave, mas não têm dinheiro para tratamento pelo que precisam de apoio;
- em muitas esquinas e semáforos, o principal “negócio” é “chocar” as pessoas com deficiências (de nascença ou criadas por acidentes) para atrair a sua simpatia e, por consequência, uma dádiva em dinheiro. Num certo sentido, nestes casos ser portador de deficiência tornou-se numa vantagem pois é uma via através da qual mendigos conseguem atrair algum rendimento;
- o mesmo acontece com idade: ser idoso ou ser criança ficou uma “oportunidade” para apelar à simpatia e obter uma esmola. Há crianças que circulam pela cidade dizendo que foram assaltadas e perderam os livros escolares, o lanche e o dinheiro do “chapa”. Nos períodos das matrículas escolares, os cruzamentos com semáforos enchem-se de crianças pedindo dinheiro para as matrículas, livros e fardamento escolar. Em alguns cruzamentos, ao fim do dia, concentrações de idosos e idosas pedem simpatia e uma esmola para as suas “causas” específicas: a refeição da noite, o transporte de regresso a casa ou a visita ao hospital;

- algumas pessoas fixam-se em paragens de autocarros ou nas suas proximidades simulando não terem o montante em dinheiro para transporte até um local distante. Pedem selectivamente a pessoas que pareçam ingénuas e com meios para lhes darem o dinheiro em falta. Todavia, quando conseguem o dinheiro “em falta” continuam a pedir ao maior número possível de pessoas. Outras pessoas pedem dinheiro argumentando que lhes faltam apenas 2, 5 ou 10 meticais para tirar fotocópias ou autenticar um documento importante, geralmente para conseguir emprego;
- recentemente, aparecem indivíduos que dizem ter perdido tudo por causa da violência xenófoba na África do Sul. Por isso, precisam de apoio (de preferência algum dinheiro) para recomeçar a sua vida.

Estes exemplos demonstram haver grande engenhosidade na procura de soluções de sobrevivência individual de curto prazo. Esta engenhosidade reflecte-se não só no leque variado e evolutivo de opções, mas também na adequação dessas opções aos acontecimentos e condições sociais de momento (por exemplo, em relação com a xenofobia na África do Sul ou com o período das matrículas) e às condições sociais dos grupos alvo dos pedintes e aos momentos do dia (por exemplo, muitas das acções descritas ocorrem nas zonas mais abastadas da cidade com enfoque nos períodos críticos do dia).

Por outro lado, estes exemplos revelam pouca capacidade ou interesse, tanto das instituições públicas e sociais como dos próprios mendigos, de encontrarem soluções reais e duradouras para a eliminação da condição e necessidade de pedinte e, conseqüentemente, para a redução da pobreza. De facto, embora engenhosas, as formas de sobrevivência usadas incorporam o potencial para perpetuar a pobreza. Inconscientemente, as estratégias usadas geram dependência permanente para as pessoas que as executam e seus familiares, dado que a engenhosidade é quase exclusivamente focada na procura de rendas sem envolver nenhum nível de engajamento com qualquer processo produtivo reproduzível e sustentável. O envolvimento de crianças como móbil da estratégia e outras como agentes coadjuvantes das acções fazem com que tais crianças abandonem a escola ou não consigam entender o poder que educação de qualidade pode ter nas suas vidas futuras. Pessoas de meia idade ou portadores de deficiência já não vêm utilidade em procurar formação ou emprego porque ser mendigo é, aparentemente, mais compensador, portanto mais realista. Dada a ausência de soluções públicas e sociais credíveis, abrangentes e eficazes, e dadas as dinâmicas económicas e sociais que envolvem maior concentração da riqueza e maior desigualdade social e económica, muitos pedintes não têm outra opção senão continuarem pedindo esmola.

Mesmo os jovens vendedores informais, de frutas a obras artística, de giros de telemóvel a sobressalentes de viaturas, de DVDs e CDs pirateados a produtos de

marca (relógios, canetas, máquinas fotográficas, etc.) de fabrico informal e falseados, de flores a perfumes, todos pedem que se lhes comprem os produtos por compaixão ou, alternativamente e também por compaixão, se lhes dê uma esmola porque a sua actividade comercial não lhes rende o suficiente para uma refeição por dia. Esta situação é extensiva ao enorme exército de jovens guardas e lavadores de carros, entre outras actividades que, na cidade de Maputo, já começam a absorver jovens com o ensino secundário completo.

Estratégias individuais e colectivas

Estas formas de sobrevivência têm o potencial de se generalizarem e envolverem mais e mais pessoas em outras áreas da cidade de Maputo e do país, atrasando assim o combate à pobreza e tornando ainda mais sombrio o futuro de largas camadas da população urbana e peri-urbana, com incidência sobre os jovens e idosos.

Este problema não pode ser resolvido apenas por via da mudança das estratégias individuais de sobrevivência.

Aliás, com que bases sociais e económicas poderão tais estratégias mudar? Mudar para fazer o quê, alternativamente? A migração do campo para a cidade à procura de alternativas de vida que não se encontram nas zonas rurais; os efeitos da prolongada guerra que ainda se fazem sentir na grande quantidade de crianças e jovens que cresceram, desamparados, na rua; a inadequação dos sistemas públicos de protecção social e de educação e formação profissional; a concentração do emprego urbano em serviços que requerem qualificação para serem estáveis, ou que são muito mal remunerados e instáveis quando requerem baixa qualificação; as elevadas taxas de desemprego e subemprego urbanos; as elevadas percentagens de jovens e mulheres oriundos do centro e norte do País entre os vendedores informais, guardas e pedintes na cidade de Maputo; são evidência de que não basta apelar à, ou forçar a alteração das estratégias individuais de sobrevivência.

Será que estas estratégias individuais baseadas na miseração e vitimização como meio para justificar mendicidade, ou na actividade informal, volátil e instável como meio de aceder a rendas mínimas abaixo dos níveis de sobrevivência, reflectem a ausência ou inadequação das estratégias sociais e públicas e, mesmo, a estratégia nacional de pedir e mendigar na arena internacional. Num certo sentido, grande parte da economia nacional ainda é pedinte e resolve, ou pensa que resolve, problemas a curto prazo mendigando. A questão de fundo é que a mendicidade está muito longe de ser um problema marginal, está cada vez mais presente e cobre muitas práticas diferentes, algumas das quais estão escondidas atrás do chamado emprego informal urbano.

Muito mais informação e análise são necessárias tanto para compreender este fenómeno simultaneamente de sobrevivência e miseração, como para procurar

caminhos dignos que combinem a criatividade e responsabilidade pública, social e individual para combater a pobreza, que libertem as pessoas da dependência e as valorizem como criadoras do seu próprio destino. Este artigo é apenas uma contribuição e chamada de atenção para uma reflexão mais profunda sobre esta dimensão da pobreza urbana.

IDEIAS Nº12 – ARMANDO GUEBUZA E A POBREZA EM MOÇAMBIQUE¹

Sérgio Chichava

No discurso da sua investidura como terceiro presidente de Moçambique independente em 2005, Armando Guebuza avançou que considerava a pobreza como o inimigo principal dos Moçambicanos, e declarou o seu combate como a sua principal missão. Dois dias mais tarde, na cerimónia da tomada de posse do seu governo, e resgatando a ideia dos tempos do partido único, segundo a qual, para sair da pobreza e do subdesenvolvimento, “temos que abandonar o passo do camaleão”², Guebuza exigia aos seus ministros, uma mudança de atitude, mais criatividade e mais celeridade nas suas acções, de modo a se vencer o mais rápido possível a pobreza. De lá para cá, o *slogan* “todos contra a pobreza absoluta” tem estado na ordem do dia. Só para se ter uma ideia do lugar que a luta contra a pobreza ocupa no discurso de Guebuza, pode-se olhar para alguns títulos dos seus discursos, nomeadamente os da sua tomada de posse e de seus ministros e os discursos anualmente por ele proferidos na Assembleia da República (AR) na qualidade de presidente da República, no momento em que este faz o balanço das actividades políticas, económicas e sociais do governo durante o ano findo (vulgarmente designados “estado da nação”). O discurso da sua tomada de posse intitulava-se: “*A nossa missão: o combate contra a pobreza*”; o da tomada de posse do seu executivo, “*Combate à pobreza: um desafio que exige criatividade e celeridade nas nossas acções*”. “*Na caminhada contra a pobreza*” é o título do seu primeiro discurso na AR sobre o “estado da nação” em 2005. Os de 2006 e 2007 intitulavam-se respectivamente “*O combate à pobreza: um desígnio nacional*” e “*Unidos, prossigamos com a nossa missão: luta contra a pobreza*”. Analisamos aqui o discurso político de Guebuza sobre a pobreza. Esta escolha não significa que o tema da pobreza tenha começado a ser abordado por ele, mas ao facto de, sendo ele o actual presidente do país, ser a figura predominante na cena política nacional. Uma outra razão é que se trata de um discurso, em grande parte, radicalmente diferente dos seus predecessores.

1 O presente IDEIAS é um resumo da comunicação apresentada pelo mesmo autor na 2ª Conferência do IESE.

2 CNICP. *Temos que abandonar o passo do camaleão*, Maputo, Frelimo, Cadernos dos Conselhos de Produção, 7, 1982.

Com efeito, a pobreza e a luta contra a pobreza ocupam um importante lugar no discurso da Frelimo desde a independência do país em 1975. Várias estratégias político-económicas para combatê-la foram ensaiadas, assim como várias explicações sobre as suas causas foram avançadas, sendo de destacar o factor colonial, a hostilidade dos regimes minoritários brancos da Rodésia do Sul e da África do Sul, a guerra civil e as calamidades naturais.

A independência do Zimbabwe, o fim da guerra fria, do Apartheid e da guerra civil assim como o abandono do marxismo-leninismo a favor do liberalismo, fizeram com que muitos abandonassem tais teorias para explicar o subdesenvolvimento de Moçambique e novos argumentos foram elaborados. Neste diapasão, portanto, um dos objectivos deste texto será analisar os elementos que compõem o discurso de Guebuza, para, então, explicar as estruturas e os determinantes que lhe estão subjacentes. Inspirando-nos em Damon Mayaffre partimos do pressuposto segundo o qual o discurso político é sempre e acima de tudo uma questão de identidade ou uma estratégia identitária³. Com efeito, e como iremos ver ao longo do texto, a estratégia discursiva de Guebuza é de marcar o seu campo, o seu estilo, a sua identidade, em suma, de se diferenciar dos seus predecessores. Sem perder de vista que o discurso varia entre outros, segundo o espaço, tempo e o auditório, forçoso é constatar que o discurso de Guebuza difere radicalmente do discurso de seus predecessores.

Guebuza e as causas da pobreza em Moçambique

Guebuza afirma que a pobreza em África e, em particular, em Moçambique, releva da responsabilidade individual, da atitude das pessoas. Esta ideia de Guebuza pode-se resumir em três pontos: 1. Pessoas pensam que foram predestinadas ou escolhidas para serem pobres, pois os seus antepassados, vizinhos ou amigos sempre foram pobres e nada fazem para sair desta situação. Ou seja, as pessoas consideram a pobreza uma fatalidade, da qual não têm como escapar e este é um dos obstáculos que o seu governo deve enfrentar na luta contra a pobreza; 2. Pessoas que, influenciadas por aquilo que ele designa de “pregadores da pobreza” ou “profetas da desgraça”, pensam que ser pobre é sinal de honestidade e exemplo de boa conduta; 3. Pessoas são pobres por preguiça, falta de auto-estima e de criatividade. Esta desafeição pelo trabalho resultaria, segundo Guebuza, de um défice de socialização, pelo que defende não só a introdução nos currículos das escolas primárias de matérias que incitem as crianças a terem amor pelo trabalho, que privilegiem o saber fazer à teoria, mas também a criação de escolas técnicas e politécnicas em todos os distritos do país. Mostrando não ter nenhum pudor em relação à riqueza, e considerando-a como uma virtude, Guebuza afirma

3 D. MAYAFFRE, “Dire son identité politique. Étude du discours politique français au XX^e siècle”, *Cahiers de la Méditerranée* 66, 2003, pp. 247-264.

que todos os moçambicanos podem ser ricos ou devem aspirar a serem ricos, desde que abandonem a “mentalidade miserabilista” que faz com que tenham vergonha ou medo de serem ricos. A destacar também no discurso de Guebuza o lugar que é dado ao papel da ajuda externa.

Mesmo se Moçambique continua a depender extremamente da ajuda internacional e a legitimidade e a sobrevivência do governo e do Estado dependem mais dessa ajuda do que da sua capacidade em produzir políticas capazes de eliminar a pobreza, o discurso actual tenta minimizar o papel e o impacto da ajuda externa, colocando-a num plano secundário. Procura-se inculcar a ideia de que viver de “mão estendida” não dignifica em nada os Moçambicanos, devendo a ajuda externa ser considerada apenas como um complemento e não como um substituto ao esforço dos Moçambicanos na sua luta contra a pobreza.

Entretanto, a par deste discurso, forçoso é constatar que outros factores considerados por Guebuza como obstáculos ao desenvolvimento continuam basicamente os mesmos, cerca de 30 anos depois da independência. Hoje como ontem está-se a falar do “deixa-andar” (desleixo), do “burocratismo”, da corrupção, do crime e das doenças endémicas, situação que fica clara ao compararmos um discurso do presidente Machel de 1980⁴ com os vários discursos de Guebuza. Outro aspecto que não constitui novidade no discurso de Guebuza é a questão do tribalismo e do regionalismo, considerados também dos principais obstáculos ao desenvolvimento e à unidade nacional. Com efeito, Guebuza tem afirmado repetidamente que a pobreza não é só dos moçambicanos do norte ou do centro, mas sim de todos, independentemente da região, etnia, de viverem no campo ou na cidade.

Na sequência do exposto acima, uma hipótese merece ser colocada: até que ponto a nova visão de Guebuza – um indivíduo oriundo de uma família protestante – não teria sido influenciada pelas suas origens? Com efeito, Guebuza vem de uma família profundamente religiosa, professando a religião protestante. Ora, Weber⁵ já discutiu a influência das crenças religiosas nas decisões e posturas de cunho económico dos indivíduos, e como tais atitudes repercutiriam, uma vez agregadas, na economia de determinada região. Especificamente, Weber avança que algumas formas de protestantismo, tais como o calvinismo, o metodismo, pietismo e as seitas baptistas, ao professarem que todos somos predestinados, seja para riqueza ou seja para pobreza (a teoria da predestinação), acabariam por conduzir as pessoas não à resignação, mas ao trabalho contínuo e ao acúmulo de riqueza, pois tal seria a única maneira de tais pessoas provarem que foram predestinadas à riqueza. Ou seja, como não haveria forma de saber quem foi predestinado para a pobreza ou a riqueza – pois impossível é penetrar nos segredos divinos – e como Deus só ajudaria a quem se ajudasse, as pessoas

4 S. MACHEL, *Transformar o aparelho do Estado no instrumento da vitória*, Frelimo, Maputo, 1980.

5 M. WEBER, *l'éthique protestante et l'esprit du capitalisme* (1904-1905) http://classiques.uqac.ca/classiques/Weber/ethique_protestante/Ethique_protestante.pdf (consultado a 20 de Agosto de 2008).

lutariam para ser ricas e provar, através do trabalho, que foram predestinadas à riqueza. Só através do trabalho o homem sairia da pobreza e da miséria e estaria mais próximo de Deus. À partida, todos deviam se considerar como eleitos, porque, como diz Weber, considerar-se como eleito constituía um dever e pensar o contrário equivalia a mostrar pouca fé em Deus. De acordo com Weber, nestas variantes do protestantismo, a riqueza e propriedade em si não criam problemas de moral, mas sim a preguiça, a mendicidade e o desejo de ser pobre. O que é condenado é o desperdício (do tempo, dinheiro, etc.) e o consumo desmesurado de bens de luxo. É justamente por isso que Weber situa a origem do capitalismo bem como a sua concepção de trabalho na ética protestante. Esta questão merece ser equacionada por várias razões. Uma delas é o facto de Guebuza ter sido citado a solicitar o apoio da Igreja protestante Metodista Unida de Moçambique, da qual também é crente. Segundo ele, durante o tempo colonial, esta igreja tinha, através dos ensinamentos bíblicos, ajudado os moçambicanos a perceber que a colonização não era uma fatalidade divina, consciencializando-os politicamente. Trata-se agora de ajudar a mostrar que a pobreza não é um castigo divino. Outra razão tem a ver com o facto de algumas correntes protestantes africanas (Faculdade de Teologia Evangélica de Bangui) também explicarem a pobreza em África na mesma linha de Guebuza, isto é, como uma questão de mentalidade e/ou atitude dos africanos. Entretanto, algo deve ser dito em relação à apologia de Guebuza⁶ à riqueza material, que sem dúvida entra em contraste com os ideais de rejeição do luxo, renúncia às preocupações materiais e financeiras e defesa da austeridade dos militantes, defendidos pela Frelimo nos primeiros anos da independência, quando este partido tinha proclamado o marxismo-leninismo como sua ideologia oficial. Isto mostra que Guebuza e muitos dos seus compatriotas provavelmente nunca foram marxistas convictos, como queriam fazer crer, facto consubstanciado pela maneira como facilmente abandonaram o marxismo, sem discussão e sem entrar em crise, e adoptaram o liberalismo, do qual são agora fervorosos defensores. Outra hipótese não negligenciável consiste no facto de que a atribuição da pobreza à falta de criatividade, à preguiça ou à falta de auto-estima dos africanos ou dos moçambicanos – rompendo com o discurso de muitos líderes africanos segundo o qual a África é pobre por causa do colonialismo e do imperialismo – pode ser vista não só como uma maneira de se distinguir dos seus predecessores e dos seus homólogos africanos, mas também como uma maneira de Guebuza querer atrair simpatias dos ocidentais e das agências internacionais de ajuda, pois raro é um dirigente africano não acusá-los de serem responsáveis pela desgraça de África. Para terminar, pode-se dizer que embora Guebuza tenha uma explicação diferente das causas da pobreza em Moçambique, não se pode perder de vista que o lugar central ocupado pela luta contra a pobreza

6 Guebuza é considerado um dos homens mais ricos de Moçambique, possuindo participações em diferentes sectores de actividade económica.

no seu discurso responde, antes de mais, a uma agenda definida internacionalmente pelos doadores aos países pobres, principalmente aos países africanos. Com efeito, se as instituições de ajuda internacional definiram a pobreza e o seu combate como sua razão de ser, em todos os países africanos, ela é também oficialmente, a prioridade dos respectivos governos. Temas como “Descentralização”, “Revolução Verde”, “Combate à corrupção”, entre outros, considerados por Guebuza como fundamentais para o fim da pobreza em Moçambique, não são nada mais, nada menos, que a implementação dessa agenda. A questão é: em que medida o que é designado pelo governo de Guebuza de “Agenda nacional de luta contra a pobreza”, se pode considerar “nacional”, se o país depende extremamente da ajuda internacional cuja obtenção exige a aplicação das suas políticas?

Enfim, se a definição da luta contra a pobreza é, em grande medida, reflexo de exigências de elementos externos ao país, a sua apropriação discursiva e a sua interpretação pelos actores nacionais dá-se de diversas maneiras, as quais reflectem as características da elite política do país.

Referências:

- Chichava, S. (2009). “Por quê Moçambique é pobre?” Uma análise do discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza”, *Comunicação apresentada na 2ª Conferência do IESE*, Maputo, 22-23 de Abril de 2009.
- Comissão nacional de implementação dos conselhos de produção (CNICP). (1982). *Temos que abandonar o passo do camaleão*, Maputo, Frelimo, Cadernos dos Conselhos de Produção, 7, 1982.
- Guebuza, A. “Governação aberta e inclusiva: a outra faceta do nosso compromisso em cada vez melhor servir o maravilhoso povo”. In CEDIMO (org.) *A nossa missão. Presidência aberta e inclusiva. Diversificando os canais de interação com os nossos compatriotas, vol. III*. pp. 110-111. Maputo.
- Guebuza, A. “Unidos, prossigamos com a nossa missão: luta contra a pobreza”, Maputo, 13 de Dezembro 2007, CEDIMO (org.) *A nossa missão. Presidência aberta e inclusiva. Diversificando os canais de interação com os nossos compatriotas, vol. III*. 2008, pp. 389-410. Maputo.
- Guebuza, A. (2007). “Instituições religiosas: Na solidariedade humana, um prestimoso tributo na luta contra a pobreza Comunicação de Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Presidente da República de Moçambique”, 2 de Novembro de 2006, CEDIMO (ed.), *A nossa missão. Decisão tomada, decisão cumprida, vol. II*, 2007, pp. 305-309. Maputo.
- Guebuza, A., “Estado da nação. O combate à pobreza: um desígnio nacional”, 19 de Dezembro de 2006, CEDIMO (ed.), *A nossa missão. Decisão tomada, decisão cumprida, vol. II*, 2007, 317-335. Maputo.

- Guebuza, A. “A nossa missão: O combate à pobreza”, 2 de Fevereiro de 2005, CEDIMO (ed.), *A nossa missão: O combate à pobreza, vol. I*, 2006, pp. 8-16. Maputo.
- Guebuza, A. “Combate à pobreza: um desafio que exige criatividade e celeridade nas nossas acções”, 4 de Fevereiro de 2005, CEDIMO (ed.), *A nossa missão: O combate à pobreza, vol. I*, 2006, pp. 17-22. Maputo.
- Guebuza, A. *Na caminhada contra a pobreza. Comunicação sobre o estado da nação apresentada na Assembleia da República*, 30 de Novembro de 2005. Maputo.
- Guebuza, A. “Podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos”, *Domingo*, 28 de Novembro de 2004. Maputo.
- Notícias online, “Guebuza empossa novos ministros”, http://www.govnet.gov.mz/noticias/news_folderpolitica/Mar%202008/nots_po_144_mar_08.
- Notícias online, “ Falta de hábito ao trabalho perpetua fome no país – considera presidente Amando Guebuza”, Notícias, 19 de Abril de 2007, <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/berwsea0.simples>.
- Uol economia, “Moçambique culpa cereais e petróleo pelo aumento da pobreza”, <http://economia.uol.com.br/ultnot/lusa/2008/04/22/ult3679u3655.jhtm>, (consultado a 20 de Junho de 2008).
- Machel, S. (1980). *Transformar o aparelho do Estado no instrumento da vitória, Frelimo*, Maputo.
- Mayafre, D. (2003). *Dire son identité politique. Etude du discours politique français au XX° siècle*. Cahiers de la Méditerranée 66, pp. 247-264.
- Weber, M. (2002). *L'éthique protestant et l'esprit du capitalisme(1904-1905)*. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/Weber/ethique_protestante/Ethique_protestante.pdf.

IDeIAS Nº15 – PROTECÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA BAZARCONOMIA DE MOÇAMBIQUE

António Francisco

Protecção social, na perspectiva do artigo que inspirou esta nota (Francisco, 2009) é o sistema de mecanismos, iniciativas e acções destinados a libertar os cidadãos de dois medos: 1) medo da agressão física e psicológica; e 2) medo da carência, seja ela acidental, crónica ou estrutural.

A origem desta definição pode ser traçada, primeiro, ao trabalho realizado, há dez anos atrás, no âmbito dos dois primeiros relatórios nacionais de desenvolvimento humano (RNDH) em Moçambique. O RNDH de 1998 abordou a questão da transição da insegurança nacional para a segurança humana, representada por um gráfico¹ similar ao da Figura 1 e dois eixos analíticos: 1) paz social, a vários níveis: nacional, comunitária e individual; 2) crescimento económico, viável e sustentável, intimamente ligado ao desenvolvimento humano (Gordon & Spicker, 1999, p.119; UNDP, 1994; PNUD, 1998, 2009).

A segunda fonte de inspiração da definição de protecção social, apresentada acima, é a comunicação de Francisco (2009) à II Conferência do IESE, em Abril passado. Esta nota partilha alguns aspectos da perspectiva de protecção social defendida no referido artigo; uma perspectiva que questiona os modelos de protecção importados e implementados pelo Governo moçambicano e dos seus parceiros internacionais.

1 O referido gráfico foi ainda usado no RNDH 1999, mas já sem utilidade e consistência analítica. Isto porque, à última hora, um dos capítulos centrais, sobre o papel do voto secreto no desenvolvimento humano dos moçambicanos, foi removido da edição final do Relatório. Tal censura resultou no abandono da equipa pelo responsável técnico principal. Os RNDH subsequentes não mais voltaram a incluir o gráfico e a abordagem da segurança humana, na perspectiva do primeiro relatório. Os Relatórios seguintes adoptaram um optimismo beócio do desenvolvimento humano.

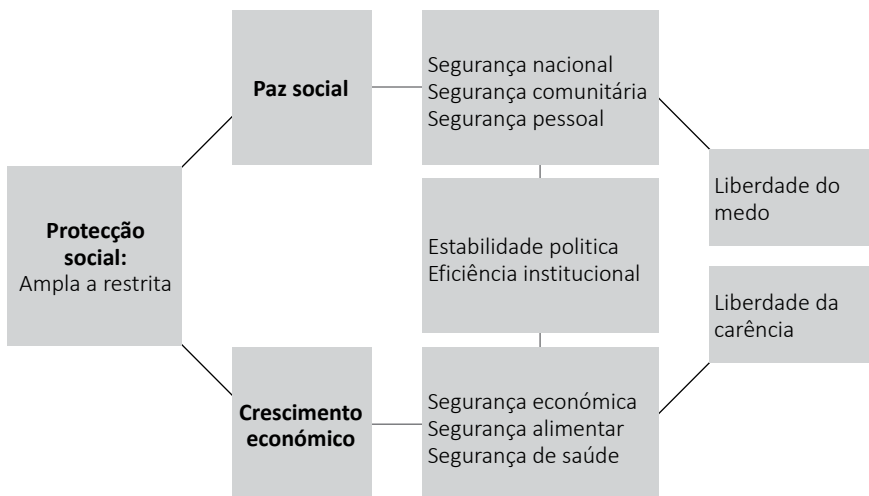
Liberdade negativa e protecção social ampla

A definição de protecção social, no início deste texto, veicula uma perspectiva ampla e abrangente de todos os cidadãos. Neste contexto, as formas de protecção social restritas e específicas, focalizadas em grupos de risco e vulneráveis, surgem como complementares, mas apenas parte de uma visão de segurança humana mais abrangente e inclusiva.

A dimensão ampla de protecção social pode ser associada, *grosso modo*, à ideia de liberdade “negativa”, na dupla classificação de liberdade, proposta por Isaiah Berlin: “liberdade negativa e liberdade positiva” (Berlin, 1969)². Por “liberdade negativa” entende-se “ausência de coerção” ou de obstáculos externos e institucionais, que impeçam alguém de realizar algo relevante para a sua liberdade económica e segurança humana.

A liberdade de expressão e de circulação, os direitos de propriedade e a segurança pública, entre outras, são indispensáveis ao fortalecimento da liberdade negativa. Elas dependem das condições institucionais, legais ou extralegais, associadas às regras de jogo prevalentes na sociedade; em geral, dependem menos da disponibilidade de recursos financeiros e logísticos, do que da vontade política, e sobretudo, da eficiência e eficácia institucionais.

Figura 1 – Enquadramento analítico da protecção social na perspectiva da bazarconomia



2 Berlin, Isaiah, 1969. “Two Concepts of Liberty”, in I. Berlin. *Four Essays on Liberty*, <http://www.sdx.js.cn/web/yanjiusheng/yjs/ebook/zhxue/FourEssaysOnLiberty/FourEssaysOnLiberty.html>. Os termos “negativa” e “positiva” não são usados com conotação moral, no sentido de bom ou mau.

Liberdade positiva e protecção social restrita

A segunda dimensão da protecção social, restrita e específica, abrange múltiplos mecanismos, iniciativas e acções de mitigação ou socorro a grupos particulares; grupos carenciados e vulneráveis (de indigência extrema, os sem abrigo); grupos profissionais (sindicatos), serviços de segurança social, públicos e privados, em benefício de certos trabalhadores, assalariados ou por conta própria (p. ex. Instituto Nacional de Segurança Social – INSS); seguros diversos (de trabalho, saúde e de vida), poupanças, crédito, fundos solidários, mutualidades, prevenção de riscos.

Em geral, ao lidar-se com a protecção social específica, toma-se a dimensão ampla como dada e adquirida. O quadro institucional, político e económico, só marginalmente é considerado. *Grosso modo*, a protecção social restrita lida com a liberdade positiva, na perspectiva de Berlin; ou seja, com a capacidade/dificuldade das pessoas realizarem algo³.

Actualmente, quando se fala de protecção social em Moçambique (e não só), as atenções centram-se nas formas de protecção específicas, com inspiração em modelos de um certo tipo de Estado de Providência que Moçambique dificilmente irá conseguir imitar. A actual Lei de Protecção Social 4/2007 é um bom exemplo de cópia de princípios universalistas que não são cumpridos e respeitados, porque as condições institucionais não o permitem. Nesta nota, de apenas duas páginas, não é possível mencionar os méritos e deméritos das abordagens e modelos de protecção social prevalentes, reflectidas nos programas governamentais suportados financeiramente do exterior, por agências internacionais como as Instituições de Bretton Woods, Nações Unidas, cooperações bilaterais e organizações não-governamentais (ONGs). Sobre isto, Francisco (2009) adianta comentários a três grupos de abordagens, designadamente: 1) Dualista; 2) Holística; e 3) Desenvolvimentalista. Em que medida tais programas ajudam a desenvolver certas formas de protecção social é uma boa questão a discutir. Mas o debate precisa de um equilíbrio, entre o geral e amplo, por um lado, e o restrito e específico, por outro.

Protecção social numa economia de bazar

O termo *bazarconomia* foi inventado e usado, pela primeira vez em 2008, para designar a natureza e tipo de relações económicas, prevalentes actualmente em

3 Nem toda a liberdade negativa implica uma liberdade positiva. O direito à propriedade ou ao salário, por si só não significa que as pessoas possuam propriedade ou desfrutem de salário. Para que a liberdade positiva se concretize é preciso que as condições para o seu exercício, estejam presentes na realidade; ou seja, tem de ser criada, exige um esforço intencional, tem um preço e custos, não só monetários.

Moçambique (Francisco, 2008a, 2008b)⁴. Bazarconomia significa duas coisas. Primeiro, designa fenómenos económicos reais, num ambiente institucional em que a economia nacional se organiza e estrutura como uma espécie de bazar de múltiplos universos económicos. Neste sentido, o universo da economia formal e parte da informal legítima, convencionalmente representado estatisticamente em indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), constitui e representa a ponta de um vasto, amplo e multiverso *iceberg* económico.

De que tamanho é esse iceberg económico nacional, mais ou menos caótico, mas com sua própria ordem, sua racionalidade e relativa independência entre os universos económicos constituintes? Esta é uma das questões centrais a investigar, no domínio do segundo sentido do termo bazarconomia, como discurso analítico sobre a economia real. Pelo menos cinco universos económicos, identificáveis analítica e estatisticamente, são fundamentais para uma análise realista da protecção social em Moçambique: 1) a economia formal, em torno dos sectores convencionais: agrícola, industrial e serviços; 2) o universo informal ou extralegal, legítimo e socialmente relevante; 3) o universo informal ilegal, delituoso e socialmente controverso, mas institucionalmente relevante; 4) os fluxos da ajuda externa, dentro e fora do Orçamento do Estado; 5) a economia *prosumer* da produção de subsistência e criação de bens, serviços e experiências para consumo próprio ou satisfação pessoal, em vez da venda ou troca.

Num próximo Ideias, espera-se abordar especificamente a questão da “Bazarconomia de Moçambique”. Uma outra questão, intimamente ligada às questões económicas, é sobre a natureza e papel do Estado em Moçambique. Sobre isto, um dos argumentos no artigo de Francisco (2009) que mais atenção e debate provocaram, na Conferência do IESE de Abril passado, foi a afirmação de que Moçambique é um Estado Falido, mas não um Estado Falhado. Um Estado Falido que, segundo Francisco, está a revelar sérias dificuldades em superar a falência económica crónica em que mergulhou, na primeira década da independência política nacional. Na impossibilidade de se explorar, nesta nota, os aspectos acima referidos, pelo menos sete dos pontos mais característicos e relevantes da protecção social em Moçambique, nesta primeira década do Século XXI, podem ser destacados:

1. Moçambique não dispõe de qualquer sistema formal, minimamente viável e abrangente, para apoio a desempregados e trabalhadores em situação

4 Francisco (2009) traça a origem do termo bazarconomia a duas fontes: 1) O termo bazarketing, de Thiago Fonseca, no livro com o mesmo nome; 2) A reflexão crítica sobre a natureza das relações de produção e distribuição em Moçambique, bem como o distanciamento de dois discursos económicos dominantes, o dualista (principalmente certa economia neoclássica) e o holístico (principalmente certa economia marxista). Agradeço ao meu colega Sérgio Chichava, pela indicação do artigo de Clifford Geertz, “The Bazaar Economy: Information and Searching Peasant Marketing”, <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/1816656.pdf>. Geertz usa a expressão “economia de bazaar”, relativamente à arte de gerir informação sobre os preços no bazar. É um domínio de debate que se distingue, tanto na expressão como no conteúdo, da dupla conotação atribuída ao termo bazarconomia (ou em inglês, talvez, *bazareconomics*).

de risco e vulnerabilidade extremas. Tampouco dispõe de perspectivas promissoras, em termos de oportunidades de emprego, rural e urbano. Existem mecanismos de segurança formais, muito precários e circunscritos a grupos alvo específicos, nomeadamente: trabalhadores assalariados, de empresas públicas e privadas; grupos vulneráveis e em risco imediato de insegurança pessoal, por carência alimentar, calamidades naturais ou outras situações adversas. Recentemente, o Presidente da República apostou em formas *ad hoc* de empregabilidade (os chamados “7 milhões” nos distritos), de viabilidade e sustentabilidade questionáveis, porque carecem de ligações adequadas ao sistema financeiro e produtivo do País.

2. Para se entender as formas de protecção social emergentes em Moçambique é indispensável tomar em consideração as ligações entre os modelos de riqueza e sua distribuição social, associados à racionalidade do multiverso da economia nacional. A articulação entre a lenta diferenciação produtiva e a distribuição da renda, relativamente mais rápida e expansiva do que a dinâmica produtiva, configura um padrão de acumulação extractivo, consumista e promotor de instituições favoráveis à transferência em vez da produção e criação de valor acrescentado.
3. Certos universos económicos incentivam processos de desigualdade social, a favor do crescimento e aumento acelerado da riqueza, enquanto outros privilegiam a manutenção e reprodução simples, favorecem a igualdade em detrimento da diferenciação da produção e crescimento da riqueza. O Estado, tanto pode favorecer como desfavorecer certos agentes económicos e grupos sociais, em prejuízo de outros. Tudo depende da correlação entre os interesses que dominam as políticas públicas e a governação.
4. A principal fonte de protecção social da população moçambicana, rural e urbana, alicerça-se numa economia *prosumer*, com uma racionalidade de manutenção e reprodução simples. Se bem que precária, à luz de critérios de padrão de vida médio internacional, acaba por ser a opção possível de protecção que sobra; sem dúvida mais efectiva do que os limitados mecanismos formais do Estado, em benefício de uma minoria.
5. A ajuda externa é a fonte mais importante de protecção social, no sistema formal e legal, por três vias: a) garantia dos salários dos funcionários públicos; b) apoio à democratização e participação política dos cidadãos, incluindo apoio à sociedade civil; c) financiamento de projectos públicos, sobretudo em infra-estruturas (estradas, escolas) e áreas (saneamento, saúde).
6. No domínio extralegal, tanto o informal legítimo como o informal ilegítimo, os cidadãos procuram expandir suas oportunidades de protecção social, por via familiar, comunitária, privada e pessoal. Estes processos ultrapassam as

redes locais ou nacionais, expandindo-se além-fronteiras, através de inúmeras iniciativas e mecanismos: fluxos migratórios, para trabalhar noutros países e em organizações internacionais; transferências monetárias, exportação de capitais; compra de imóveis e aplicações em produtos financeiros; envio dos filhos para se formarem em locais reconhecidos internacionalmente; criação de seguros de saúde e de vida, poupança, entre outros.

7. Desconhece-se a dimensão e abrangência dos novos mecanismos de protecção social, individuais e privados, presentemente em desenvolvimento. A percepção de que apenas uma porção restrita da população, a nível urbano, se envolve nos novos mecanismos de protecção social carece de confirmação empírica. Existem vários testemunhos sobre uma extensiva mobilidade social rural, sobretudo para os países vizinhos. Cidadãos de diferentes estratos sociais e regiões de Moçambique, na falta de oportunidades e facilidades a nível interno, procuram alternativas inovadoras e possíveis no multiverso do bazar económico nacional.

Questões relevantes a abordar futuramente

Em próximas edições do *Ideias*, a questão da protecção social será retomada, em referência a questões concretas como as seguintes:

- Quais os desafios da protecção social, no contexto de um Estado Falido mas não Falhado, como o de Moçambique?
- Como viabilizar a protecção social específica para os mais desfavorecidos e vulneráveis, reforçando a protecção social ampla?
- Qual o papel desempenhado por modelos como o *safety nets* (redes de segurança) do Banco Mundial?
- “O sistema de segurança social em Moçambique”, na perspectiva do CTA (Confederação das Associações Económicas de Moçambique), dos Sindicatos, do INSS e do Governo Moçambicano?
- Como é que o fundo de iniciativa local (conhecido pelos “7 milhões”) poderá contribuir melhor para a protecção social?
- A Questão Fundiária em Moçambique: que papel para a terra agrícola na protecção social dos moçambicanos?

Referências

- Berlin, I. (1969). Two Concepts of Liberty. In I. Berlin. *Four Essays on Liberty*. Disponível em: <http://www.sdx.js.cn/web/yanjiusheng/yjs/ebook/zhexue/FourEssaysOnLiberty/FourEssaysOnLiberty.html>.
- Francisco, A. (2008a). *Apresentação do livro Protecção Social em Moçambique: Uma rede furada de protecção social, de António S. Quive*. Maputo. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/Quive_Proteccao_social_em_Mocambique_rede_furada_Apresentacao_do_livro11.09.08.pdf.
- Francisco, A. (2008b). “Bazarconomia de Moçambique: Economia de Sofala e Desafios”. *Seminário sobre a Economia de Sofala*, de 23 e 24 de Setembro 2008 na Universidade Jean Piaget de Moçambique, Beira (Inhamítua). Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/Bazarconomia_Moz_Sofala.pdf.
- Francisco, A. (2009). “Bazarconomia da Protecção Social em Moçambique na Primeira Década do Século XXI: Venenos do passado, remédios do presente, futuro envenenado?” Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/GrupoII/Artigo%20sobre%20Proteccao%20Social_AFrancisco.pdf.
- Gordon, D. & Spicker, P. (1999). *The International Glossary on Poverty*. London: Zed Books.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). (1989). *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 1998, Moçambique: Paz e crescimento – oportunidades para o desenvolvimento humano*. Maputo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). (1999). *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 1999, Moçambique - Crescimento económico e desenvolvimento humano: progresso, obstáculos e desafios*. Maputo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- UNDP (United Nations Development Programme). (1994). *Human development Report 1994*. New York: Oxford University Press.

IDeIAS Nº32 – PROTECÇÃO SOCIAL FINANCEIRA E PROTECÇÃO SOCIAL DEMOGRÁFICA: TER MUITOS FILHOS, PRINCIPAL FORMA DE PROTECÇÃO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE?¹

António Francisco, Rosimina Ali e Yasfir Ibraimo

Ter muitos filhos foi, durante muito tempo e ainda é hoje, a principal forma de protecção social em Moçambique e, talvez, na maioria dos países da África subsariana. No entanto, sempre que esta ideia é levantada em debates recentes sobre protecção social ela gera um misto de reacções, incluindo surpresa e perplexidade; o caso mais recente, no Workshop do IPC-IG em Joanesburgo (11-14 Outubro, 2010), não foi excepção.

Após concluir a leitura deste texto provavelmente as perguntas que permanecerão sem resposta serão mais do que as que serão respondidas; mas o objectivo desta nota é unicamente levantar o debate em torno da “protecção social demográfica” (PSD) *vis-à-vis* da “protecção social financeira” (PSF). O texto visa principalmente qualificar brevemente o argumento relativo à ideia de ter muitos filhos, como parte do que aqui se designa por “protecção social demográfica”, ou seja, o conjunto de relações e mecanismos determinados principalmente pelos componentes de mudança demográfica, tais como as taxas vitais (taxas brutas de mortalidade e de natalidade), estrutura etária, mortalidade infantil e esperança de vida.

Em Moçambique, enfrentar os desafios da expansão dos programas de protecção social tem estado a converter-se numa tarefa cada vez mais complicada. Observando através das lentes do “pensamento desejoso”² não seria difícil aceitar a afirmação do IPC-IG sobre o alegado sucesso de Moçambique nos programas de protecção social:

1 Versão em português de um artigo em inglês que será publicado na edição de Novembro da *Poverty in Focus* do International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG), www.ipc.undp.org

2 *Wishful thinking*, na expressão inglesa. Significa o padrão de pensamento que toma os desejos pela realidade, levando as pessoas a tomar decisões e interpretar os factos, relatos e percepções com base nesses desejos, em vez do que acontece na realidade e na racionalidade (Francisco & Matter, 2007, www.gersterconsulting.ch/docs/Mozambique-Poverty-Report.pdf).

“Além da África do Sul, *Moçambique, Gana e Quênia também* têm tido sucesso no desenvolvimento de quadros de protecção social, e/ou têm avançado em direcção à definição de uma perspectiva de longo prazo para as suas políticas e programas”. No entanto, um olhar atento aos reais desafios da ampliação da protecção social mostra como esta tarefa está a tornar-se difícil nos dias de hoje. Setembro de 2010 foi um mês terrível para os “pensadores desejosos” em Moçambique. O mês começou com mais uma revolta popular violenta e sangrenta (1-3 de Setembro) nas duas principais cidades de Moçambique (Maputo e Matola) e terminou com a conclusão devastadora contra a tese generalizada de que a pobreza estava a diminuir. De facto, segundo a última Avaliação Nacional da Pobreza e Bem-estar em Moçambique a pobreza estagnou, na melhor das hipóteses, mas em várias províncias do país e na zona rural em geral aumentou substancialmente³.

Contexto do debate da protecção social

O contexto do debate actual sobre protecção social pode ser enquadrado em três vertentes: analítica, empírica e o debate em falta. Uma característica importante no debate analítico é o persistente divórcio entre a maneira como a protecção social é tratada nos países desenvolvidos comparativamente às abordagens aplicadas no mundo subdesenvolvido.

Actualmente, nos países desenvolvidos, os pesquisadores e fazedores de políticas encontram-se ocupados em repensar a segurança social e a assistência social, numa perspectiva de longo prazo, com o objectivo de torná-las viáveis, sustentáveis e coerentes com a estrutura demográfica e económica das suas sociedades. Como ou se irão conseguir vencer tal desafio, o tempo dirá, mas a verdade é que a principal preocupação nos países desenvolvidos gira em torno da viabilidade e sustentabilidade de longo prazo dos sistemas de protecção social.

Em contrapartida, em países subdesenvolvidos como Moçambique, a abordagem assistencialista tem assumido a liderança nos discursos dominantes e alternativos sobre protecção social. O próprio conceito de protecção social é geralmente usado como um “conceito guarda-chuva” ou como *proxy* do domínio da assistência social (entendida esta como direito ou mera caridade) com o objectivo de aliviar a pobreza e amenizar riscos em comunidades pobres e vulneráveis.

Alguns críticos apresentam alternativas às abordagens assistencialistas no âmbito do debate entre a abordagem *ex-ante* e *ex-post*, ou entre os interesses de curto prazo e consequências de longo prazo de diferentes estratégias de protecção social⁴. No

3 MPD (Ministério da Planificação e Desenvolvimento). 2010. Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional, Maputo, http://196.3.96.242/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=61&Itemid=97&lang=pt.

4 Wuyts, Marc. 2006. Developing Social Protection in Tanzania within a Context of Generalized, [ww.repoa.or.tz/documents_storage/Research_Activities/Special_Paper_No._06.19.pdf](http://www.repoa.or.tz/documents_storage/Research_Activities/Special_Paper_No._06.19.pdf).

entanto, neste texto, protecção social é entendida em torno da posição epistemológica definida pela finalidade principal. Assim, por protecção social entende-se aqui o sistema de relações, mecanismos e iniciativas que visam garantir uma segurança humana cada vez mais digna, através da libertação gradual dos cidadãos de dois medos principais observados no ciclo da vida humana: 1) liberdade em relação à carência, nomeadamente escassez de alimentos, de emprego ou de oportunidades profissionais, quer seja estrutural ou conjuntural, crónica ou cíclica ou acidental; e 2) liberdade em relação à agressão, privação e ameaça à segurança física e psicológica (p. ex. tráfico de órgãos humanos ou de pessoas, violência doméstica, linchamentos públicos)⁵.

Quanto ao contexto empírico do debate sobre a protecção social, é importante lembrar que Moçambique encontra-se entre os 12 países no mundo com maior intensidade e incidência de pobreza, medida pelo recentemente criado Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Com cerca de 80% da população moçambicana classificada como pobre em termos do IPM, esta proporção da população cai dentro do intervalo definido pelos dois indicadores mais comuns de pobreza internacional “extrema” - 75% da população vivendo com 1,25 USD ou menos por dia e 90% vivendo com 2 USD ou menos por dia. Este efectivo totalizando cerca de 18 milhões de pessoas em extrema pobreza contém pelo menos cinco milhões de pessoas mais do que as estimativas na base das linhas de pobreza nacional - 54% em 2003 e 55% em 2009.

No que diz respeito ao debate em falta, a questão importante, nos dias de hoje, refere-se à relutância ou incapacidade em se reconhecer a verdadeira natureza do Estado de Moçambique e da economia nacional. Francisco (2010) tem caracterizado Moçambique como um Estado falido mas não falhado, assente numa *bazarconomia* ou uma economia submersa num complexo bazar composto por múltiplos universos económicos, cada um com sua racionalidade própria, relativamente independentes uns dos outros. Neste contexto, que perspectivas existem para a protecção social num país que mergulhou e vive numa falência crónica, há mais de um quarto de século, sem sinais concretos de emergência de modelos institucionais que apontem saídas para a prevalência de universos económicos progressivos e capazes de superar os modelos regressivos e comprometidos com o subdesenvolvimento?

Protecção social financeira

A literatura actual sobre a protecção social nos países subdesenvolvidos assume como um dado adquirido que a viabilidade e a sustentabilidade de sistemas modernos de

5 Francisco, A. 2010 “Moçambique: Protecção Social no Contexto de um Estado Falido mas Não Falhado”, in L. Brito, CN Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (ed.). *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 37-95.

protecção social depende, principalmente, da robustez, eficácia e eficiência dos sistemas financeiros existentes. No entanto, tal literatura peca por não conferir suficiente reconhecimento às implicações da natureza excludente dos sistemas financeiros.

No caso específico de Moçambique, os sistemas financeiros, tanto formais como informais, fornecem acesso a menos de 25% da população adulta⁶.

Isto significa que, enquanto existe uma enorme oferta de capital concentrando-se num conjunto restrito de mecanismos e actores financeiros, simultaneamente cerca de 80% da população adulta (na zona rural atinge 85%) vive excluída desses sistemas. Os dois lados do mercado que deverá sustentar os processos de protecção social não ligam entre si, se bem que ambos precisam fortemente um do outro.

Menos de 10% dos mais de 10 milhões de pessoas na população economicamente activa têm acesso à protecção social formal, incluindo os dois sistemas contributivo e não contributivo. Além disso, a alocação de recursos financeiros públicos, em 2009 e 2010, para a segurança social e programas de assistência social foi inferior a 0,5% das despesas orçamentais gerais. Nestas circunstâncias, como é que se pode pretender que a segurança social formal e a assistência social caritativa possam ser capazes de se tornarem inclusivas e socialmente relevantes para a maioria da população?

Perante este panorama, uma outra questão importante torna-se inevitável: se o sistema financeiro nacional, em que os mecanismos formais e informais de protecção social estão alicerçados, dá acesso a menos de um quarto da população adulta, onde é que os restantes três quartos de pessoas excluídas dos sistemas financeiros procuram protecção social? Estão elas totalmente desprotegidas, por exemplo, no que diz respeito ao apoio à criança e seguro contra os riscos de insegurança na velhice?

Protecção social demográfica

A resposta curta e directa para as duas interrogações anteriores pode ser dada recorrendo ao conceito de PSD, definido no segundo parágrafo deste texto. Mais de três quartos da população não recorre a quaisquer dos mecanismos financeiros, incluindo os informais (p. ex. *xitique*, associações comunitárias, organizações funerárias), na sua luta pela sobrevivência (Vletter, 2009). Em vez disso, na sua vida quotidiana, a solução para a prevenção e mitigação dos principais riscos humanos, tais como o risco de perder a vida na infância (antes de completar um ou cinco anos), continua a depender dos sistemas demográficos de protecção social.

A transição demográfica de Moçambique – isto é, o processo em que os países mudam de um regime demográfico assente em altas taxas vitais (taxas brutas de mortalidade e de natalidade) para um regime caracterizado por baixas taxas vitais – tem sido lenta e atrasada, comparativamente à transição em vários países do sul de África, tais como:

6 Vletter, F., C. Lauchande & E. Infante. 2009. FinScope Mozambique Survey 2009. Maputo: AustralCowl.

Maurícias, Botswana, África do Sul, Zimbabué, Suazilândia e Lesotho⁷. Por isso, não deve ser motivo de surpresa que ter muitos filhos continua a representar para a maioria da população moçambicana a principal via de protecção social.

Do ponto de vista macro, em termos demográficos e económicos, existem várias características comuns aos países que se encontram na fase inicial ou atrasada da transição demográfica, como é o caso de Moçambique: 1) as necessidades de consumo tendem a exceder a capacidade produtiva; 2) a abundância de crianças está intimamente relacionada à estrutura populacional bastante jovem, manifestando na elevada ocorrência de trabalho infantil (mais de 1,3 milhões, ou 33% das crianças dos 7 aos 14 anos de idade) e altos níveis de pobreza; 3) forte dependência tanto da exploração de recursos naturais como de capitais estrangeiros; 4) as mulheres precisam de investir consideráveis recursos produtivos e temporais na esfera da reprodução humana; 5) persistência da elevada fecundidade (ter muitos filhos), visto que os sistemas financeiros e de protecção social modernos mostram-se incapazes de substituir os antigos fluxos de riqueza entre gerações e outros mecanismos de segurança social.

Ampliação e consolidação de... quê?

O resto desta nota responde a quatro questões-chave, levantadas pelos organizadores do Workshop do IPC-IG em Joanesburgo, as quais serão ligadas com os pontos de vista acima referidos, com especial atenção para as implicações do que aqui é designado por PSF e PSD.

Como são tomadas as decisões sobre o que ampliar na protecção social?

Depende muito das abordagens analíticas e metodológicas prevalentes, bem como das motivações dos decisores políticos e investigadores. É verdade que desde 2007 o Governo moçambicano aprovou um conjunto de leis, regulamentos e, até mesmo, no início do corrente ano, uma estratégia nacional de protecção social. No entanto, o quadro jurídico global moçambicano deixa muito a desejar, devido à fraca atenção prestada às implicações da natureza da demografia, da economia e do Estado.

O actual quadro legal está votado à sua sorte e depende muito da boa vontade de alguns funcionários públicos voluntariosos e da generosidade dos seus parceiros internacionais. No entanto, a generalidade dos detentores do poder político não dá a devida atenção aos potenciais dividendos ou prejuízos que actual fase da transição demográfica pode trazer para Moçambique.

⁷ Francisco, A. Op. Cit.; Malmberg, Bo. 2008. Demography and the Development Potential of sub-Saharan Africa. Current African Issues 38. Uppsala: The Nordic Africa Institute. <http://nai.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2:241196>.

Quais são alguns dos constrangimentos institucionais?

O Governo actual não mostra possuir uma estratégia adequada com vista a superar a falência económica e financeira em que o Estado moçambicano está mergulhado há mais de 25 anos. Não é claro se isto acontece por incapacidade ou por conveniência, pois a falência pode ser uma boa fonte de manutenção de poder e realização de certas elites.

Os programas de assistência social, específicos e dispersos, em curso em Moçambique, dependem fortemente da ajuda internacional. Na falta de algo melhor, não há dúvida que tais programas proporcionam algum alívio, em situações de urgência. No entanto, mesmo tais acções de alívio e emergência produzirão fraco impacto, acabando a ajuda internacional por capacitar mais os já detentores de poder e benefícios do que os despossuídos e mais necessitados de ajuda.

Quais são algumas das oportunidades institucionais?

Uma oportunidade crucial para o desenvolvimento de instituições favoráveis ao progresso tem sido proporcionada pela generosidade da comunidade internacional em doar e fornecer ajuda financeira e técnica a Moçambique. Mas por quanto tempo irá manter-se tal ajuda?

O estágio actual da transição demográfica em Moçambique poderia proporcionar dividendos positivos mas também negativos, a médio e longo prazo. Muito irá depender da forma como as instituições políticas e económicas nacionais irão favorecer o desenvolvimento ou, pelo contrário, o subdesenvolvimento. Dependendo do tipo de instituições que prevalecerem – progressivas e produtivas ou regressivas e extractivas/ predadoras, a continuidade da transição demográfica irá gerar tanto dividendos como prejuízos. Por exemplo, os constrangimentos ao emprego e geração de renda e os efeitos da estrutura etária poderão converter-se em fonte de tensões sociais, em vez de proporcionarem geração de riqueza e melhoria do padrão de vida da maioria da população.

Algumas das áreas emergentes que merecem ser redesenhadas?

A expansão da protecção social depende fortemente da natureza e feições do Estado e da economia do país. A actual configuração institucional, política e económica de Moçambique tem favorecido o desenvolvimento de formas precárias de protecção social, através de mecanismos de dimensão macro, mas raramente reconhecidos como tal: 1) o papel da ajuda internacional como garante da segurança social dos trabalhadores urbanos públicos; uma segurança de curto prazo e precária, através da ajuda financeira

internacional que contribui para a manutenção dos empregos e salários no sector público; e 2) o monopólio do Estado sobre os direitos de propriedade da terra, supostamente visando evitar que a população rural fique exposta à insegurança fundiária e em defesa do seu direito ao uso e aproveitamento da terra para a sua subsistência.

Todavia, o que Moçambique mais necessita e por enquanto pouco tem desenvolvido são mecanismos institucionais fomentadores de sistemas de protecção social saudáveis, viáveis e sustentáveis, capazes de substituir progressivamente os mecanismos antigos de PSD por mecanismos modernos de PSE, com vista a ampliar a segurança humana mais digna, em termos de liberdade em relação à carência e ao medo, da prevenção e seguro contra a insegurança nas diferentes fases do ciclo da vida humana. Se esta perspectiva de protecção social passasse a ser reconhecida pelos fazedores de política certamente que as políticas nacionais dar-lhe-iam um enquadramento mais explícito e prioritário, com clara expressão em termos de despesas financeiras e fiscais, bem como nas políticas de trabalho, de migração, de terras e de investimento, entre outras.

IDeIAS Nº26 – A RELATIVIDADE DA POBREZA ABSOLUTA E SEGURANÇA SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

António Francisco

Quantos moçambicanos vivem na pobreza absoluta?

A resposta mais realista à questão anterior resume-se numa palavra: depende. Depende da definição e da medida de “pobreza absoluta”. Depende, sobretudo do entendimento do padrão de vida básico, um entendimento que varia de país para país, em função de um limiar de bem-estar expresso em termos monetários e das expectativas sobre o papel da protecção social na garantia de uma segurança humana digna (Francisco, 2009).

O termo “pobreza absoluta” tornou-se bastante vulgarizado em Moçambique, graças sobretudo aos discursos políticos. Intuitivamente, o cidadão comum percebe que a pobreza absoluta tem a ver com condições de vida muito precárias, um limiar mínimo de subsistência individual. Mas como testemunhou o processo político eleitoral que acaba de terminar, persiste um enorme vazio de ideias e soluções, na forma como a precariedade da vida moçambicana é gerida.

A linha de pobreza absoluta é uma moeda de duas faces: muito alta pode ser avassaladora, mas muito baixa, pode ser desastrosa para a dignidade e segurança humana. Contudo, o mais relevante quanto à pobreza em Moçambique não é tanto a fraca consciência da sua gravidade, mas o facto de a maioria dos fazedores de políticas não a relacionarem com quase nada em concreto, ao nível das políticas públicas. Esta nota ilustra este ponto, em torno de uma política pública que acaba de ser anunciada.

Em finais de Novembro passado, o Governo moçambicano aprovou uma nova iniciativa de segurança social básica. Ao anunciar o novo subsistema, Luís Covane, porta-voz do Governo, explicou os seus objectivos e abrangência: “São elegíveis para este subsistema cidadãos nacionais incapacitados para o trabalho, sem meios para a satisfação das necessidades básicas e em situação de vulnerabilidade. Integram ainda o grupo de beneficiários pessoas em situação de pobreza absoluta, aquelas que não são capazes de ter uma refeição por dia, crianças em situação difícil, idosos em situação de pobreza

extrema, sendo com 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, indivíduos com doenças crónicas e degenerativas”¹.

Uma descrição de elegibilidade tão generalista e ampla, como esta, suscita inevitavelmente dúvidas. Não em relação às boas intenções do Governo, mas quanto ao realismo e viabilidade financeira do subsistema anunciado. A dúvida sobre quanto o realismo remete o assunto para um enunciado legal, da responsabilidade mais do poder legislativo do que do Executivo.

A Lei da Protecção Social em vigor (Lei 4/2007) assenta em quatro princípios gerais – universalidade, igualdade, solidariedade e descentralização.

O princípio da universalidade é, por definição, de aplicabilidade duvidosa no actual Moçambique. Ele “consagra o direito a todos os cidadãos de serem protegidos contra os mesmos riscos e na mesma situação”, (Lei 4/2007). É um princípio importado de sistemas de segurança social que funcionam, com relativo sucesso, em países desenvolvidos e ricos, mas com condições económicas e financeiras para conferir viabilidade ao conteúdo do termo “universalidade”.

Este não é o caso de Moçambique, como adiante se ilustra. Estima-se que o produto interno bruto (PIB) *per capita* de Moçambique, referente a 2007, foi de 379 USD (PNUD, 2009, p.197). Ou seja, actualmente o Moçambicano produz em média um dólar por dia². Não precisamos entrar em exercícios técnicos sofisticados para ilustrar o ponto fundamental da relatividade da pobreza absoluta e sua e suas implicações financeiras. Não existe uma única opção, um compromisso ideal ou perfeito, quanto ao limiar da pobreza absoluta. Por isso, a melhor alternativa é considerar diferentes opções, entre um entendimento realista do padrão de vida e uma expectativa razoável de segurança humana digna.

De seguida, apresentam-se alguns resultados numéricos, em resposta à seguinte questão: quantos Moçambicanos vivem em situação de pobreza absoluta, se considerarmos as seguintes quatro opções de padrão de vida, em dólares americanos USD por dia: 2 USD, 1,25 USD, 0,90 USD ou 0,32USD³? Traduzindo estas opções para a moeda nacional (Metical), quantos moçambicanos vivem com renda inferior a 50, 31, 23 ou 8 meticais por dia?

Linhas de pobreza internacionais: 2 USD e 1,25 USD por dia

Os pobres são aqueles cujos rendimentos ficam aquém do estipulado numa linha de pobreza. Internacionalmente, as linhas 2 USD e 1,25 USD por dia são actualmente

1 Notícias de 26 de Novembro de 2009, <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/924081>.

2 Valor médio diário do PIB real *per capita*, no ano 2007, de outras regiões: Noruega – 226 USD; Dinamarca – 156 USD; Portugal – 56 USD; Mundo todo – 23 USD; Botswana – 18 USD; África do Sul – 16 USD; Maurícias – 15 USD; Malawi – 0,7 USD; Níger – 0,8 USD (PNUD, 2009, pp 195-198).

3 Os valores 0,90 USD e 0,32 USD são os equivalentes em paridade de poder de compra internacional, ao câmbio de 25 MT/USD, respectivamente para a Incidência da Pobreza e Profundidade da Pobreza do cabaz flexível (Chen and Ravallion, 2008; DNPO-IPFRI, 2004, pp.24-25; INE, 2008).

os limiares de referência do padrão de consumo global (PNUD, 2009, p.178; Chen and Ravallion, 2008). Aplicando estes dois limiares à actual população de Moçambique (ajustada pelo Censo 2007), resulta que 90% dos moçambicanos (19 milhões) vivem com menos de 50 meticais por dia e 75% (15 milhões) vivem com menos de 31 meticais por dia. Tentar cumprir o princípio de universalidade, nestes dois casos avassaladores, é financeiramente impossível. Em relação à primeira linha, um apoio de 50 meticais por dia, para 19 milhões de pessoas, representaria 37 milhões de USD diários, ou 13,5 mil milhões de USD por ano, quase o dobro do actual PIB de Moçambique⁴.

A segunda opção de limiar internacional (1,25 USD por dia), nem por isso é financeiramente menos proibitiva. Era preciso mobilizar 19 milhões de USD por dia, para 15 milhões de potenciais elegíveis. Ou seja, 7 mil milhões de USD anuais, ou 90% do PIB de Moçambique.

Tabela 1 – Implicações financeiras de quatro opções de limiar de pobreza absoluta na segurança social em Moçambique

| Indicadores | US\$ | Meticais | % da pop. Total | Censo 2007 | Impacto Financeiro Do Princípio da Universalidade da Lei 4/2007 (US\$) | | | |
|---|------|----------|-----------------|--------------|--|-------------|-------|----------|
| | Dia | Dia | | Milhões hab. | Milhões/dia | Milhões/Ano | % PIB | % do OGE |
| População Total (ajustada com Censo 2007) | | | | 20,6 | | | | |
| População abaixo do Limiar da pobreza de rendimento | | | | | | | | |
| L1 – Pobreza Internacional | 2,00 | 50 | 90% | 19 | 37 | 13.534 | 174% | 479% |
| L2– Pobreza Absoluta Internacional | 1,25 | 31 | 75% | 15 | 19 | 7.021 | 90% | 248% |
| L3 – Pobreza Absoluta Oficial (Incidência da Pobreza) | 0,90 | 23 | 54,1% | 11 | 10 | 3.661 | 47% | 130% |
| L4 – Ultra-Pobreza (Profundidade da Pobreza) | 0,32 | 8 | 20,5% | 4 | 1,4 | 493 | 6% | 17% |
| PIB per capita em \$US (\$374 em 2007)(*) | 1,0 | | | | | 7.8 | | |
| Orçamento Geral do Estado 2007 | | | | | | 2.826 | | |
| Taxa de Cambio 2008 (MT/US\$) (INE, 2008) | 25 | | | | | | | |
| PIB – Produto Interno Bruto; OGE – Orçamento Geral do Estado; (*) PIB atualizado com população ajustada do Censo 2007 | | | | | | | | |

Fonte: DNPO-IPFRI, 2004; IBRD, 2007; INE, 2009; PNUD, 2009.

⁴ Estimado em 7,8 mil milhões de USD em 2007 (PNUD, 2009, p.197).

Linhas de pobreza nacionais: linha oficial e ultra-pobreza

Os exemplos anteriores mostram por que razão em Moçambique, nos Inquéritos aos Agregados Familiares (IAF) de 1997 e 2003, se optou por fixar 13 linhas de pobreza absoluta bastante inferiores às duas linhas internacionais, acima referidas (DNPO e IPFRI, 2004). O bem-estar dos Moçambicanos é ainda tão precário que seria irrelevante optar por referências a padrões de vida que não estão ao alcance dos Moçambicanos. Oficialmente, o Governo moçambicano e seus parceiros internacionais usam 54% como valor da pobreza absoluta, na base do cabaz flexível do IAF 2003 (seria 63% no cabaz fixo). Mesmo assim, este limiar nacional também apresenta resultados financeiramente incomportáveis. Tentar aplicar o princípio de universalidade, implicaria dar apoio a 11 milhões de pessoas. Para dar apoio de 0,90 USD por dia, seriam necessários 10 milhões de USD por dia, 3.7 mil milhões de USD anuais; ou seja, 47% do actual PIB de Moçambique.

Uma quarta opção de limiar de pobreza absoluta extrema é a linha de ultra-pobreza ou indigência extrema – os extremamente pobres entre os mais pobres, vivendo com um rendimento inferior a 8 meticais (0,32 USD) por dia. Este limiar representa menos de um quinto do limiar internacional mais elevado de pobreza absoluta. Todavia, nem mesmo nesta quarta opção, o princípio de universalidade seria financeiramente comportável. Para dar apoio a quatro milhões de pessoas, no valor de 0,32 USD diários, representaria 1,4 milhões USD por dia, ou 6% do PIB de Moçambique anualmente.

Afinal, quantos moçambicanos poderão receber segurança social básica?

Nenhuma das quatro opções de linha de pobreza, acima consideradas, pode ser realisticamente implementada. Nem mesmo a linha de ultra-pobreza é viável, visto requerer uma alocação de 6% do PIB de Moçambique; 17% dos recursos anuais do Orçamento Geral do Estado (OGE) (INE, 2008).

Não sendo possível, em termos financeiros, alocar nem uma décima parte do orçamento do Estado, será que o Governo irá disponibilizar pelo menos um a três por cento do seu orçamento? Se contemplasse, entre cinco a 20 por cento das pessoas na ultra-pobreza, apoiaria 200 mil a 650 mil pessoas. Em termos financeiros, precisará entre 25 a 100 milhões de USD, assumindo um apoio de 0,32 USD/dia por pessoa, representando um a três por cento do OGE de 2007 (INE, 2008).

Conclusão

Uma cobertura de cinco a dez por cento de pessoas na ultra-pobreza é, talvez, o melhor que o Governo poderá disponibilizar, no subsistema de segurança social básica anunciado. Assim sendo, a implementação do princípio de universalidade da Lei nº4/2007, fica reduzida à módica porção de 1-3% do OGE. O tempo dirá se ao menos este limitado nível de cumprimento do princípio de universalidade se concretizará.

A experiência anterior à aprovação da Lei 4/2007 deveria ter servido de guia para se evitar incorrer em enunciados legais irrealistas, para bem de todos. Do ponto de vista prático, tanto político como social, evocar indevidamente o princípio de universalidade gera mais problemas do que ajuda a resolvê-los. Desvirtua-se o sentido e esvazia-se o conteúdo de um princípio importante, relativamente à inclusão e abrangência social. Os fazedores de políticas e outros executores seriam poupados de situações embaraçosas; por exemplo, terem de inventar outros princípios (p. ex. progressividade ou gradualismo), como forma de se acautelarem da acusação de violarem uma lei que explicitamente reconhece direitos aos cidadãos contra os mesmos riscos e na mesma situação.

Assim, considerando as condições de precariedade económica de Moçambique, em vez de apelar à universalidade, seria mais razoável adoptar um princípio de discriminação positiva, reconhecendo tratamento desigual a pessoas formalmente iguais. Algo similar ao observado na Constituição da República, em benefício da mulher ou de grupos sociais devidamente justificados.

Referências

- Chen, S. & Ravallion, M. (2008). *The Developing World is Poorer Than we Thought, But not Less Successful in the Fight Against Poverty*, World Bank Policy Research Working Paper 4703.
- Direcção Nacional do Plano e Orçamento (DNPO) e Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI). (2004). *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional (2002-2003)*. Ministério do Plano e Finanças (MPD) e Universidade de Purdue. Maputo: Ministério do Plano e Finanças.
- Francisco, A. (2009). *Moçambique: Protecção Social no Contexto de um Estado Falido mas Não Falhado*, in *Protecção Social e Acumulação Económica*, Comunicações Apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (no prelo).
- INE (Instituto Nacional de Estatística). (2008). *Anuário Estatístico 2008*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Lei 4/2007, de 7 de Fevereiro (Quadro Legal da Protecção Social), Boletim da República I Série, Nº 6 pp. 75-81.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). (2009). *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2009: Ultrapassar Barreiras – Mobilidade e desenvolvimento humano*. Coimbra: Edições Almedina, SA.

IDeIAS Nº31 – POBREZA EM MOÇAMBIQUE PÕE GOVERNO E SEUS PARCEIROS ENTRE A ESPADA E A PAREDE

António Francisco

“Ele usa a estatística como um bêbado usa um poste de iluminação: mais para se apoiar do que para se iluminar.” (Andrew Lang, in The Economist, 1995: 76).

Moçambique está a avançar... para onde?

Pesquisas recentes sobre a situação e evolução da pobreza em Moçambique, tanto pesquisas baseadas em dados estatisticamente representativos (Alkire & Santos, 2010; de Vletter *et al.*, 2009; Cunguara & Hanlon, 2009; Metétier, 2006; MPD, 2010), como pesquisas qualitativas, através de estudos de caso e reportagens narrativas (Paulo *et al.*, 2008; Halon, 2007; Serra, 2010), são unânimes num ponto: a pobreza continua muito elevada em Moçambique, cronicamente resistente e com sinais para aumentar, em vez de diminuir. Em várias províncias, onde no início do corrente século XXI a incidência da pobreza¹ parecia diminuir, no último quinquénio aumentou. A Zambézia, com mais de quatro milhões de pessoas (um quarto da população moçambicana), regista um forte agravamento da pobreza, tendo ultrapassado em 2009 o nível registado na 1ª Avaliação da Pobreza, há mais de uma década.

Os dados oficiais da 3ª Avaliação da Pobreza, divulgados a conta-gotas e apenas parcialmente, mostram uma realidade muito diferente da que tem sido anunciada

¹ Incidência da pobreza é a mais simples medida de pobreza, correspondendo à percentagem de indivíduos cujo consumo (ou outro indicador usado para medir o padrão de vida) se encontra abaixo da linha de pobreza, ou nível mínimo de necessidades básicas consistentes com as normas de uma dada sociedade.

nos discursos do partido Frelimo e seu Governo, segundo os quais a pobreza estaria a diminuir. O Presidente Armando Guebuza poderá ter razão, ao declarar sucessivamente que a pobreza está a ser fragilizada e o “País está a avançar”². O problema, todavia, é saber para onde se avança, quando os retrocessos superam os avanços positivos.

A Figura 1 sumariza os níveis da incidência da pobreza absoluta por província e as variações nas tendências no período 2003-2009 (MPD, 2010; Republic of Mozambique, 2010). O que salta imediatamente à vista, na Figura 1, são os elevados índices de pobreza, primeiro na Zambézia, com cerca de 71%, seguida de Maputo Província e Gaza, com 68% e 63%, respectivamente. Um segundo grupo, na faixa dos 50%, inclui: Inhambane (58%), Sofala (58%), Manica (55%) e Nampula (55%). O terceiro grupo, na faixa dos 30-45%, inclui as restantes quatro províncias: Tete (42%), Cabo Delgado (37%), Cidade de Maputo (36%) e Niassa (32%).

Para surpresa de muitos e forte dúvida de alguns analistas, quanto aos dados que o Governo começou a divulgar, a actual distribuição geográfica da pobreza está longe de ser óbvia e fácil de explicar. Por que será que as províncias com menor incidência de pobreza absoluta estão nos extremos do País? De um lado, Niassa com 32%, convertida na província menos pobre de Moçambique. Quem diria? De outro lado, a Cidade de Maputo, com 36%. Por que razão a Zambézia consolida a sua posição de província mais pobre, quando há meio século atrás, tinha conquistado a reputação de ser uma das províncias mais ricas de Moçambique? Para responder às questões anteriores, entre muitas outras, teremos de esperar pela divulgação do relatório final da 3ª Avaliação da Pobreza. O que até aqui é conhecido tem surgido informalmente, dando a ideia que se procura ocultar os dados preliminares da opinião pública nacional. Lamentavelmente, os utilizadores moçambicanos continuam a ter de recorrer aos colegas estrangeiros, no acesso aos resultados de estudos realizados por entidades públicas nacionais. Um velho problema, para o qual parece não haver solução.

Pobreza estagnou, ou está a aumentar?

A Tabela 1 sumariza os dados das três avaliações nacionais (1ª – 1996/97; 2ª – 2002/03; 3ª – 2008/09), destacando com setas as províncias que registaram aumentos na incidência de pobreza, nos períodos em análise. Todas as mudanças merecem atenção, mas na Tabela 1 as setas são colocadas onde a pobreza está a piorar, sendo nelas que deve incidir a atenção e a intervenção prioritárias. Entre a 1ª e a 2ª Avaliação, apenas em Cabo Delgado, Maputo Província e Cidade de Maputo, a pobreza piorou. No entanto, tais aumentos foram revertidos no período seguinte, entre a 2ª e a 3ª Avaliação, de forma significativa em Cabo Delgado e

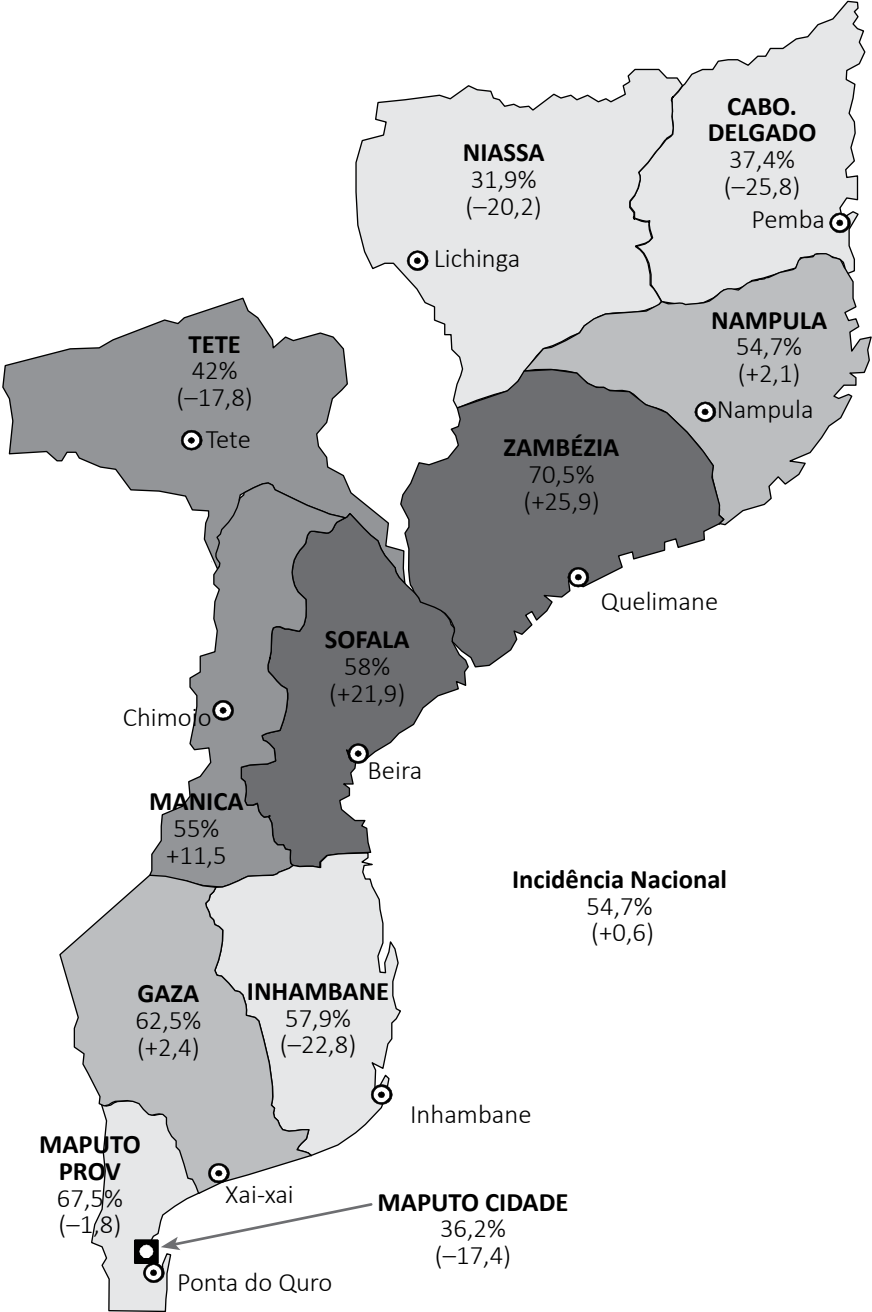
2 Jornal Notícias, 25.09.2010 (p.1), “País está a avançar”- Presidente Guebuza reagindo às declarações de Barack Obama, favoráveis ao desempenho de Moçambique, quanto aos ODM's, www.jornalnoticias.co.mz.

Cidade de Maputo, mas muito ligeiramente na Província de Maputo. Todavia, a 3ª Avaliação revela um panorama nada animador. Várias províncias apresentam sinais de retrocesso, entre 2003 e 2009, resultando no aumento da incidência de pobreza nacional e rural, nomeadamente na Zambézia, Manica, Sofala, Gaza e Nampula.

Em termos regionais, a região Centro, com 42% da população (cerca de 9 milhões de pessoas), encontra-se numa situação particularmente grave, ao registar um aumento médio de 14% de incidência de pobreza, resultante do agravamento do padrão de consumo em três das quatro províncias desta região. A última coluna na Tabela 1 apresenta a diferença líquida em pontos percentuais (pp.), em toda a década (1997-2009). Na Zambézia, depois de uma diminuição de 24 pp., entre 1997 e 2003, a pobreza voltou a piorar, de tal maneira, que já ultrapassou o nível de 1997, em 2,4 pp. A Província de Maputo tem registado ligeira diminuição da pobreza (-1,8 pp.), mas num ritmo insuficiente para ultrapassar o nível de 1997. Igualmente grave é a variação da pobreza, entre 2003 e 2009, em Sofala (22 pp.), Manica (12 pp.), seguindo algumas províncias com aumentos menores (Gaza (2,4 pp.), Maputo Província (2,5 pp.) e Nampula (2,1 pp.).

Contra a tendência geral de agravamento da pobreza, destacam-se Cabo Delgado (-26 pp.), Niassa (-20 pp.), Inhambane (-23 pp.) e Cidade de Maputo (-17 pp.). Estes casos com avanços positivos, em termos de redução da pobreza absoluta, acabam por ser insuficientes para compensar os casos com retrocessos significativos, razão pela qual a incidência de pobreza nacional registou um aumento médio de 0,6 pp. no período 2003-2009. O relatório apresentado pelo GdM na ONU desvaloriza este aumento, apoiando-se no argumento técnico da sua insignificância estatística, sem, no entanto, apresentar evidências sobre tal insignificância. Mais grave ainda, não reconhece que o simples facto de a incidência da pobreza não ter diminuído é em si significativo, sobretudo em termos políticos e considerando que a meta oficial era reduzir a pobreza para 45% em 2009. Adianta ainda, o referido relatório, que o número de Moçambicanos vivendo actualmente abaixo da linha de pobreza absoluta, aumentou de 9,9 milhões em 2003 para 11,7 milhões em 2009. Atribuir este aumento do efectivo absoluto de pobres ao crescimento demográfico é correcto, mas é apenas uma meia verdade. O problema com as meias verdades é que elas escondem pouco do muito que se pretende ocultar. É certo que o efectivo de pobres existente actualmente deriva, em parte, do crescimento populacional, mas se tal efectivo não é inferior deve-se principalmente ao facto de a taxa de redução da pobreza se manter tendencialmente constante ou mesmo ter diminuído. Este recurso a argumentos técnicos ou factores exógenos ao controlo dos executores das políticas públicas é bem conhecido, mas acaba por ser contraproducente, porque não consegue ocultar o fracasso das expectativas anunciadas e a ineficiência das políticas implementadas.

Figura 1 – Níveis de incidência da pobreza e variações no tempo por províncias, Moçambique 2003-2009



Fonte: MPD, 2010: 4; Republic of Mozambique, 2010: 13

Tabela 1: – Evolução da incidência da pobreza, três avaliações, Moçambique, 1996-2009

| | Incidência da Pobreza | | | Diferença pontos percentuais (pp.) | | | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|---------------------|------------------------------------|----------|------------------|----------|-------------------|----------|
| | 1a Aval. 1996-97 | 2a Aval. 2002-03 | 3a Aval. 2008-09 | 96-97a '02-03 | | 02-03a '08-09 | | 96-97 a '08-09 | |
| Nacional | 69,4 | 54,1 | 54,7 | -15,3 | | 0,6 | ↑ | -14,7 | |
| Urbana | 62,0 | 51,5 | 49,6 | -10,5 | | -1,9 | | -12,4 | |
| Rural | 71,3 | 55,3 | 56,9 | -16,0 | | 1,6 | ↑ | -14,4 | |
| Norte | 66,3 | 55,3 | 46,5 | -11,0 | | -8,8 | | -19,8 | |
| Niassa | 70,6 | 52,1 | 31,9 | -18,5 | | -20,2 | | -38,7 | |
| Cabo Delgado | 57,4 | 63,2 | 37,4 | 5,8 | ↑ | -25,8 | | -20,0 | |
| Nampula | 68,9 | 52,6 | 54,7 | -16,3 | | 2,1 | ↑ | -14,2 | |
| Centro | 73,8 | 45,5 | 59,7 | -28,3 | | 14,2 | ↑ | -14,1 | |
| Zambézia | 68,1 | 44,6 | 70,5 | -23,5 | | 25,9 | ↑ | 2,4 | ↑ |
| Tete | 82,3 | 59,8 | 42,0 | -22,5 | | -17,8 | | -40,3 | |
| Manica | 62,6 | 43,6 | 55,1 | -19,0 | | 11,5 | ↑ | -7,5 | |
| Sofala | 87,9 | 36,1 | 58,0 | -51,8 | | 21,9 | ↑ | -29,9 | |
| Sul | 65,8 | 66,5 | 56,9 | 0,7 | ↑ | -9,6 | | -8,9 | |
| Inhambane | 82,6 | 80,7 | 57,9 | -1,9 | | -22,8 | | -24,7 | |
| Gaza | 64,6 | 60,1 | 62,5 | -4,5 | | 2,4 | ↑ | -2,1 | |
| Maputo Prov. | 65,6 | 69,3 | 67,5 | 3,7 | ↑ | -1,8 | | 1,9 | ↑ |
| Maputo Cid. | 47,8 | 53,6 | 36,2 | 5,8 | ↑ | -17,4 | | -11,6 | |

Nota: As diferenças percentuais (02-03/08-09) no documento do MPD estão erradas e foram aqui corrigidas. Entretanto, tais dados errados estão sendo divulgados pela imprensa sem terem sido corrigidos (e.g. Savana e O País de 1.10.10).

Fonte: MPD, 2010: 4.

Entre a espada e a parede

Ao declarar-se, no título deste texto, que a pobreza em Moçambique põe o Governo e seus parceiros de desenvolvimento entre a espada e a parede, justifica-se a pergunta: de que espada e parede se trata?

A espada refere-se à revelação demolidora dos dados que põem em causa a ideia espalhada pelo mundo inteiro sobre o sucesso exemplar do modelo de desenvolvimento moçambicano. Quanto à parede, refere-se à crescente intolerância, saturação e inconformismo popular, cuja demonstração mais dramática surgiu na recente revolta de 1 a 3 de Setembro último, em Maputo e Matola. Esta revolta, similar, mas mais violenta do que a revolta de 5 de Fevereiro de 2008, indica-nos que uma parede social de inconformismo robusto está a ser erguida pela população (por enquanto urbana) profundamente empobrecida, contra políticas e programas públicos tendentes a empurrá-la para o desespero.

O tempo dirá se, depois dos tumultos de 1 a 3 de Setembro de 2010, os alertas das pesquisas sociais e económicas sobre a saturação e desgaste popular (p. ex. frequentes linchamentos e outros crimes), deixarão de ser tomados como lucubrações alarmistas de “apóstolos da desgraça” em busca de protagonismo. Não será fácil, tendo em conta “... esse terrível pavor das palavras que assombra tanto os nossos políticos, a crença de que nada existe enquanto não dizem que existe...” (Leite de Vasconcelos, 1999, p.15). Tal como em relação às palavras, igual pavor acontece em relação aos números.

Por que não usar a estatística para nos iluminar?

Apesar de o Conselho de Ministros ter aprovado o relatório da 3ª Avaliação da Pobreza e Bem-estar, na sua sessão de 21 de Setembro passado, os resultados logo de seguida divulgados na imprensa local, contradiziam o relatório que o Governo apresentou na ONU, confirmando mais uma vez a penumbra que paira em torno dos dados estatísticos de base. Como exemplo desta contradição, vejamos as seguintes citações: “... Assim, em 2009, a taxa de pobreza medida foi de 52%, o que, segundo o documento, permite prever a melhor estimativa para a taxa de pobreza em meados de 2010, em cerca de 48%...” (O País, 22.09.2010, p.24)³; “...Segundo o relatório, em 2009 a taxa de pobreza medida foi de 52%, cifra que denota uma tendência de redução em cerca de um por cento ao ano...” (Jornal de Notícias, 22.09.2010, p. 1)⁴. De onde surgem estas taxas? Qual o fundamento de uma previsão de redução da taxa de pobreza de 52% para 48%, entre 2009 e 2010, se antes aumentou 0,6 pp.? Será que existe um outro relatório, diferente daquele que o Governo apresentou na ONU?

O escritor H.G. Wells, afirmou que o conhecimento estatístico será um dia uma qualificação tão necessária para uma cidadania eficaz, como saber ler e escrever (The Economist, 1995, p.11). Porém, mesmo se ou quando este prognóstico se concretizar, muito provavelmente a estatística continuará a ser abusada, no estilo indicado na citação em epígrafe, ao serviço de ideias preconcebidas, interesses inconfessáveis e propósitos camuflados por um optimismo beócio. Por isso, os intelectuais orgânicos, profissionais e honestos, precisam de complementar seus conhecimentos técnicos com outras ferramentas, capazes de mostrarem aos políticos e intelectuais militantes, as vantagens do recurso à estatística, para um melhor conhecimento da realidade, de forma sistemática, exacta e adequada.

3 “PES 2011 projecta crescimento económico de 7,2%”, <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/9695-pes-2011-projecta-crescimento-economico-de-72.html>.

4 “Governo antevê cenário de crescimento 2011”, <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1095061/20100922>.

Referências

- Alkire, S. & Santos, M.E. (2010). Acute Multidimensional Poverty: A New Index for developing Countries. *OPHI Working Paper No. 38*.
- Cunguara, B. & Hanlon, J. (2010). O Fracasso na Redução da Pobreza em Moçambique. *Working Paper 74, Development as State-making*. London: Crisis State Research Centre, LSE.
- De Vasconcelos, L. (1999). *Pela Boca Morre o Peixe*. Associação dos Amigos de Leite de Vasconcelos. Maputo: PROMEDIA.
- De Vletter, F. Lauchande, C. & Infante, E. (2009). *FinScope Mozambique Survey 2009 – Survey Report*. Maputo: AustralCowl.
- Hanlon, J. (2007). Is Poverty Decreasing in Mozambique? Paper presented at the Inaugural Conference of the Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) in Maputo on 19 September 2007.
- MPD (Ministério da Planificação e Desenvolvimento). (2010). 3ª Avaliação da Pobreza. Análise e resultados Principais (apresentação em Power Point), Maputo (não publicado).
- Paulo, M., Rosário, C. & Tvedten, I. (2008). Monitoria e Avaliação das Políticas de Redução da Pobreza em Moçambique Estudo 2: Relações Sociais da Pobreza Urbana.
- Republic of Mozambique. (2010). Report on the Millenium Development Goals. Disponível em: http://www.4shared.com/document/Qbnu6tX4/_2__MDG_Mozambique_Report_2010.html.
- Serra, C. (2010). Linchamentos: moral não basta. Várias reportagens, Disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/search?q=linchamentos>.
- The Economist. (1995). *Guia dos Números: A Interpretação dos Números na Economia e nos Negócios*. Lisboa: CAMINHO.
- Tvedten, I. Paulo, M. & Rosário, C. (2010). ‘Opitanha’ Revisitada Avaliação das Implicações do PARPA II no Norte Rural de Moçambique 2006-2009. Bergen: Chr. Michelsen Institute.

IDeIAS Nº34 – PAUPERIZAÇÃO RURAL EM MOÇAMBIQUE NA 1ª DÉCADA DO SÉCULO XXI

António Francisco e Simão Muhorro

“Não é tanto as coisas que não sabemos que nos metem em confusões. São as coisas que pensamos que sabemos.” Artemus Ward, Escritor (www.inf.ufsc.br/~marcelo/citar.html).

O facto de a pobreza em Moçambique, particularmente a pobreza rural não ter diminuído, ao longo da primeira década do século XXI, é já amplamente reconhecido, excepto, talvez, por aqueles que optam por negar as evidências e tentar vergar a realidade às suas ideias e expectativas. Mas a possibilidade de a pobreza rural ter, de facto, aumentado, começou recentemente a ser também admitida.

Neste sentido, acaba de surgir uma modesta, mas estimulante contribuição, para o debate dos assuntos que pensamos que conhecemos, mas precisam de ser sustentados por evidências tão robustas como as que demonstram que a incidência da pobreza em Moçambique não diminuiu, na década passada.

De acordo com o estudo de Muhorro (2011)¹, a incidência de pobreza rural da renda terá aumentado em Moçambique de 70% em 2002 para 86% em 2008. Esta nota partilha alguns resultados sobre o indicador mais emblemático nas análises da pobreza: a incidência de pobreza, ou seja, a percentagem da população que vive abaixo de um certo nível ou limiar, chamado linha da pobreza (LP)².

1 O estudo foi realizado para a obtenção da sua Licenciatura em Economia, na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, sob a supervisão de António Francisco e com a colaboração de alguns investigadores do IESE, na preparação dos dados estatísticas de referência para a análise.

2 LP é um nível de renda diária ou anual com a qual uma pessoa ou uma família não possui condições para obter os recursos básicos necessários para viver. É geralmente medida em termos *per capita*, variando frequentemente, a nível nacional ou internacional, com vista a adaptar os índices de pobreza à realidade em análise, distinguindo-se por exemplo: linhas de extrema pobreza absoluta (Indigência – nuns casos ¼ de um salário mínimo por mês; noutros, um rendimento inferior a 1,25 USD ao dia), linha de pobreza absoluta (nuns casos 60% da renda familiar monetária mediana; noutros um rendimento inferior a 2,00 USD ao dia).

A pesquisa de Muhorro baseou-se na principal base de dados estatísticos rurais – os chamados Trabalhos de Inquéritos Agrícolas – (TIA). Os TIA compreendem uma série de inquéritos agrícolas, realizados pelo Ministério da Agricultura (MA), praticamente quase todos os anos, da década passada; são actualmente a fonte de dados estatísticos mais contínua, representativa e abrangente, relativamente à economia rural e condições socioeconómicas da população rural moçambicana. Desde a segunda metade da década 2010, os dados dos TIA têm sido objecto de análises detalhadas e sistemáticas, com incidência na estrutura e dinâmica da produção agro-pecuária, tendências da renda agrária e não agrária, uso e acesso a tecnologia produtiva moderna e informação de mercado relevante, entre outros aspectos. Dos resultados já publicados percebe-se que, ao longo da década passada, a produção e a produtividade rural diminuíram, em parte significativa dos produtos, tal como diminuiu o recurso a tecnologias produtivas modernas e o acesso a informações de mercado. Alguns dos estudos relacionam explicitamente os seus resultados com o fracasso das políticas públicas rurais, nomeadamente o objectivo principal do Governo, enunciado no primeiro parágrafo do PARPA II: “O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II) do Governo de Moçambique tem em vista alcançar o objectivo de diminuir a incidência da pobreza de 54% em 2003 para 45% em 2009” (Cunguara and Kelly, 2009a, 2009b; Cunguara e Hanlon, 2010; Mather *et al.*, 2008; MPD, 2010). Em Outubro de 2010, o Governo moçambicano reconheceu o fracasso da política de redução da pobreza em Moçambique (MPD, 2010). Apesar de o relatório da 3ª Avaliação Nacional da Pobreza (MPD, 2010) não avaliar explicitamente a dimensão, formas e implicações dos incumprimentos e fracassos das políticas públicas, as evidências apresentadas falam por si e corroboram os resultados dos TIA.

No entanto, ainda que o relatório do MPD (2010) e outros estudos individuais (Cunguara and Kelly, 2009a, 2009b; Cunguara e Hanlon, 2010) testemunhem o recente agravamento das condições de vida rural, a mensagem que acabam por veicular é que a situação da pobreza rural manteve-se estacionária. Recorrendo, nuns casos a argumentos técnicos (Cunguara e Hanlon, 2010, p. 5; MPD, 2010, p. 27), e noutros a meras especulações (Cuereneia, 2010), a mensagem transmitida ao público é que a pobreza não diminuiu, mas também não aumentou (Francisco, 2010).

O que revela o estudo de Muhorro 2011?

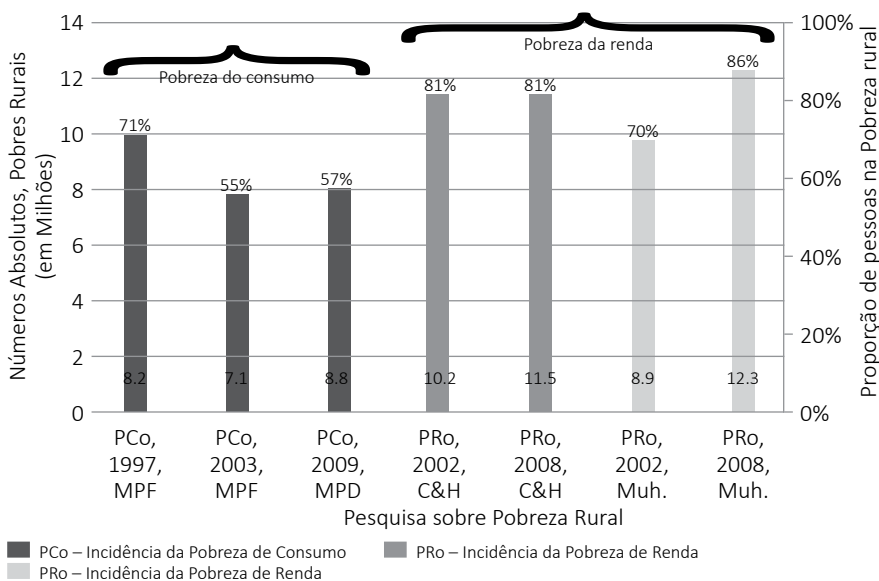
O Gráfico 1 compara os principais indicadores de incidência da pobreza, apenas na área rural, segundo duas perspectivas complementares, ambas monetárias: a perspectiva do consumo (alimentar e não-alimentar) e a da renda (agrária e não-agrária)³. O Governo moçambicano tem adoptado principalmente a perspectiva do

3 Renda é entendida aqui como o conjunto de rendimentos da produção ou do trabalho por conta própria, venda de produtos, ordenados, salário e alugueres.

consumo, nas suas três avaliações nacionais da pobreza e bem-estar em Moçambique (1996/97, 2002/03 e 2008/09).

No Gráfico 1, a incidência da pobreza rural, entendida como insuficiência de consumo (dentro da chaveta “pobreza do consumo”), mostra uma diminuição de 71%, em 1997, para 55% em 2003, mas um ligeiro aumento (1,6 pontos percentuais) para 57%, entre 2003 e 2009. Este ligeiro aumento foi considerado estatisticamente insignificante, significando que as taxas são idênticas, em termos reais (MPD, 2010-, p. 27-32).

Gráfico 1 – Incidências da pobreza (Pu) rural do consumo e da renda, Moçambique 2002–2009



Fonte: Alkire & Santos, 2010; C&H 2010; INE, 2004, 2010; MPD 2010; Muhoro, 2011

O segundo grupo de indicadores, ainda no Gráfico 1, mede a pobreza rural como insuficiência de renda (dentro da chaveta “pobreza da renda”). Cunguara e Hanlon (2010, pp. 5, 7) estimaram a incidência da pobreza rural da renda em 81%, tanto em 2002 como em 2008. Já o estudo de Muhorro (2011) estima um aumento da pobreza rural da renda significativo (16 pontos percentuais), no mesmo período. Exceptuando o aumento na província de Maputo, no estudo de Muhorro, todos os demais aumentos da pobreza rural, regionais e provinciais, são estatisticamente significantes (Tabela 1).

Sabendo que os estudos de Cunguara e Hanlon (2010) e de Muhorro (2011) foram baseados nas mesmas fontes de dados (TIA), as diferenças nos seus resultados e principal conclusão derivam certamente de diferenças técnicas; por exemplo,

diferenças nos deflatores e ajustamentos dos preços, nas linhas de pobreza, entre outras. A discussão sobre tais discrepâncias técnicas ultrapassava o objecto de estudo de Muhorro e desta nota também. De qualquer forma, ao rever atentamente as análises de Cunguara e seus colegas, os resultados de Muhorro afiguram-se mais consistentes com tais análises do que a própria conclusão geral do artigo de Cunguara e Hanlon (2010). As razões desta afirmação são explicadas seguidamente, comparando as limitações dos valores médios e também medianos, relativamente às mudanças entre os grupos (quintis) de renda.

Tabela 1 – Incidência de pobreza rural da renda, por províncias e regiões, Moçambique 2002 e 2008

| Região e Província | 2002 | | 2008 | | Diferença (2008/09) | Intervalo de confiança | | |
|--------------------|--------------------------|------------|--------------------------|------------|------------------------|---------------------------|------------|---|
| | Incidência de Pobreza | SE | Incidência de Pobreza | SE | | ± | 2,7 | * |
| Norte | 80,4 | 1,1 | 87,5 | 0,8 | 7,1 | ± | 2,7 | * |
| Níassa | 66,7 | 2,8 | 82,0 | 1,8 | 15,4 | ± | 6,7 | * |
| Cabo Delgado | 84,3 | 1,6 | 88,5 | 1,4 | 4,2 | ± | 4,3 | * |
| Nampula | 83,4 | 1,5 | 90,1 | 1,1 | 6,6 | ± | 3,7 | * |
| Centro | 62,7 | 1,0 | 84,6 | 0,7 | 21,9 | ± | 2,4 | * |
| Zambézia | 63,6 | 1,8 | 83,6 | 1,4 | 20,1 | ± | 4,6 | * |
| Tete | 49,4 | 2,1 | 86,8 | 1,3 | 37,4 | ± | 4,9 | * |
| Manica | 72,6 | 2,1 | 86,9 | 1,5 | 14,3 | ± | 5,2 | * |
| Sofala | 68,7 | 2,3 | 82,0 | 1,7 | 13,3 | ± | 5,7 | * |
| Sul | 72,0 | 1,3 | 87,3 | 0,8 | 15,3 | ± | 3,1 | * |
| Inhambane | 64,6 | 2,3 | 87,8 | 1,4 | 23,2 | ± | 5,4 | * |
| Gaza | 71,8 | 2,0 | 90,5 | 1,2 | 18,7 | ± | 4,7 | * |
| Maputo | 81,4 | 2,1 | 82,9 | 1,6 | 1,5 | ± | 5,3 | |
| Total | 70,2 | 0,7 | 86,4 | 0,4 | 16,2 | ± | 1,6 | * |

Fonte: MA (TIA 2002, TIA2008); MPD, 2010: 30; 93; Muhorro, 2011)

Diferenciação rural: média versus mediana

A comparação entre os valores médios e medianos permite uma primeira aproximação à diferenciação entre pobres e ricos, mas tratando-se de medidas agregadas, a ambas escapa a variabilidade entre os grupos de renda que compõem a amostra.

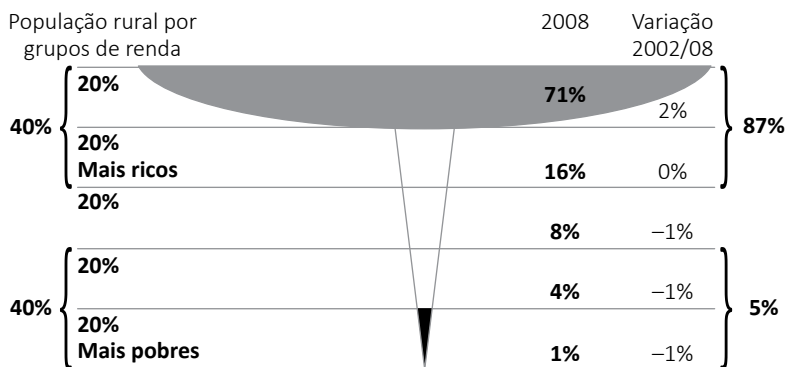
A média aritmética (soma dos valores de todos os dados de uma amostra dividida pelo número de dados) é influenciada pelos valores extremos (muito ricos e muito pobres ou indigentes). No estudo de Muhorro, a renda anual média *per capita* foi 3.313 meticais (126 USD)⁴ em 2002 e 3.688 meticais (141 USD) em 2008. Já a renda anual mediana (valor no meio numa amostra ordenada por ordem crescente ou decrescente) *per capita* foi 1.509 meticais (58 USD) em 2002 e 1.579 meticais (60 USD) em 2008.

Existe, assim, uma substancial assimetria na distribuição da renda rural, evidenciada pela mediana muito menor do que a média. Numa perspectiva nacional, a renda média rural poderá ter representado, em 2008, cerca de um terço do produto interno bruto (PIB) *per capita* de Moçambique, estimado em 444 USD (PNUD, 2010, p. 218), mas a renda mediana rural foi inferior a 15% do PIB nacional moçambicano.

Numa perspectiva ainda mais perceptível ao senso comum, convertendo o valor da renda anual para um valor diário. Em 2008, o moçambicano rural teve uma renda média de 10 meticais (0,39 do USD) por dia, mas a renda mediana *per capita* foi apenas 4 meticais (0,16 do USD) por dia.

A despeito das diferenças referidas, seja qual for a medida usada, não há dúvida que a renda rural moçambicana é baixíssima. Além disso, se a comparação entre a média e a mediana permite acautelar para a falsa ideia sobre uma distribuição simétrica ou igualitária, que não é real, também a mediana pode induzir a engano, por ser insensível às variabilidades laterais. Este aspecto é clarificado seguidamente, ao representar o empobrecimento rural, captado pelas variações no tempo entre grupos de renda, subdivididos em cinco partes chamadas quintis (cada quintil com valor correspondente a 20% da amostra ordenada).

Figura 1 – Distribuição da renda rural por quintis, moçambique 2002 e 2008



Fonte: Muhorro 2011

⁴ Dólar dos Estados Unidos (USD) ao câmbio de 26,19 meticais em 2008 (Cunguara e Hanlon, 2010, p.13; Muhorro, 2011).

Porquê pauperização rural?

Pauperização rural é o termo adequado para caracterizar o aumento da proporção de famílias e indivíduos em muito elevado grau, ou extremamente pobres. O processo de pauperização ou empobrecimento da população rural moçambicana é ilustrado no Gráfico 2, através dos cinco grupos do conjunto ordenado em cinco partes iguais (quintis) da renda rural.

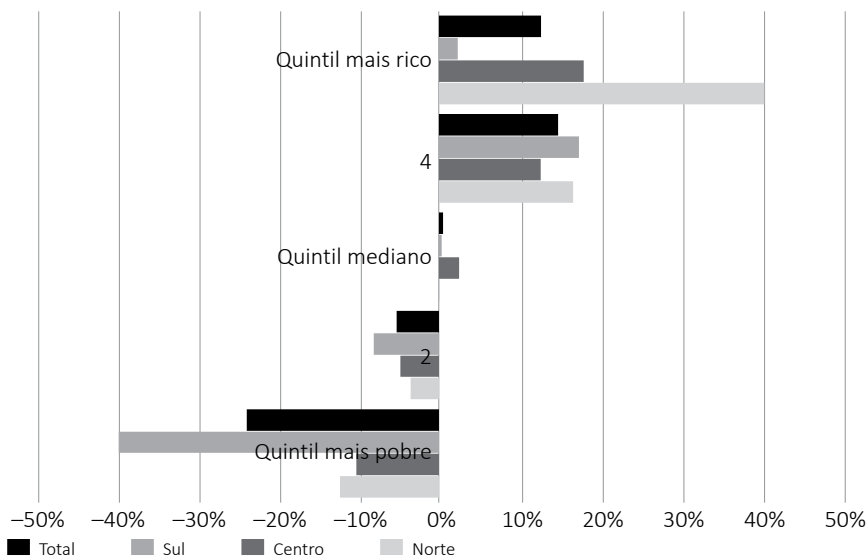
O quintil (Q.) mediano sugere uma relativa estagnação da renda rural, entre 2002 e 2008; precisamente o que constataram Cunguara e Hanlon (2010), concluindo que a pobreza permaneceu estacionária. Porém, as grandes mudanças aconteceram nos quintis abaixo e acima do quintil mediano. No primeiro e segundo quintis, abrangendo 40% das pessoas, registaram-se quedas significativas na renda em todas as regiões (no valor total de -24% no 1º Q. e de -5% no 2º Q.). Em contrapartida, os dois quintis de renda mais elevada, registaram aumentos também em todas as regiões (valor total de 15% no 4º Q. e de 13% no 5º Q.). O resultado, na distribuição da renda, foi um aumento do “rácio de percentil” - diferença entre o rendimento recebido pelos 20% da população com maior renda (quintil do topo) e o rendimento auferido pelos 20% com menor nível de rendimento (quintil da base): 35% em 2002 e 71% em 2008.

Assim, numa distribuição da renda muito assimétrica, se é verdade que a média induz a uma ideia de renda comum maior do que a maioria das pessoas têm, por ser influenciada pelos valores extremos, também a mediana pode induzir a uma conclusão enganadora, ao sugerir uma aparente estagnação geral. De facto, a estagnação aconteceu no terceiro quintil (mediano) apenas, mas não nos restantes quintis.

Em 2002, como ilustra a Figura 1, o quintil inferior, correspondente a 20% dos mais pobres, concentrou 2% da renda rural total. Para quem não está familiarizado com a linguagem estatística, imagine que a população rural era constituída por cinco pessoas e produziu uma renda de 100 meticais. Significa, então, que em 2002, a pessoa mais pobre teve apenas dois meticais dos 100 meticais. De 2002 para 2008 a proporção do grupo de renda mais pobre reduziu para 1% (ou seja, um metical em 100 meticais). A segunda pessoa (correspondente a 20% da amostra) obteve 5% (cinco em 100 meticais) em 2002, tendo diminuído para 4% em 2008. A terceira pessoa (correspondente aos 20% do grupo mediano) obteve 9% em 2002 e baixou para 8% em 2008. O quarto grupo obteve 16% da renda total (16 em 100 meticais), tanto em 2002 como em 2008. O quinto grupo, grupo mais rico na amostra, acumulou 69% em 2002, valor que aumentou para 71% da renda total, em 2008.

Perante esta distribuição da renda, em forma de funil, como ilustra a Figura 1, percebe-se que a incidência da pobreza rural não permaneceu estacionária: piorou nos 40% mais pobres, mas diminuiu para os 40% mais ricos, os quais passaram, em 2008, a concentrar 87% da renda anual rural (87 em 100 meticais).

Gráfico 2 – Variação da renda rural por quintis, Moçambique 2002-2008



Fonte: Muhullo, 2011

Conclusão: um assunto em aberto

O espaço reservado a esta nota não permite entrar no debate sobre as causas do processo de pauperização rural moçambicano, acima descrito. Mas vale a pena fazer uma advertência relativamente à palavra pauperização, visto ser um termo muito querido dos autores que olham para o empobrecimento como produto principalmente da expropriação da terra dos camponeses e acumulação de capital pelos capitalistas (Amin, 2003). Uma tal interpretação, no caso de Moçambique, afigura-se abusiva. As evidências disponíveis sugerem que o empobrecimento da população rural moçambicana é mais causado pela crescente dependência da economia de subsistência, precária, primitiva e indigente, do que da expropriação da terra dos camponeses, da acumulação de capital e da exploração exercida por uma minoria de capitalistas. Alguém terá dito que as ideias são como os páraquedas: só funcionam quando permanecem abertas. Em linha com a necessidade de abertura, para mais e melhor investigação, o MPD (2010, p. 54) reconheceu que o seu relatório não tinha "...a palavra final sobre pobreza em Moçambique. Há espaço considerável para pesquisa futura assim como melhorias na qualidade e frequência de produção dos dados relevantes" (MPD, 2010,p. 54).

Este reconhecimento é salutar e encorajador para que as ricas bases de dados estatísticas disponíveis continuem a ser analisadas, recorrendo a diferentes abordagens

e metodologias. O estudo de Muhorro, certamente partilha algumas das limitações técnicas dos demais estudos. Tratando-se de um trabalho de iniciação na investigação, poderá conter também várias outras lacunas mais elementares. De qualquer forma, este estudo mostra que os dados disponíveis precisam de ser melhor analisados e explorados, com vista a dissiparem-se dúvidas que as pesquisas e estudos anteriores não esclareceram.

Referências

- Amin, S. (2003). “Pobreza mundial, pauperização & acumulação”. Disponível em: http://resistir.info/samir/pobreza_mundial.html.
- Cuereneia, A. (2010). Cuereneia minimize os números da pobreza revelados pelo INE. O País, 06 Outubro 2010. Disponível em: <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/9979-cuereneia-minimiza-os-numeros-da-pobreza-revelados-pelo-ine.html>.
- Cunguara, B. & Kelly, B. (2009a). “The impact of the PARPA II in promoting the agricultural sector in rural Mozambique, study as input to Impact Evaluation Report (RAI) of PARPA II”. Disponível em: <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d119369.pdf>.
- Cunguara, B. and Kelly, B. 2009b. “Trends in agriculture producers income in rural Mozambique, study as input to Impact Evaluation Report (RAI) of PARPA II”. <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d119368.pdf>.
- Cunguara, B. & Hanlon, J. (2010). “O fracasso na redução da pobreza em Moçambique”. Working Paper no. 74, Crisis Stares Working Papers Series No. 2. London: London School of Economics. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/28467/2/WP74.2portugues.pdf>.
- Francisco, A., (2010). *Pobreza em Moçambique Põe Governo e seus Parceiros entre a Espada e a Parede*. Ideias 31, 01 de Outubro de 2010. Maputo: IESE. Disponível em: www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_31.pdf.
- Mather, D., et al. (2008). “Household income and assets in rural Mozambique, 2002-2005: Can pro-poor growth be sustained”. MINAG Working Paper n° 66E. Maputo: MINAG.
- MPD (Ministério da Planificação e Desenvolvimento). (2010). *Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional*. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- Muhorro, S. (2011). Renda e Pobreza Rural em Moçambique: Norte, Centro e Sul, 2002 e 2008. Trabalho para obtenção do grau de Licenciatura em Economia. Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane (não publicado). Maputo.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). (2010). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010*. New York: Communications Development Incorporated.

IDeIAS Nº28 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO EM MOÇAMBIQUE: PASSADO, PRESENTE ... QUE FUTURO?

António Francisco

O tamanho da população, mundial ou regional, é das questões mais simples, entre as muitas questões sobre a dinâmica demográfica. Apesar, ou talvez por causa de tal simplicidade, o tamanho populacional fornece um ponto de partida conveniente e útil, para posteriores reflexões, mais específicas e aprofundadas. Por exemplo, para reflexões sobre eventuais transformações no regime demográfico de um país, ou aspectos relativos ao desenvolvimento económico e evolução do padrão de vida. Esta nota centra-se unicamente nos níveis e tendências da população em Moçambique, no passado, presente e possíveis perspectivas futuras.

Crescimento demográfico de longo prazo

À medida que o tempo passa, os antecedentes remotos perdem-se no tempo, fazendo parecer a utilidade de retrospectivas de longo prazo irrelevante. Todavia, para perceber bem a relevância do actual crescimento populacional em Moçambique, principalmente a sua aceleração no último meio século, é importante inserir este último período no contexto da evolução populacional de mais longa duração.

A Figura 1 resume a evolução da população de Moçambique, nos últimos 120 anos, e ainda uma projecção do seu crescimento nos próximos 40 anos, segundo a variante média da divisão de população da Organização das Nações Unidas (UN, 2010). A Tabela 1 complementa a Figura 1, com dados comparativos do peso da população em Moçambique na população do Continente Africano (INE, 2010; Maddison, 2006, 2010; UN, 2010). O ano 1891 é escolhido como referência inicial, na Figura 1, por ser a data em que a configuração territorial do que passou a ser conhecido por Moçambique foi estabelecida definitivamente (Newitt, 1997, pp.291-342; Pélissier, 2000, p.144). Tal acontecimento histórico deu origem ao

nascimento de Moçambique como Estado moderno, de natureza colonial, que durou 84 anos. Além disso, a delimitação fronteiriça de Moçambique passou a fornecer enquadramento estruturante, para muitos aspectos demográficos, sociais e económicos, nomeadamente: tamanho, estrutura e dinâmica populacional, bem como distribuição geográfica, movimentos migratórios e urbanização, entre outros.

Graças ao trabalho estatístico gigantesco do historiador Augus Maddison (2006, 2010) é hoje possível traçar, em retrospectiva, a trajectória populacional mundial e regional, de longa duração, incluindo em Moçambique, antes da criação do Estado moderno. Maddison admitiu que o exercício de retrospectiva populacional de longo prazo passa pelo recurso a evidências escassas e grande dependência de conjecturas e pressupostos. Mas tal com sublinhou ainda Maddison (2006, p.21), a quantificação populacional permite clarificar questões que a análise qualitativa deixa muitas vezes obscuras. Segundo as estimativas de Maddison (2006, p.30), no 1º Milénio da nossa era, a população global cresceu lentamente. No início do 1º Milénio, a população mundial rondava 230 milhões de pessoas, tendo aumentado apenas um sexto (17%), até ao fim do milénio. No mesmo período, a população de África (incluindo 57 países) aumentou de 16,5 milhões, no início, para 32 milhões de pessoas, no fim do milénio. Em Moçambique, no território correspondente ao Moçambique actual, a população rondaria os 50 mil habitantes, no início do milénio, tendo multiplicado seis vezes, até ao fim do 1º milénio.

No 2º Milénio, as evidências indicam uma visível aceleração do crescimento populacional, tanto mundial como africano e em Moçambique. A população mundial aumentou 22 vezes, enquanto em África aumentou 25 vezes e em Moçambique 59 vezes. No ano 1500 a população em Moçambique terá atingido um milhão de habitantes; em 1820, ultrapassou os dois milhões de habitantes. Em 1891, aquando do nascimento do Estado moderno (colonial), Moçambique possuía quase quatro milhões de habitantes.

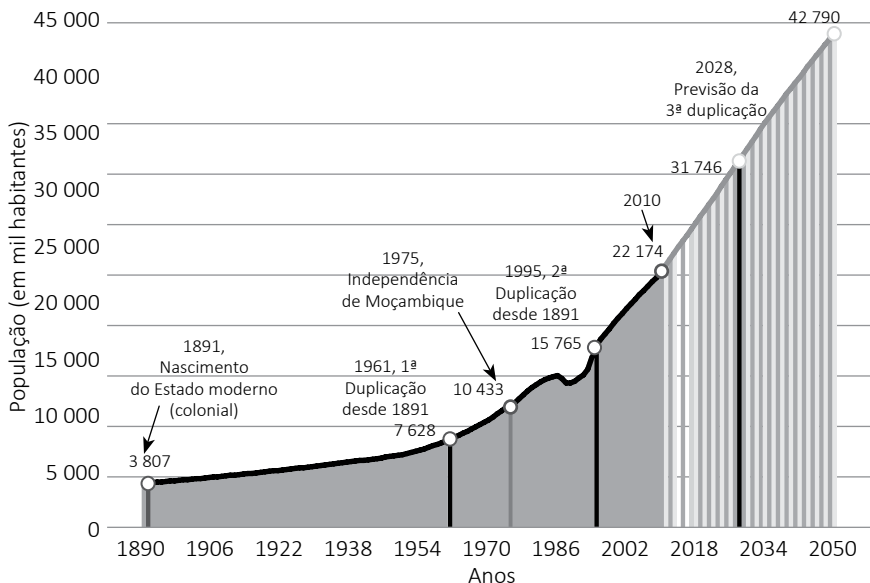
Duas duplicações populacionais em 100 anos

Desde 1891, Moçambique registou duas duplicações da sua população total. A primeira duplicação ocorreu no início da década de 1960, ao totalizar 7,6 milhões habitantes em 1961. A segunda duplicação aconteceu por volta de 1995, ao atingir 15,8 milhões de habitantes. Desde a Independência, em 1975, a população duplicou até 2009, ano em que atingiu 21,7 milhões de habitantes (INE, 1999, 2010; Maddison, 2010; UN, 2010). Desta breve retrospectiva, sobressaem aspectos dignos de realce, relativos à variação do crescimento populacional,

em termos absolutos e relativos. Nos últimos dois séculos, a população de Moçambique aumentou 10 vezes, mas metade do referido aumento ocorreu nos últimos 35 anos (um quinto do período, apenas). Ou seja, foram precisos 70 anos para que a população duplicasse, entre 1891 e 1961, resultando num acréscimo absoluto de 6,6 milhões de pessoas. Porém, na segunda duplicação, entre 1961 e 1995, apenas foram precisos 34 anos, resultando num acréscimo absoluto de 8,2 milhões de pessoas.

A variação relativa também evidencia a aceleração do crescimento populacional, a partir da segunda metade do Século XX. Até meados do século XX, a taxa média de crescimento foi inferior a 1% ao ano (0,87%, no período 1891-1950). No último meio século, observa-se uma aceleração persistente na taxa de crescimento, superior a 2% ao ano. Todavia, como ilustra a Figura 2, a aceleração da taxa de crescimento populacional sofreu quebras substanciais, em alguns períodos. Quebras que parecem ser devidas a mudanças mais conjunturais (p. ex. políticas e sociais) do que estruturais. Por exemplo, entre 1974 e 1975, a taxa média anual desceu de 2,8% para 0,6%, respectivamente. Nos anos seguintes a taxa retomou níveis superiores a 2%, mas só até 1981. Nos anos seguintes, regista-se outra quebra brusca, atingindo níveis negativos, com o pico mais baixo (-2,9%), em 1988. Desde 1991, observa-se a reposição dos níveis elevados, com um pico excepcional em 1994, com um crescimento anual de 7,7%.

Figura 1 – Evolução e projecção da população Moçambicana: 1890-2050



Fonte: Maddison, 2006; 2010; UN, 2010

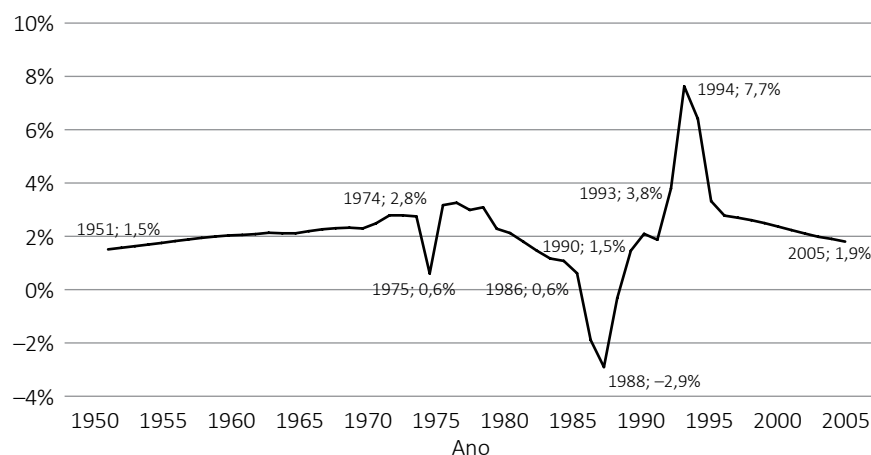
Tabela 1 – Evolução da população em Moçambique e África

| Momento Histórico | Ano | Moçambique (Mil Hab.) | África (Mil Hab.) | Moz em % de África |
|--|-------------|--------------------------|----------------------|-----------------------|
| Século I | 1 | 50 | 17 000 | 0,3% |
| Século X | 1000 | 300 | 32 300 | 0,9% |
| Século XV | 1500 | 1 000 | 46 610 | 2,1% |
| Século XVI | 1600 | 1 250 | 55 320 | 2,3% |
| Século XVII | 1700 | 1 500 | 61 080 | 2,5% |
| Século XIX | 1820 | 2 096 | 74 236 | 2,8% |
| • Nascimento de Moçambique (como Estado moderno - colonial) | 1891 | 3 807 | 103 060 | 3,7% |
| Século XX | | | | |
| • Início do sec. XX | 1900 | 4 106 | 110 000 | 3,7% |
| | 1950 | 6 250 | 227 939 | 2,7% |
| • Independência - Estado Soberano | 1975 | 10 433 | 416 226 | 2,5% |
| • 2ª República pós-independência | 1990 | 12 656 | 633 216 | 2,0% |
| Século XXI | | | | |
| • Primeira década do sec. XXI | 2007 | 19 952 | 952 787 | 2,1% |
| Pop. Projectada (*) | 2010 | 22 174 | 1 033 043 | 2,1% |
| Pop. Projectada (*) | 2020 | 27 448 | 1 276 369 | 2,2% |
| Pop. Projectada (*) | 2030 | 32 845 | 1 524 187 | 2,2% |
| Pop. Projectada (*) | 2050 | 42 790 | 1 998 466 | 2,1% |

(*) Projectação ajustada com preojectões variantes média da ONU 2008

Fonte: INE, 1999; Maddison, 2006, 2010; UN, 2010.

Figura 2 – Variação da taxa média anual de crescimento populacional, 1950-2005



Fonte: Maddison, 2010; UN, 2010

Que perspectivas para Moçambique?

Na sequência do censo nacional de 1997, o INE (1999) projectou o crescimento populacional até 2020, estimando atingir nesse ano 28 milhões de habitantes. Diferentemente do INE, a UN (2010) divulga quatro variantes de projecções, em vez de apenas uma. O mérito das projecções da UN é fornecerem um leque de alternativas, mais ou menos prováveis, tendo em conta a incerteza do futuro e possibilidade de o mesmo ser influenciado, dependendo das opções individuais e de acções públicas específicas.

Para se entender as diferenças nas projecções demográficas é indispensável conhecer seus pressupostos de base, relativamente ao peso e contributo dos componentes do crescimento populacional: natalidade, mortalidade e migração líquida (imigração menos emigração). Não sendo este o espaço apropriado para comparar as quatro variantes da UN (2010), pelo menos é possível sublinhar algumas das diferenças relevantes entre opções possíveis.

Neste momento, enquanto África acaba de ultrapassar a barreira de mil milhões de pessoas, em Moçambique a segunda década do 3º milénio inicia com uma população rondando 22 milhões de habitantes (2,2% da população de África).

A população africana deverá duplicar por volta do ano 2050. Já em Moçambique, a terceira duplicação populacional, desde 1891, deverá acontecer por volta de 2028, ano em que se estima atingir quase 32 milhões de pessoas. Se tal acontecer, significa que o ritmo de crescimento acelerado manter-se-á, tal como na duplicação anterior, com uma duração de 33 anos.

Até ao fim da corrente década Moçambique deverá registar um acréscimo, em termos absolutos, de 5 milhões de pessoas. Este adicional populacional equivale ao total das populações de três países da África Austral, projectadas para 2020: Botswana (2,2 milhões), Maurícias (1,4 milhões) e Suazilândia (1,4 milhões) (UN, 2010; PNUD, 2009). A diferença, contudo, é que estes três países vizinhos são mais desenvolvidos do que Moçambique, tanto em termos de desenvolvimento humano como demográfico.

Se a fecundidade da população se mantivesse constante (uma das variantes da UN), Moçambique atingiria 70 milhões de habitantes, no ano 2050. Esta hipótese é improvável, considerando os dados disponíveis actualmente. O mais provável situa-se entre as restantes variantes da UN (2010), estimando até 2050: 38,2 milhões (variante baixa); 44 milhões (variante média) e 50,5 milhões de pessoas (variante alta).

Sem negar que os dados demográficos aqui reunidos contenham limitações diversas, tais limitações não justificam descartá-los. Não é ainda claro se, ao longo da corrente década de 2010, a população moçambicana exibirá níveis tendencialmente elevados de crescimento demográfico (acima de 2% por ano); ou se irá entrar numa fase de desaceleração sustentável do crescimento populacional. Por desaceleração sustentável entende-se, neste caso, a diminuição da taxa de crescimento populacional, resultante de

mudanças estruturais na dinâmica da população e suas condições de reprodução, em vez de mudanças meramente circunstanciais ou conjunturais. Esta é, talvez, a questão demográfica fundamental em Moçambique, na actualidade. Questão fundamental, porque dela depende o futuro processo de transformação (ritmo, diversidade, entre outras características) do regime demográfico antigo, assente em altas taxas vitais (mortalidade e natalidade), para um regime novo e moderno, assente em baixas taxas vitais.

Nesta nota não foi possível identificar as causas explicativas e factores determinantes das mudanças do tamanho da população moçambicana, ao longo do tempo. A teoria demográfica oferece diversas hipóteses explicativas, mais ou menos confirmadas noutras partes do mundo, mas que carecem de suficiente aplicação à realidade moçambicana. Hipóteses explicativas, como por exemplo, a hipótese adaptativa em resposta às mudanças nas condições económicas e sociais, incluindo a monetarização da economia rural, variações na produção e preços de mercado, e diversificação da força de trabalho; ou a hipótese da difusão/ disseminação da medicina moderna ocidental, com efeitos directos na redução da mortalidade infantil e eventualmente também no controlo da fecundidade. De igual modo, esta nota também não trata as implicações das mudanças demográficas passadas para a futura sociedade moçambicana, sobretudo ao nível dos comportamentos reprodutivos, da composição populacional por idades e sexos e da oferta da população economicamente activa. Ambas as questões (causas e implicações), em torno do que acima se designa por questão demográfica moçambicana fundamental, merecem figurar nas actuais prioridades de investigação, incluindo do IESE, para um tratamento mais sistemático e mais aprofundado.

Referências

- INE (Instituto Nacional de Estatística). (1999). *Projeções da População Total, 1997-2020*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). (2010). *Censo 2007, Resultados Definitivos*, http://www.ine.gov.mz/home_page/censo2007/rdcenso09.
- Maddison, A. (2006). *The World Economy: Volume 1: Millennial Perspective and Volume 2: Historical Statistics*. Development Centre Studies. Paris: OECD Publishing.
- Maddison, A. (2010). *Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP, 1-2008 AD*, <http://www.ggd.net/maddison/> (Acedido em 6.04.10).
- Newitt, M. (1997). *História de Moçambique*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América.
- Pélissier, R. (2000). *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. Lisboa: Editorial Estampa.
- UN (United Nations). (2010). *World Population Prospects: The 2008 Revision*, <http://esa.un.org/unpp/index.asp>, (acedido em 6.04.10).

IDEIAS Nº33 – EM QUE FASE DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA ESTÁ MOÇAMBIQUE?

António Francisco

No último século, a população moçambicana tem vivido uma transformação silenciosa, sem precedentes na história da sua evolução. Transformação que poderia ser chamada de “revolução demográfica”¹, similar à revolução demográfica global, iniciada na Europa em meados do século XVIII, e que se generalizou por todo o Mundo no Século XX, originando a chamada “explosão da população”.

Só que em Moçambique, apesar de ser uma realidade, a transição demográfica permanece incipiente, lenta e atrasada, comparativamente às transições demográficas mundiais, incluindo metade dos países da África Austral - África do Sul, Botswana, Lesoto, Maurícias, Namíbia, Suazilândia, Zimbabwe (Francisco, 2011a) – um assunto que será abordado numa outra edição do Boletim Ideias.

De que transição ou revolução se tem falado? Em que fase se encontra a transição demográfica moçambicana (TDM)? É possível saber quando iniciou e quanto tempo durará a TDM?

Esta nota partilha breves respostas às questões anteriores, baseadas em recentes estudos do autor, nomeadamente três artigos que serão brevemente publicados (Francisco, 2011a, 2011b; Francisco *et al.*, 2011). De forma resumida, a nota mostra que Moçambique encontra-se numa fase inicial (a 2ª de cinco etapas; ver Tabela 1) de uma transição fundamental do regime demográfico antigo (RDA) para um regime demográfico moderno (RDM).

Dois regimes demográficos e uma transição

Do ponto de vista da ciência demográfica, a população humana conhece basicamente dois grandes regimes demográficos e no meio de ambos, a chamada transição

1 O demógrafo e economista francês Adolphe Landry chamou-lhe mesmo *Revolução Demográfica*, na sua obra de 1934, mas foi o termo transição demográfica, criado pelo norte-americano, Frank Nortestein (1945), que conquistou notoriedade na literatura demográfica (Demeny, 2011: 9).

demográfica. Uma transição que surgiu após milhares de anos de prevalência de um regime demográfico antigo (RDA), caracterizado por altas taxas vitais (taxas brutas de mortalidade e de natalidade), originando crescimento natural ou vegetativo lento e próximo de zero. Um crescimento típico de sociedades primitivas, ou sociedades contemporâneas dependentes de economias de subsistência precária.

Até meados do século XVIII, a população mundial cresceu muito lentamente. Atingiu o seu primeiro milhar de milhão de habitantes, por volta do ano de 1820; o segundo milhar de milhão no final da década de 1930, em apenas 125 anos; o terceiro milhar de milhão de pessoas, 34 anos depois, por volta de 1961. No último meio século, a população mundial já voltou a duplicar, prevendo-se que ultrapasse sete mil milhões de pessoas, no corrente ano de 2011 (Maddison, 2006, p.30; UN, 2010).

Todavia, após o período de crescimento populacional explosivo, caracterizado pela transição de elevadas, para baixas taxas vitais, a ritmos diferentes, a partir da segunda metade do século XX, um número crescente de países tem vindo a concluir a transição demográfica (clássica ou primeira)². A população voltou a crescer lentamente, à semelhança do ocorria no RDA, mas com uma diferença fundamental. No RDM o crescimento populacional lento assenta em baixas taxas de natalidade e mortalidade.

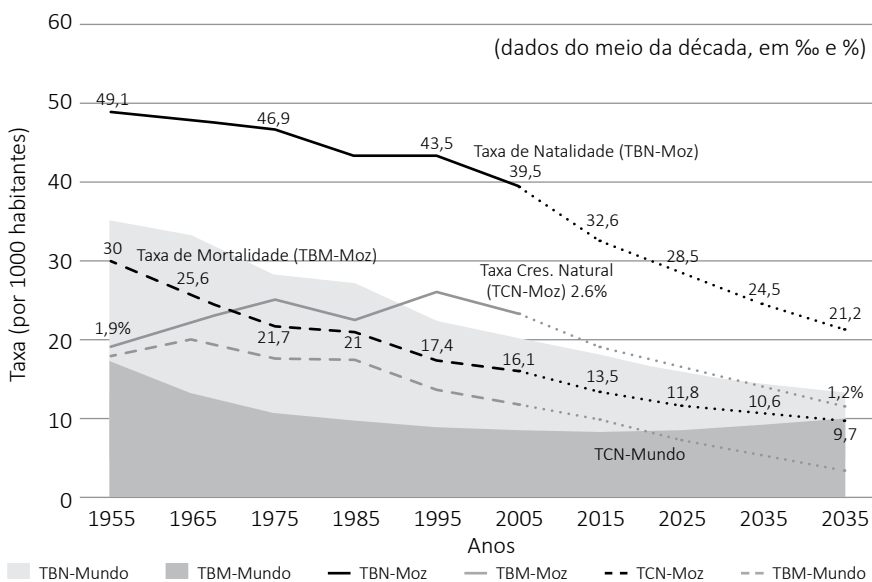
E em Moçambique, o que é que aconteceu nos últimos dois séculos? Segundo os dados disponíveis, a explosão demográfica moçambicana não foi menos espectacular do que a mundial. Moçambique precisou de 1820 anos para atingir dois milhões de habitantes, mas em apenas duzentos anos, aumentou já cerca de 11 vezes. Estima-se que, no corrente ano 2011, a população moçambicana atinja 23 milhões de habitantes, representando 0,3% da população mundial e 2,1% da população africana (Francisco, 2011a, p.14; INE, 2010, p.11).

A Figura 1 sumariza a trajectória dos componentes de mudança demográfica, permitindo visualizar e comparar o processo de transição demográfica, em Moçambique e no Mundo. Moçambique é representado pelas três linhas contínuas, entre 1950 e 2010, e as linhas pontuadas mais visíveis, na estimativa do crescimento futuro, entre 2010 a 2050. O Mundo é representado pela mancha cinzenta e a linha cinzenta tracejada, representando a taxa de crescimento natural. Em ambos casos, os dados usados baseiam-se nas estimativas e projecções da variante média da ONU (UN, 2010)³.

2 A teoria moderna da transição demográfica tem evoluído para o reconhecimento, nuns casos de cinco fases, em vez das quatro fases clássicas da transição demográfica; noutros casos, avança-se para a ideia que os países mais avançados já entraram no que designam por segunda transição demográfica (Lesthaeghe, 2010).

3 O crescimento da população é geralmente determinado pelo crescimento natural ou vegetativo, medido pela diferença entre nascimentos e óbitos, através das taxas vitais: taxa bruta de natalidade (TBN) - número de natos vivos dividido pela população total, e taxa bruta de mortalidade (TBM) - número de óbitos dividido pela população total. Em alguns países, as migrações também afectam o tamanho da população total, pela diferença entre entradas (imigração) e saídas (emigração).

Figura 1 – Transição demográfica em Moçambique e no Mundo, 1950-2050



TDM: Incipiente, lenta e atrasada

Em que fase da transição demográfica se encontra actualmente Moçambique? A Tabela 1 permite responder a esta questão, reunindo dados actualizados, comparados com os dados de três dezenas de países, distribuídos por cinco fases ou estágios da transição demográfica. As quatro primeiras fases da transição correspondem às quatro fases ou estágios da teoria clássica da transição demográfica; a quinta fase corresponde à nova fase, em países mais avançado na transição, designada por certos autores como segunda transição demográfica (Lesthaeghe, 2010).

Moçambique surge na 2ª Fase da primeira transição demográfica, devido aos elevados valores da natalidade (TBN 41,1‰), da taxa de crescimento (2,5%) natural, da taxa de fecundidade total (TFT = 5,4 filhos por mulher) e da taxa de mortalidade infantil (TMI - 133‰). Estes indicadores revelam que Moçambique mantém fortes vestígios da primeira fase da transição demográfica, ou até mesmo do RDA, pré-transicional. No entanto, a mortalidade já diminuiu para menos de 20‰, significando que a ruptura com o RDA está e, curso, manifestada visivelmente, na elevada taxa de crescimento (superior a 2% por ano).

Quando começou a TDM?

A TDM está em curso, graças à transição da mortalidade, mas quando terá começado? Apenas se pode especular, de forma indicativa. É praticamente impossível determinar, com exactidão, o início da TDM, por falta de dados adequados sobre mortalidade e natalidade, relativos à primeira metade do Século XX. A melhor inferência possível é que a TDM tenha começado nas primeiras décadas do século XX, com o início da transição da mortalidade ou redução sustentável da mortalidade.

Quanto à transição da fecundidade, certos autores indicam o ano de 2000 como o seu início (Reher, 2004, p.38; Shapiro and Gebreselassie, 2007, p.25). No período 1970-80 tinham surgido algumas indicações de redução da fecundidade, mas nas décadas mais recentes, verificou-se uma desaceleração ou mesmo estagnação (Reher, 2004; Shapiro and Gebreselassie, 2007). Salvo poucas excepções, grande parte da população moçambicana continua no início, ou nem mesmo começou, a transição da fecundidade. Os dados do último censo populacional reforçam esta ideia, ao revelar que a fecundidade rondava os 5,7 filhos por mulher em 2007 (Arnaldo e Muanamoha, 2010, p.6; INE, 2010, p.41).

Quanto tempo durará a TDM?

A transição demográfica não é um processo automático, muito menos linear ou pré-determinado. Sabe-se, a partir da experiência mundial, tratar-se de um fenómeno real e global, cujo sentido da tendência, em direcção ao RDM, acaba por ser similar, mas nenhum país mostra um fim previsível e fixo.

Na década de 1930, demógrafos como Landry (citado por Demeny, 2011, p.9) alertavam para a possibilidade da transição demográfica se converter num longo processo de desequilíbrio, em que a queda da fecundidade não pararia, quando atingisse o limiar de substituição demográfica (cerca de 2 filhos por mulher). É o que tem acontecido em diversos países avançados. Como ilustra a Tabela 1, Alemanha, Itália, Estónia, Lituânia e Japão possuem taxas de crescimento populacional negativas.

Semelhanças e diferenças

Quais as principais semelhanças e diferenças entre a trajectória demográfica moçambicana e a do Mundo? A principal semelhança é o sentido ou direcção das mudanças nas taxas vitais: redução paulatina e sustentável das taxas de mortalidade e de natalidade. A principal diferença refere-se ao início da transição, diversidade de ritmos de crescimento e duração das mudanças conducentes ao RDM. No início da segunda metade do Século XX, a taxa de crescimento natural (TCN) era 1,9% em

Tabela 1: Moçambique no contexto da distribuição dos países por fases da transição demográfica, 2005-2010

| Fases | Estado | Taxa Bruta de Natalidade (em ‰) | Taxa Bruta de Mortalidade (em ‰) | TC (%) | Intervalo da TC (%) | TFT | TMI | Características |
|--------|----------------|---------------------------------|----------------------------------|--------|---------------------|-----|------|--|
| Fase 1 | - | 40-50 | 40-50 | | =0 | | | Na actualidade não há nenhum país no mundo que apresente taxas de mortalidade tão altas. Para encontrar algum país do Terceiro Mundo nesta fase seria preciso recuar à primeira metade do século XX e, até ao século XVIII, para encontrar algum dos países ricos. |
| | Guiné Bissau | 49,6 | 18,4 | 3,1 | > 2,0 | 7,2 | 113 | |
| Fase 2 | Niger | 49,6 | 13,8 | 3,6 | | 7,1 | 111 | |
| | Angola | 47,3 | 20,5 | 2,7 | | 6,4 | 132 | |
| | Mali | 48,1 | 14,7 | 3,3 | | 6,5 | 129 | A Taxa Bruta de Natalidade (TBN) mantém-se alta. Pelo contrário, a Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) regista uma diminuição, originando um forte aumento do crescimento populacional. |
| | Uganda | 46,6 | 13,4 | 3,3 | | 6,5 | 77 | |
| | Tanzânia | 39 | 12,9 | 2,6 | | 5,2 | 73 | |
| | Somália | 42,9 | 16,6 | 2,6 | | 6,0 | 116 | |
| Fase 3 | Mocambique(*) | 41,1 | 16,5 | 2,5 | | 5,4 | 133 | |
| | Honduras | 27,9 | 5,6 | 2,2 | [1,0-1,9] | 3,3 | 28,2 | |
| | Zimbabue | 27,9 | 17,9 | 1,0 | | 3,2 | 58 | |
| | Botswana | 24,9 | 14,1 | 1,1 | | 2,9 | 46,5 | |
| | Índia | 23,0 | 8,2 | 1,5 | | 2,8 | 55 | A TBN inicia uma redução, mas como a TBM também continua em queda, o crescimento demográfico permanece marcadamente positivo. |
| | Marrocos | 20,5 | 5,8 | 1,5 | | 2,4 | 30,6 | |
| Fase 4 | África do Sul | 22,3 | 7 | 0,5 | | 1,9 | 19,8 | |
| | Maurícias | 14,8 | 7 | 0,8 | [0,9-0] | 1,9 | 14 | |
| | Tunísia | 16,7 | 5,6 | 1,1 | | 2,4 | 44,8 | |
| | Reino Unido | 12,0 | 9,9 | 0,2 | | 1,7 | 4,8 | |
| | Noruega | 12,0 | 9,1 | 0,3 | | 1,8 | 3,3 | A TBN e a TBM reduzem, até atingir valores muito parecidos, resultando numa desaceleração do crescimento (como acontece actualmente na Suécia e Áustria). |
| | Espanha | 10,8 | 8,8 | 0,2 | | 1,3 | 4,2 | |
| Fase 5 | Austrália | 12,4 | 7,1 | 0,5 | | 1,8 | 4,4 | |
| | Suécia | 11,3 | 10,1 | 0,1 | | 1,7 | 3,2 | |
| | Áustria | 9,2 | 9,4 | 0,0 | | 1,4 | 4,4 | |
| | Estados Unidos | 14,0 | 8,2 | 0,6 | | 2,1 | 6,3 | |
| | Alemanha | 8,2 | 10,7 | -0,3 | <0 | 1,4 | 4,3 | |
| | Itália | 9,2 | 10,5 | -0,1 | | 1,3 | 5 | A TBN segue registando uma diminuição, até ultrapassar e tornar-se inferior à TBM, originando um crescimento demográfico é negativo e diminuição da população. |
| Fase 5 | Eslóvenia | 9,9 | 4,8 | -0,1 | | 1,3 | 4,8 | |
| | Lituânia | 9,1 | 12,3 | -0,3 | | 1,2 | 8,5 | |
| | Japão | 8,3 | 9,0 | -0,1 | | 1,2 | 3,2 | |

(*) Dados referentes a 2002/07 do INE (2010). www.ine.gov.mz/populacao/indicadores/indemo_proj (Acedido a 25.01.2011)

Fonte: UN, 2010; Adaptação de http://pt.wikipedia.org/wiki/Transi%C3%A7%C3%A3o_demogr%C3%A1fica.

Moçambique e 1,8% a nível mundial. À primeira vista, esta ligeira diferença na TCN parece insignificante; mas quando se considera o seu efeito a longo prazo, a ligeira diferença mostra-se enganadora.

No período 1955-2005, as taxas de mortalidade diminuíram substancialmente, tanto em Moçambique (-46%) como a nível mundial (-51%). Contudo, enquanto a natalidade moçambicana diminuiu lentamente (-20%), a natalidade mundial reduziu mais rapidamente (-46%). Aqui está a grande diferença, na forma como os componentes de mudança demográfica se articulam, combinam e geram resultados substancialmente diferentes.

No último meio século, os diferentes comportamentos reprodutivos resultaram numa diferença substancial, no crescimento populacional. A TCN moçambicana acelerou de 1,9% para 2,6%, entre 1955 e 1995, enquanto no mesmo período a TCN mundial diminuiu de 1,8% para 1,2%. Actualmente a população moçambicana, cresce à taxa anual média de 2,3%, contra 1,8% a nível mundial.

Implicações do actual estágio da TDM

Tratando-se de uma transformação silenciosa e estrutural, com um ciclo temporal mais longo do que o ciclo de vida humana, o senso comum percebe a transição demográfica como uma mera evolução, em vez de revolução, no sentido vulgar das revoluções radicais, como se diz na gíria popular, “da noite para o dia”. Porém, quando se nota que o RDA durou dezenas de milhares de anos, tendo sido substituído pelo RDM em apenas dois séculos ou menos, percebe-se que esta transformação demográfica não é menos repentina, radical e profunda do que as mais conhecidas revoluções, no domínio tecnológico, político e sócio-económico. É só preciso reconhecer as devidas diferenças nos processos de transformações e ruptura dos regimes, em consideração.

À semelhança de outras revoluções genuínas e progressivas, a nível tecnológico, político e sócio-económico, a transição demográfica conduz a mudanças e transformações profundamente revolucionárias, a vários níveis: na estrutura etária populacional e composição da família; nas relações inter-geracionais e de género, na mobilidade e urbanização, entre outras relações sociais, políticas e culturais. Se a natureza da transição demográfica, e em particular, as características da fase específica da actual transição demográfica moçambicana, não forem devidamente tomadas em consideração, é motivo para suspeitar do realismo e efectividade das abordagens e modelos sócio-políticos e económico-financeiros, bem como da maioria dos programas de acção (p. ex. programas de redução da pobreza, de protecção social, entre outros). Esta e várias outras questões são exploradas e aprofundadas nos artigos que inspiraram esta nota (Francisco, 2011a, 2011b; Francisco *et al.*, 2011).

Referências

- Arnaldo, C. e Muanamoha, R. (2010). Crescimento Populacional em Moçambique: Que Implicações e Desafios para o Desenvolvimento Sócio-Económico, Artigo apresentado na Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e Diversidade Cultural em Moçambique, 17-18 de Novembro de 2010, Maputo.
- Bongaarts, J. (2002). The end of the fertility transition in the developing world. Working Paper N° 161. New York: Policy Research Division, Population Council.
- Demeny, P. (2011). Population Policy and the Demographic Transition: Performance, Prospects, and Options. *Population and Development Review*, Supplement to Vol. 37, pp. 249-274.
- Francisco, A. (2011a). Enquadramento Demográfico da Protecção em Moçambique. Cadernos IESE no. 6 (no prelo).
- Francisco, A. (2011b). Ter Muitos Filhos, Principal Forma de Protecção Social numa Transição Demográfica Incipiente: O Caso de Moçambique. In C. N.-B. Luís de Brito, *Desafios para Moçambique 2011* (no prelo).
- Francisco, A., Ali, R. e Ibraimo, Y. (2011). 'Protecção Social Financeira e Protecção Social Demográfica: Ter muitos filhos, principal forma de protecção social em Moçambique?'. In C. N.-B. Luís de Brito, *Desafios para Moçambique 2011* (no prelo).
- INE (Instituto Nacional de Estatística). (2010). Projecções Anuais da População Total, Urbana e Rural, 2007-2040: Moçambique. Maputo: INE.
- Lesthaeghe, R. (2010). 'The unfolding story of the second demographic transition', Population Studies Center Research Report 10-696, Population Studies Center, University of Michigan, Institute for Social Research.
- Maddison, A. (2006). *The World Economy: Volume I – Millennial Perspective and Volume 2: Historical Statistics*. Paris: OECD Publishing.
- Reher, D. 2004. The Demographic Transition Revisited as a Global Process. *Population, Space and Place* 10, pp. 19-41.
- Shapiro, D. & Gebreselassie, T. (2007). Fertility transition in Sub-Saharan Africa: Falling and Stalling. In: *Annual Meeting of the Population Association of America*, Office of Population Research (OPR) at Princeton University New York, 29-31 March 2007.
- U.N. (United Nations). (2010). UN Home, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. Retrieved 04 06, 2010, from World Population Prospects: The 2008 Revision: <http://esa.un.org/unpp/index.asp>.

IDEIAS Nº45 – MOÇAMBIQUE E A EXPLOÇÃO DEMOGRÁFICA: SOMOS MUITOS? SOMOS POUCOS?

António Francisco

O maior defeito da raça humana é a nossa incapacidade em compreender a função exponencial (Bartlett 2007).

Em Moçambique, somos muitos? Ou somos poucos? Esta interrogação merece ser abordada, em qualquer altura do ano, mas mais se justifica no presente mês, porque se celebra o Dia Mundial da População a 11 de Julho. Desde 1989, o 11 de Julho de cada ano tornou-se um evento anual de referência na sensibilização da opinião pública internacional, para os problemas demográficos e seu impacto na sociedade.

O termo “explosão demográfica” é por vezes desvalorizado como alarmista e pessimista; mas tal só acontece com pessoas que não fazem esforço para pensar e reflectir na impressionante transformação demográfica, observada na humanidade, nos últimos dois séculos. Foram precisos muitos milhares de anos para que a população mundial atingisse mil milhões de pessoas, por volta do ano 1800. Depois disso, a população tem crescido exponencialmente. Em 1930, ou seja, 130 anos após a cifra de mil milhões, a população mundial atingia dois mil milhões de pessoas; em 1960, apenas 30 anos mais tarde, atingiu três mil milhões; em 1975 atingiu quatro mil milhões; em 1987, isto é apenas 12 anos depois, cinco mil milhões de pessoas; em 1999 seis mil milhões; e em 2011, ultrapassou os sete mil milhões de pessoas.

Se uma pessoa não se surpreende com tamanha transformação demográfica, em apenas dois séculos, dificilmente poderá apreciar as múltiplas e complexas implicações de tal fenómeno. Assim sendo, também não admira que proeminentes

estudiosos da população mundial, como Thomas Malthus (1766-1834), Garrett Hardin (1915-2003) e Albert Bartlett sejam frequentemente mal compreendidos e questionados. Grande parte desta incompreensão deriva precisamente da grande incapacidade humana, destacada na citação em epígrafe, em compreender a função exponencial.

Em Moçambique... também existe explosão demográfica?

Um erro frequente no senso comum é a ideia de que um extenso território desocupado justifica uma total despreocupação com a gestão do espaço. Esta percepção prevaleceu e continua a prevalecer entre os Moçambicanos, tanto em relação à extensão territorial do País em geral, como noutros domínios da vida social (p. ex. terra agrícola; recursos naturais; trânsito urbano, entre outros).

A primeira parte do título deste texto reproduz o título de um pequeno artigo, publicado precisamente há 40 anos atrás, por um dos mais destacados investigadores em ciências sociais, na década que antecedeu a Independência de Moçambique. No seu comentário aos resultados provisórios do censo de 1970, António Rita-Ferreira chamou atenção para a aceleração da taxa de crescimento populacional, a qual se aproximava dos 3% ao ano. Aconselhou ainda os planificadores públicos e privados a usarem uma taxa próxima de 3%, nas suas estimativas para a década de 1970/80, em vez de taxas inferiores baseadas nos censos anteriores.

Entretanto, a década de 70/80 iria ser tomada de surpresa pelo Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, o qual abriu caminho para o processo de descolonização conducente à Independência de Moçambique em 1975. Não obstante as mudanças radicais e profundas a nível político, social e económico, incluindo a trágica guerra civil que durou 16 anos, tais mudanças não se traduziram em alterações significativas no crescimento populacional, na estrutura etária e no regime demográfico moçambicano. Entre 1970 e 1980 a população cresceu a uma taxa média de 2,7% ao ano.

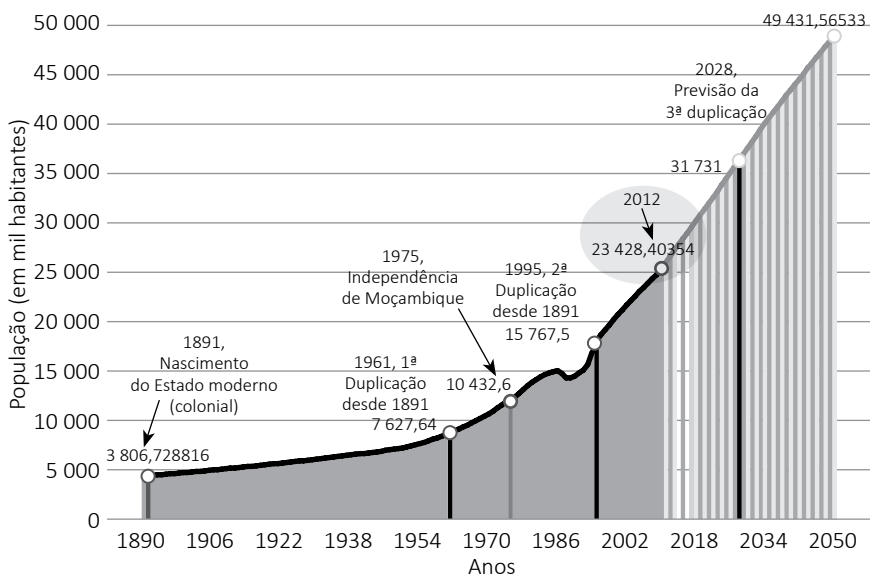
Desde que Moçambique nasceu como Estado moderno, em 1891, até ao nascimento do Estado Soberano, em 1975, decorreram 84 anos. Neste período a população aumentou de 3,8 para 10,4 milhões de habitantes, atingindo a primeira duplicação em 1961. A segunda duplicação aconteceu em 1995. Em 2009, 34 anos após o nascimento do Estado Soberano, a população moçambicana totalizou 21,7 milhões de habitantes, o dobro da existente aquando da independência (Figura 1).

Voltando à questão da explosão demográfica, também em Moçambique, tal como a nível mundial, observa-se uma aceleração da taxa de crescimento populacional. Foram precisos 70 anos para que a população moçambicana duplicasse, mas apenas 34 anos, para atingir a segunda duplicação (Figura 1).

Seiscentas mil pessoas mais, só em 2012!

Quantos somos, presentemente em 2012? Ao certo, ninguém sabe com exactidão. Na base das estimativas disponíveis em 2012, a população moçambicana ronda entre 23,7 milhões, segundo o INE (2010) e 24,4 milhões de habitantes, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas). Os dados disponibilizados, quer pelo INE quer por organismos internacionais, são satisfatoriamente realistas para quem quiser planificar e lidar com os problemas da população. E aqui está o ponto importante a destacar. O que temos feito, ao longo do corrente ano, para acomodar e integrar os 660 mil moçambicanos adicionais que deverão sobreviver neste ano de 2012? Para se ter uma melhor dimensão do significado destes números, vejamos a seguinte comparação. O efectivo de 970 mil nascimentos estimado para 2012 equivale ao total da população feminina vivendo actualmente em Cabo Delgado, ou em Manica, ou ainda ao total de homens existentes em Sofala. Após subtrairmos os óbitos que se prevê ocorrer em 2012 (cerca de 313 mil óbitos) o balanço final rondará 660 mil pessoas. Daí que o INE estime que em 2012 a população moçambicana alcançará os 23,7 milhões: 23 milhões de 2011 mais o acréscimo de 660 mil sobreviventes em 2012. Este efectivo de 660 mil pessoas equivale ao total de homens vivendo actualmente na Província de Inhambane, ou na Província de Gaza, ou ainda ao total de mulheres que habitam presentemente na Cidade de Maputo.

Figura 1 – Evolução e projecção da população moçambicana: 1890-2050



Fonte: Maddison, 2008; Hestron et al., 2011; UN, 2011

Perante este quadro, é fácil voltar à dupla interrogação inicial: Somos muitos? Ou somos poucos? Comparando o ritmo de crescimento populacional com as oportunidades de emprego, condições económicas e padrão de vida, a mais realista e honesta resposta à primeira questão é simples: somos muitos e a multiplicarmos rapidamente. A população moçambicana continua a aumentar a um ritmo extremamente difícil de ser acompanhado e superado pela capacitação física e institucional necessária, para se garantir um padrão de vida digno.

Em que sentido... somos poucos?

Contrariamente às declarações públicas dos políticos governantes moçambicanos o chamado capital humano é profundamente pobre, em múltiplos sentidos: rendimento, capacidade produtiva e educacional; saúde, experiência e habilidades profissionais e tecnológicas. Neste sentido, é lícito afirmar que, todos juntos, somos poucos para a dimensão dos desafios que a população moçambicana enfrenta nos dias de hoje. Porém, existe aqui uma armadilha analítica.

As enormes carências observadas presentemente em Moçambique não poderão ser superadas pelo aumento da população. Pelo contrário! O aumento da população, na verdade, tem agravado os problemas existentes. Basta referir um simples exemplo. Assumindo que a taxa de analfabetismo ronda presentemente os 48%, Moçambique possui hoje cerca de 11 milhões de analfabetos e 12 milhões de alfabetizados.

Tanto o efectivo de alfabetizados como o efectivo de analfabetos é já superior à população total que existia em 1975. Isto acontece porque o ritmo de melhoria da taxa de alfabetização não é suficientemente rápido para compensar o ritmo de crescimento demográfico, por forma a traduzir-se numa maior redução do efectivo absoluto de analfabetos. Por isso, a resposta à questão “Somos Poucos?”, precisa ser encontrada na melhoria da qualidade da população existente, em vez de no aumento populacional. Isto implica transferir a atenção, esforços e investimento da quantidade para a qualidade da população existente.

Que perspectivas para Moçambique?

Se as previsões demográficas da ONU, para o século XXI, se concretizarem, em dois séculos a população moçambicana aumentará da módica cifra de 3,8 milhões (1891) para cerca de 74 milhões em 2091. Ou seja, um aumento populacional de quase 20 vezes mais.

Em 2007, o autor deste texto, fez referência à declaração do Governo Moçambicano na sua Política Nacional de População (PNP) de 1999, sobre a intenção de alcançar uma taxa de crescimento da população economicamente

sustentável. À medida que o tempo passa torna-se cada vez mais evidente que o Governo não tem uma ideia clara do que significa uma taxa de crescimento sustentável, muito menos do que fazer para a atingir. Isto acontece, em grande parte, quando não se entende porque, do ponto de vista populacional, qualquer taxa superior a zero é demasiado elevada.

Presentemente, para além das declarações politicamente correctas e convenientes, as percepções e acções governamentais com impacto na população, deixam muito a desejar. A título de ilustração, considere-se os seguintes exemplos:

1. desde os primeiros anos de Independência, políticos e governantes têm exibido uma fascinação exagerada e acrítica pela vasta extensão territorial do País e sobretudo pelos seus abundantes recursos naturais, denotando uma percepção vulgar, romântica e irrealista sobre a relação entre população, economia e desenvolvimento;
2. a aspiração governamental por uma rápida redução da mortalidade e da morbilidade carece de acções correspondentes a nível da reprodução humana, por forma a contrariar e eventualmente estancar a explosão demográfica, no sentido de se restaurar um equilíbrio sustentável entre os componentes da dinâmica populacional;
3. a política de migração (incluindo emigração e imigração) tem revelado, ao longo dos anos, graves manifestações de anti desenvolvimento quer da população quer da sociedade moçambicana em geral. Desde 1975, a questão migratória vem sendo abordada de forma frequentemente preconceituosa, controversa, por vezes com alguma propensão para a xenofobia e o nacionalismo estreito. Enquanto não formos capazes de superar tais preconceitos continuaremos a ter dificuldades em usar a política de migração a favor do desenvolvimento nacional, o que será um desperdício do ponto de vista da melhoria da qualidade e capacitação da população moçambicana.

Estes são apenas três entre muitos exemplos ilustrativos da necessidade de se debater os problemas da população moçambicana. Como defendeu Francisco (2007) a PNP de 1999 precisa de ser revista, não só para que reflecta os novos resultados de pesquisas recentes, como também para que assuma uma função mais progressiva e pró-activa no processo de desenvolvimento moçambicano.

IDeIAS Nº37 – ENVELHECIMENTO POPULACIONAL EM MOÇAMBIQUE: AMEAÇA OU OPORTUNIDADE?

Gustavo T. L. Sugahara e António A. da Silva Francisco

Imaginemos se as gerações passadas tivessem tido a possibilidade de contemplar em plena consciência os momentos iniciais de grandes transformações socioeconómicas e tecnológicas, como foram por exemplo, a revolução industrial que começou na segunda parte do Século XVIII, as revoluções verdes em várias regiões do mundo, no Século XX, e as grandes crises financeiras internacionais em 1929 e 2008, entre outras. Imaginemos ainda, que para além do privilégio de prever acontecimentos de grande impacto na sociedade, poderíamos tirar também proveito da experiência vivida por países que já tivessem passado por processos de mudança similares. Quão privilegiados seríamos do ponto de vista analítico, da compreensão e sobretudo da possibilidade de nos prepararmos com tempo para as consequências de tais transformações? Pensar o tema do envelhecimento populacional em Moçambique, oferece-nos exactamente esta possibilidade. A importância e o impacto das dinâmicas demográficas são frequentemente negligenciados nas análises associadas à formulação e monitoria de políticas públicas. Isto acontece principalmente porque as transições demográficas acontecem de forma gradual e subtil. No entanto, os próprios fenómenos demográficos acabam por se impor como fenómenos objectivos que são, independentemente da vontade subjectiva das pessoas. Obviamente, melhor seria que os fazedores de políticas tomassem consciência e, sempre que possível, se antecipassem aos acontecimentos previsíveis. A presente nota visa contribuir para a tomada de consciência das ameaças e oportunidades do fenómeno do envelhecimento populacional, numa altura em que Moçambique tem o privilégio de pensar e preparar-se com tempo, para lidar com os desafios impostos pela mudança da estrutura etária populacional. Este texto faz parte de um estudo mais extensivo e aprofundado, iniciado recentemente pelos seus autores, no âmbito do programa do Grupo de Investigação (GdI) de Pobreza e Protecção Social (PPS) do IESE. De forma resumida, a mensagem

partilhada nesta nota compreende três pontos principais: 1) O envelhecimento populacional é uma das conquistas principais da humanidade moderna, mas os seus potenciais benefícios, para a sociedade em geral, não são automáticos nem estão antecipadamente garantidos; 2) O facto de Moçambique se encontrar ainda numa fase embrionária do envelhecimento populacional, oferece uma oportunidade ímpar. Será que a sociedade moçambicana irá aproveitar tal oportunidade?; e 3) A resposta à questão anterior dependerá da tomada de consciência e do que for feito, nas próximas décadas.

Envelhecimento como conquista e o paradoxo da longevidade

Em geral, todos queremos viver mais. Neste sentido o envelhecimento populacional é em si uma conquista. Em termos técnicos é um fenómeno que resulta do aumento da esperança de vida à nascença e da redução da fecundidade numa determinada população. Um fenómeno que está longe de ser um tema de investigação novo. É bem visível na alteração etária ao longo do tempo, da forma clássica piramidal da estrutura da população, para formas mais rectangulares, fruto da redução dos grupos de idades mais jovens e aumento dos grupos idosos (Figura 1).

A drástica redução da taxa de fecundidade, na sequência ou em simultâneo à significativa redução da mortalidade e expansão da longevidade, tem gerado profundas alterações demográficas desde a base ao topo da estrutura etária populacional, como ilustra a Figura 1, referente às Maurícias. São transformações globais que ocorrem a ritmos diferentes, observadas em todas as regiões do mundo, ao longo dos últimos dois séculos e meio.

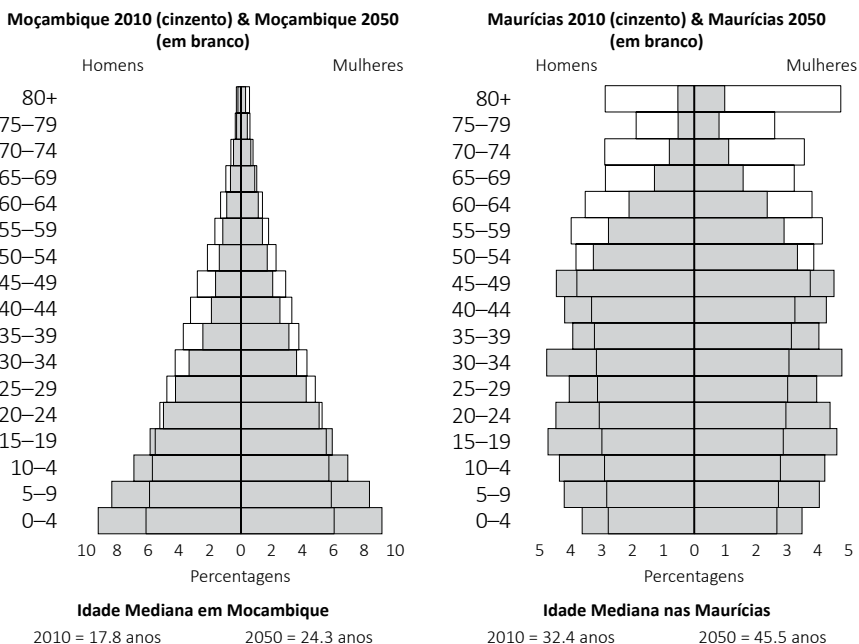
Não é claro se tais transformações globais da estrutura etária começaram por ser consequência, ou pelo contrário, foram uma das causas da revolução industrial, da urbanização, da crescente inserção das mulheres nos sistemas de mercado de trabalho e dos diversos avanços na medicina moderna. Devido ao facto de a transição demográfica ter sido muitas vezes acompanhada do crescimento económico, por vezes assume-se que ela é uma consequência do crescimento económico, uma perspectiva que tem vindo a ser posta em causa (Dyson, 2010).

Embora a proporção de idosos em relação à população total seja substancialmente maior nos países desenvolvidos, a transformação nos países em desenvolvimento tem sido bastante acelerada. Na segunda metade do século XX, as regiões da América Latina e da Ásia registaram mudanças rápidas e profundas nas taxas vitais, atingindo recentemente níveis de fecundidade próximos dos países mais desenvolvidos.

A África Subariana é a única grande região continental que permanece numa fase inicial da transição demográfica, contando ainda com grandes variações regionais; mas quando se consideram os dados desagregados para os países africanos, um número crescente de países está já a viver o fenómeno do envelhecimento populacional (Francisco, 2010, p.31, 2011, p.48; Sandell, 2004).

A Figura 1 ilustra graficamente a diferença entre, por exemplo, a população de Moçambique e a população das Maurícias. Se as projecções (na variante mediana) da U.N. se confirmarem, a idade mediana da população moçambicana aumentará de 17,8 em 2010 para 24,3 anos em 2050. Por seu turno, a população das Maurícias é já visivelmente mais adulta e envelhecida, com uma idade mediana de 32,4 anos em 2010, prevendo-se que aumente para 45,5 anos em 2050 (UN, 2011). As mudanças resultantes da transição demográfica manifestam-se directamente na mudança da composição e organização das unidades familiares, na relação entre o trabalho e outros factores produtivos, nas condições laborais e nas formas de protecção social, conduzindo ao confronto entre a conquista do aumento da longevidade humana, e um “ideal” de “eterna juventude”, fenómeno descrito por Sugahara (2009, pp. 38-61) como o “paradoxo da longevidade”.

Figura 1 – Comparação da pirâmide etária de Mocambique e Maurícias 2010 e 2050



Fonte: <http://esa.un.org/undp/wpp/Excel-Data/population.htm>

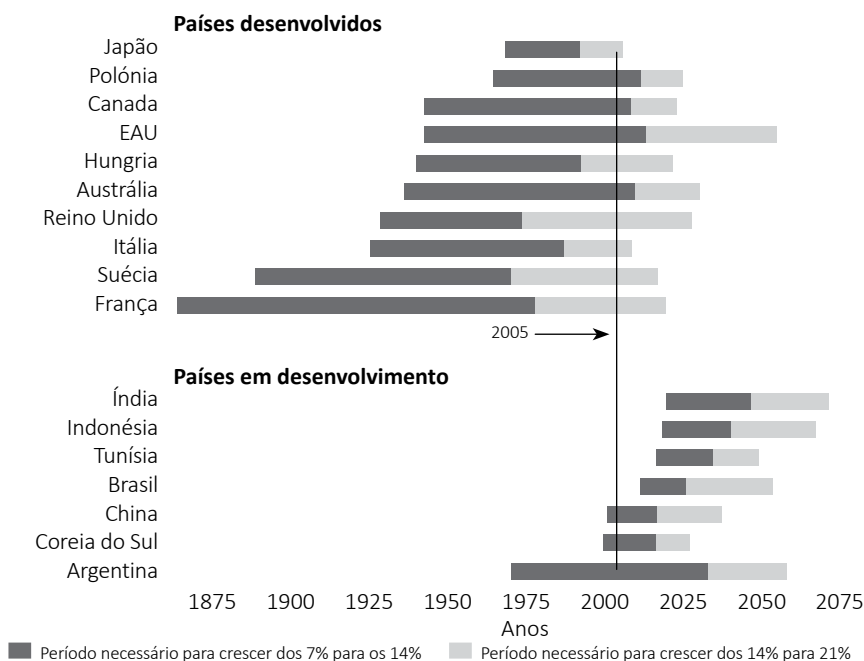
Por uma análise moçambicana: envelhecer antes, ou depois, de enriquecer?

Em contraste com a maior parte dos países desenvolvidos, onde a população idosa representa já uma parcela bastante significativa da população total, Moçambique encontra-se ainda nos “primórdios” da transição demográfica (Arnaldo, 2007; Francisco, 2011, p. 63). Segundo o INE (2010, p.10) a idade mediana da população moçambicana é de 17 anos, enquanto o grupo de pessoas com 60 ou mais anos de idade representa 4,7% da população total (cerca de um milhão de pessoas). À primeira vista, a proposta de reflexão sobre o envelhecimento em Moçambique pode parecer desajustada ou precipitada, num país onde as projecções demográficas disponíveis indicam que, ao longo da primeira metade do Século XXI, o aumento da proporção de idosos deverá ocorrer lentamente (Francisco, 2011, p.52; INE, 2010). Contudo, só por imprudência ingénua ou ignorância irresponsável, alguém poderá nos dias de hoje, pôr em causa a consideração antecipada de um fenómeno tão previsível como é o envelhecimento populacional. Na verdade, apesar do envelhecimento da população moçambicana ser embrionário, de facto, ele já está em curso, resultante do processo de transição da mortalidade de níveis elevados para níveis progressivamente baixos. Esta transição da mortalidade tem tido como consequência imediata, a aceleração do crescimento populacional. Enquanto a transição da fecundidade não se generalizar a todo o país, o crescimento populacional acelerado deverá sobrepor-se ao envelhecimento, mas posteriormente, este último acabará por suplantar o primeiro (Francisco, 2011; Dyson, 2010).

Um número crescente de países encontra-se actualmente na situação delicada de terem envelhecido mais depressa do que enriqueceram. É o caso da China, Brasil e muitos outros, que viveram processos acelerados de transição demográfica, na segunda metade do Século XX. “Envelhecer antes de enriquecer?”, foi a pergunta feita por Brito (2010), em referência ao caso Brasileiro.

A Figura 2 mostra que a velocidade do envelhecimento populacional nos países em desenvolvimento tende a ser mais acelerada do que nos países desenvolvidos. A mesma Figura 2 mostra o tempo necessário para a população com 65 ou mais anos de idade, aumentar de uma proporção de 7 para 14 por cento, e de 14 para 21 por cento, variando significativamente entre os países. Por exemplo, na França o aumento dos idosos de 7 para 14 por cento demorou cerca de cem anos, mas em apenas 40 anos a sua proporção aumentou para 21 por cento da população total. Em países como Brasil, China e Coreia do Sul, a mudança nas proporções foi muito diferente, em alguns casos inversa, do que aconteceu na França ou Suécia (Vos *et al.*, 2009). Em Moçambique, embora o ritmo de crescimento da parcela da população idosa seja relativamente lento, a questão levantada por Brito é pertinente e deve ser tida em conta, na difícil tarefa de contextualização do debate acerca do envelhecimento populacional no país.

Figura 2 – Tempo necessário para que a parcela da população com 65 ou mais anos de idade passe dos 7 para os 14 por cento, e dos 14 para os 21 por cento, países seleccionados.



Fonte: *Extraído de Vos et al. (2008)*

Envelhecimento: ameaça ou oportunidade?

Em rigor, apesar do envelhecimento populacional em Moçambique estar no início, a população moçambicana já conta com um efectivo acima de um milhão de pessoas com 60 e mais anos de idade. Esta parcela da população, apesar de ser pequena em termos relativos, já não é insignificante em termos absolutos, principalmente se até mesmo para este número de pessoas é difícil proporcionar-lhe condições dignas de vida, de participação e contribuição para a sociedade.

Moçambique está actualmente a viver o período inicial e embrionário de um processo que, num futuro mais ou menos distante (dependendo do ritmo da transição da fecundidade), irá converter-se no que actualmente se entende por envelhecimento populacional. A possibilidade de se acompanhar tal processo, desde a sua gestação, oferece uma oportunidade única de reflexão, mas mais importante ainda, é a oportunidade que a sociedade tem de se preparar com tempo para as mudanças estruturais previsíveis na composição demográfica.

O actual período é, desde já, uma grande oportunidade de investigação científica, cujos resultados poderão ser fundamentais para o desenvolvimento do país. Sendo o envelhecimento um assunto eminentemente interdisciplinar, o leque de temas a serem abordados é muito vasto e diversificado. Todas as características do processo de envelhecimento populacional moçambicano até aqui mencionadas, merecem estudos mais sistemáticos e aprofundados.

O “momento histórico” para países como Moçambique é, portanto, uma preciosa oportunidade no que diz respeito à construção de um melhor relacionamento entre a sociedade e a população idosa. Não apenas pelo que se pode evitar, principalmente em relação a preconceitos sobre os idosos e diversas barreiras que impedem o real contributo desta população para a sociedade, mas também pelo que se pode aprender da actual relação existente, quando o idoso ainda representa uma “figura rara” na sociedade moçambicana.

Referências

- Arnaldo, C. (2007). *Fecundidade e seus Determinantes Próximos em Moçambique: Uma análise dos níveis, tendências, diferenciais e variações regionais*, Maputo: Texto Editores.
- Brito, F. (2010). A Reinvenção da Transição Demográfica: Envelhecer Antes de Enriquecer? CEDEPLAR/FACE/UFMG. *Disponível em*: www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20401.pdf.
- Dyson, T. (2010). *Population and Development: The Demographic Transition*, Zed Books.
- Francisco, A. (2010). Enquadramento Demográfico da Protecção Social em Moçambique: Dinâmicas Recentes e Cenários Prospectivos. *Disponível em*: [www.iese.ac.mz/lib/Francisco, A., 2011. Enquadramento Demográfico da Protecção em Moçambique. Cadernos IESE, 6. www.iese.ac.mz/? __target__=publications_documents](http://www.iese.ac.mz/lib/Francisco,%20A.,%202011.%20Enquadramento%20Demográfico%20da%20Protecção%20em%20Moçambique.%20Cadernos%20IESE,%206.%20www.iese.ac.mz/?__target__=publications_documents).
- INE. (2010). Projecções Anuais da População Total, Urbana e Rural, Moçambique (2007–2040). Portal do Instituto Nacional de Estatística. *Disponível em*: www.ine.gov.mz/populacao/projecoes/proj_pop_moz.
- Sandell, R. (2004). North Africa: Grappling with Demography. *Disponível em*: www.realinstitutoelcano.org/documentos/147/Sandell147.pdf.
- Sugahara, G. (2009). Cidades Criativas e Envelhecimento Populacional, Tese de Mestrado. ISCTE-IUL.
- UN (United Nations). (2011). World Population Prospects, the 2010 Revision. *Disponível em*: <http://esa.un.org/unpd/wpp/unpp/p2k0data.asp>.
- Vos, R., Ocampo, J.A. & Cortez, A.L. (2009). *Ageing and Development*. London: Zed Books. *Disponível em*: publication/conf_oit/Antonio_Francisco.pdf.

IDeIAS Nº46 – DESAFIOS DA DUPLICAÇÃO DA POPULAÇÃO IDOSA EM MOÇAMBIQUE

Gustavo Sugahara e António Francisco

Introdução

A maioria dos moçambicanos que nascem presentemente, por exemplo em 2012, continua a ter *chances* muito reduzidas de viverem uma vida longa e saudável, comparativamente à longevidade em países mais desenvolvidos. A esperança média de vida à nascença do Moçambicano ronda os 50 anos de idade, o que representa cerca de 60% da esperança de vida de um japonês (83 anos) e 72% do nível médio de longevidade mundial (68 anos). Segundo as projecções do Instituto Nacional de Estatística (INE), somente dentro de trinta anos a esperança de vida dos Moçambicanos atingirá o nível médio actualmente registado no Mundo, mas de acordo com a ONU será ainda mais tarde (INE, 2010, p.41; UN, 2011).

Esta nota coincide com o Dia Mundial da População, data celebrada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no dia 11 de Julho. Aproveitando a oportunidade, o IESE considera pertinente destacar alguns aspectos relevantes sobre as características, a dinâmica, as perspectivas de evolução e os desafios da população moçambicana. Este texto inspira-se e faz parte de uma discussão mais abrangente que o Grupo de Investigação Pobreza e Protecção Social do IESE vem realizando, com destaque para alguns trabalhos recentes sobre a problemática do envelhecimento, emprego e protecção social (Ibraimo, 2012; Sugahara & Francisco, 2011; Sugahara & Francisco, 2012).

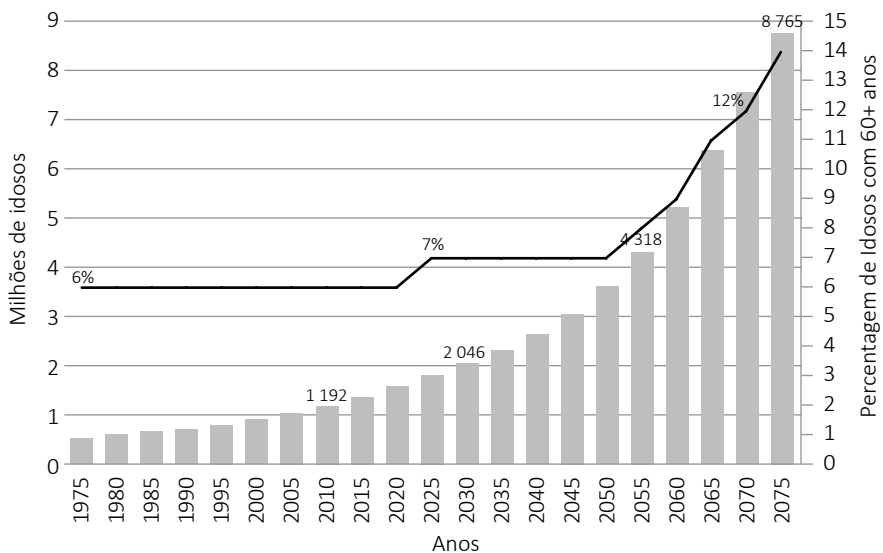
Mudança sem precedentes em perspectiva: de 5% para 12%

Embora a estrutura etária da população moçambicana ainda seja muito jovem (típica de uma população subdesenvolvida), existe, no entanto, uma parte dela que sobrevive até à velhice. De acordo com as projecções do INE, a idade mediana da população

ronda os 17,1 anos em 2012; a população com 18 e mais anos representa 52% do total da população, dos quais 4,6% tem 60 e mais anos de idade. A Figura 1 ilustra esta mudança representando a evolução da Taxa de Dependência da População Idosa (TDPI) em Moçambique, entre 1975 e 2070; isto é, a taxa correspondente à proporção da população idosa, frequentemente considerada economicamente inactiva, em relação a população activa, entre 14 e 65 anos (Figura 1) (INE, 2010).

Se é verdade que a percentagem de idosos continua relativamente baixa, comparativamente a outros grupos populacionais, não é menos verdade que este efectivo de cinco por cento totaliza já, em termos absolutos, mais de um milhão de pessoas. Um número suficientemente elevado para não ser ignorado, principalmente quando os sistemas de protecção social formais moçambicanos se mostram incapazes de os absorver e assistir nos programas de segurança social básica, obrigatória e/ou complementar disponíveis.

Figura 1 – Moçambique: População idosa (milhões) e taxa de dependência da população idosa (%), 1975–2070



Fonte: UN, 2011

Mas voltando ao Moçambicano ou Moçambicana que nasce actualmente. Encontramo-nos hoje perante um facto inédito na história de Moçambique. Aqueles que nascerem actualmente e tiverem a sorte de fazer parte do pequeno grupo que sobreviva até à velhice, quando atingirem os 60 anos de idade, farão parte de um grupo etário com mais do dobro de pessoas existentes nos dias de hoje. Ou seja, por volta do ano 2072 (daqui a 60 anos) a população idosa deverá representar cerca de

12% da população total¹. No próximo meio século a população idosa moçambicana aumentará de pouco mais de um milhão de pessoas para cerca de nove milhões, na década de 2070 (Figura 1).

Uma mudança da estrutura etária da população, de pouco menos de 5% de idosos actualmente, para mais de 12% quando uma criança que nasça actualmente tiver 60 anos, representa uma transformação demográfica sem precedente na história de Moçambique. Os jovens de hoje, idosos de amanhã, certamente não têm consciência do que os espera, no futuro. Mas até que ponto as pessoas de meia-idade e idosas de hoje, estão a fazer algo de significativo para deixarem um futuro melhor para os seus descendentes?

Moçambique no contexto regional

Estudos recentes do IESE têm destacado a natureza incipiente da transição demográfica moçambicana; ou seja, a transição de um regime demográfico antigo, caracterizado por altas taxas de mortalidade e de natalidade, e um crescimento populacional baixo (Francisco, 2011). Porém, assumindo que a transição em curso prossiga a ritmo lento, nas décadas futuras, como ilustram os factos aqui sublinhados, a estrutura e composição populacional irá mudar significativamente.

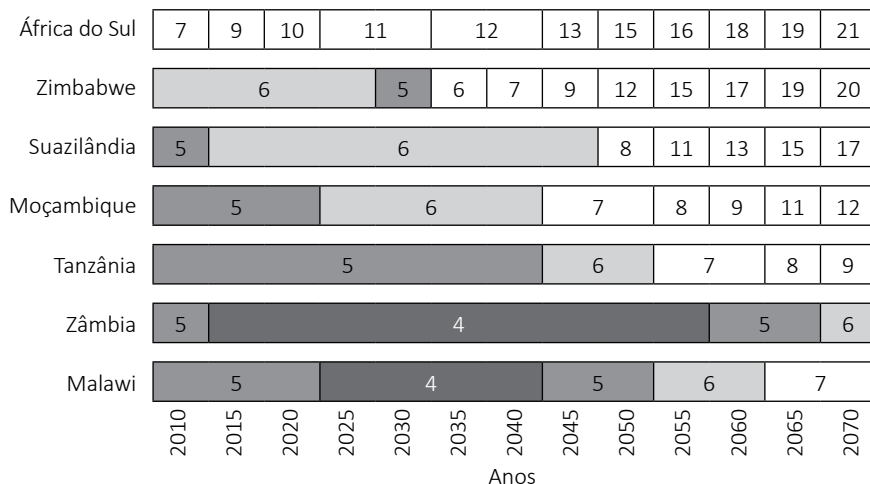
A Figura 2 destaca o número de anos que se prevê necessário para que a população idosa aumente a sua proporção ao longo do tempo, e como esta mudança em Moçambique se compara com alguns países vizinhos. A proporção de idosos com 60 anos e mais deverá, ao final de um longo período não representado na figura, demorar pelo menos 70 anos a ultrapassar 5% do total da população. Porém, depois disso, prevê-se que acelere rapidamente: cerca de 20 anos a atingir 6%, 10 anos atingir 7% e apenas cinco anos para atingir 8%. Ou seja, no próximo meio século o crescimento da proporção de idosos deverá ser exponencial. Isto é consistente com as sucessivas duplicações da população idosa, ilustradas pela Figura 1. Sobre a importância da função exponencial e a duplicação da população moçambicana em geral ver Francisco (2012).

A Figura 2 permite também observar as mudanças em Moçambique em comparação com alguns países vizinhos. África do Sul, Zimbábwe e Suazilândia apresentam mudanças mais aceleradas do que Moçambique, particularmente o primeiro, mais avançado no processo de transição demográfica, urbanização, e crescimento económico. Até 2070, a parcela da população idosa sul-africana deverá atingir 21%, correspondente ao nível actual nos países mais desenvolvidos.

¹ Esta mudança demográfica será muito mais significativa se a classificação oficial da população idosa em Moçambique fosse usada (55+ para mulheres e 60+ para homens) (Conselho de Ministros 2002). Aqui usa-se para facilitar a comparação internacional (60 e mais anos de idade).

Em suma, mesmo prevendo que este processo de mudança ocorra de forma lenta (numa perspectiva humana e individual, pois do ponto de vista evolucionário esta mudança é muito rápida) também em Moçambique o envelhecimento não será um processo tão distante como se imagina. No contexto da África Austral, Moçambique possui já o terceiro maior contingente de idosos (Sugahara & Francisco, 2011).

Figura 2 – Parcela da população com 60 ou mais anos de idade – países seleccionados



Fonte: UN, 2011

Desafios da duplicação: prevenir é melhor do que remediar

Que tipo de políticas adoptar para que Moçambique beneficie de facto da duplicação populacional? Se actualmente a maioria dos idosos carece de uma velhice confortável, digna, e sem a preocupação de ter de trabalhar para garantir o seu sustento, o que acontecerá dentro de meio século, quando os idosos forem cerca de nove milhões?

No contexto particular de Moçambique os desafios colocados pela população idosa relacionam-se intimamente com os desafios do desenvolvimento mais geral do país, mas como temos argumentado, ambos os desafios são plenamente conciliáveis. Há, no entanto, um enorme risco de o contingente mais velho da população ter menos voz e ser sub-representado; principalmente se a oportunidade referida no nosso artigo de 2011 for desperdiçada, e Moçambique cair na armadilha de repetir, num contexto ainda mais adverso, os mesmos erros cometidos pelos países mais ricos.

Na Europa a Taxa de Dependência da População Idosa (TDPI) está a tornar-se o indicador que mais preocupa os economistas, por causa da pressão que exerce na população economicamente activa. Este não é o caso em Moçambique, porque a TDPI ainda é reduzida e contrariamente aos países mais desenvolvidos, a generalidade dos idosos moçambicanos (mais de 80%) continua a trabalhar na velhice e sobrevive sem qualquer apoio da segurança social pública (Vos *et al.*, 2009, p.90).

A conversão dos idosos em “dependentes” implica dispor de mecanismos financeiros formais. Em Moçambique, presentemente os sistemas financeiros, tanto formais como informais, fornecem acesso a menos de 25% da população adulta (Vletter *et al.*, 2009) e menos de 5% dos mais de 12 milhões de pessoas convencionalmente na população economicamente activa têm acesso à protecção social formal, contributiva e não contributiva (Francisco *et al.*, 2011, p.308).

Ainda não podemos antever com certeza o que vai acontecer com a economia moçambicana nos próximos 25, 45 ou 65 anos. O facto de Moçambique ser um país com significativas reservas de valiosos recursos naturais (e isto é sabido há muitas décadas, mesmo se recentemente novas avaliações indicam que o potencial é muito maior do que era conhecido) não tem sido suficiente para alterar a condição de extrema miséria e pobreza que vive a maior parte da população. O facto é que por enquanto, a população moçambicana apenas tem sido capaz de usar a riqueza natural para garantir uma subsistência precária.

Referências

- Conselho de Ministros. (2002). *Política para a Pessoa Idosa e a Estratégia de sua Implementação*. Boletim da República, I Série No 45, 12 de Novembro., www.mmas.gov.mz
- Francisco, A. (2011). A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique. *Revista de Estudos Demográficos*, 49(1), pp.5–35.
- Francisco, A. (2012). “Moçambique e a Explosão Demográfica”: Somos Muitos? Somos Poucos? *IDeIAS*, Boletim No 45.
- Francisco, A., Ali, R. & Ibraimo, Y. (2011). Protecção Social Financeira e Demográfica: Desafios para Uma Segurança Humana Digna em Moçambique. In *Desafios Para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 283–331.
- Ibraimo, Y. (2012). Reflexões sobre Emprego e Redução da Pobreza no PARP – Desafios para uma Abordagem Alternativa. In L. de Brito et al., eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: no prelo.
- INE. (2010). Projecções Anuais da População Total, Urbana e Rural, Moçambique (2007 – 2040). *Portal do Instituto Nacional de Estatística*. www.ine.gov.mz.
- Sugahara, G.T.L. & Francisco, A. (2011). Envelhecimento Populacional em Moçambique: Ameaça ou Oportunidade? *IDeAS* No. 37p, p.2.

- Sugahara, G.T.L. & Francisco, A. (2012). Idosos em Moçambique – Romper a Conspiração do Silêncio. In L. de Brito et al., eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: no prelo.
- UN (2011). World Population Prospects, the 2010 Revision. *United Nations (UN)*. <http://esa.un.org/unpd/wpp/unpp/p2k0data.asp>.
- Vletter, F. de, Lauchande, C. & Infante, E. (2009). FinScope Mozambique Survey 2009 –Survey Report.
- Vos, R., Ocampo, J.A. & Cortez, A.L. (2009). *Ageing and Development*, Zed Books.

IDeIAS Nº54 – VIVER MAIS PARA VIVER PIOR?

Gustavo Sugahara, António Francisco e Peter Fiske

Introdução

Os indicadores de riqueza, pobreza, bem-estar e desenvolvimento humano, entre outros, são, e vão certamente continuar a ser controversos. Não é de admirar. Tais indicadores procuram quantificar realidades relativamente simples e familiares, mas que quando submetidas a um olhar mais atento, reflectem uma enorme complexidade de relações sociais, bem como veiculam valores políticos e morais diversos, mais ou menos subjetivos.

A ciência existe precisamente para lidar com a complexidade da vida e encontrar respostas para os seus enigmas, criando instrumentos de análise e medição. É justamente este o objectivo de uma série de indicadores internacionais bem conhecidos que são convertidos em ferramentas de avaliação e monitoria de políticas, cujo impacto incide diretamente na vida das pessoas.

Em Moçambique, os indicadores sobre mudanças sociais têm despertado crescente interesse e calorosos debates, principalmente quando levantam dúvidas sobre a qualidade e direcção das mudanças observadas, bem como o impacto e desempenho dos fazedores de políticas públicas. Um bom exemplo disto acontece anualmente, quando o famoso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é divulgado internacionalmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Todos os anos a divulgação do IDH reacende o debate sobre se os dados e métodos usados influenciaram ou não o péssimo desempenho do desenvolvimento humano moçambicano.

Outro exemplo, igualmente controverso, diz respeito à problemática da estimativa da pobreza, sem dúvida um dos temas mais debatidos em Moçambique. Sobre a pobreza moçambicana, suas causas e determinantes, e sobretudo que políticas poderão contribuir para a sua redução, já foram escritos inúmeros documentos, sendo este inclusive o foco principal de um dos principais documentos programáticos do Governo Moçambicano (GdM) e seus parceiros internacionais, o chamado Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) (GdM, 2011).

Apesar dos esforços em se produzir indicadores sociais, representativos e confiáveis, persistem diversas lacunas quanto à qualidade dos dados, abordagens e metodologias de análise da pobreza e do desenvolvimento humano, a nível nacional, mas sobretudo a nível mais desagregado, por áreas e grupos específicos.

Na sequência de vários artigos sobre envelhecimento publicados anteriormente (Sugahara e Francisco, 2012), no primeiro semestre deste ano o IESE desenvolveu uma investigação sobre as condições de vida da população idosa moçambicana, através de uma pesquisa em parceria com a HelpAge Internacional. Inspirado nos resultados desta pesquisa, este breve texto discute uma ideia, simples, mas relevante: “Todos queremos viver mais”.

Independentemente das condições de vida que os humanos logram alcançar, no decurso da vida, todas as pessoas são movidas por um mesmo impulso de sobrevivência e aspiração a uma vida mais longa. Este é dos instintos mais básicos da vida, não só dos seres humanos, mas de qualquer organismo vivo, com a diferença que os seres humanos desenvolveram a capacidade de percepção e racionalização de conceitos como o “valor” (bem ou mal, certo ou errado, etc.), para além das meras aptidões sensoriais de prazer ou dor encontradas em outros organismos vivos.

Diferentemente dos demais seres vivos, os seres humanos desenvolveram também a capacidade de transformar em realidade a aspiração por uma vida mais longa. Por isso, o indicador de esperança de vida foi convertido numa das evidências de desenvolvimento humano. É justamente no espírito da celebração do triunfo da longevidade humana, que o relatório do FNUAP e da HelpAge Internacional (2012) elegeu o envelhecimento populacional como uma das mais significativas tendências do século XXI.

Entretanto, o aumento da longevidade humana tem gerado novos desafios, nunca antes enfrentados pela humanidade, pelas suas profundas implicações na organização social, económica e cultural das sociedades. Neste sentido, este breve texto chama a atenção para as importantes questões decorrentes do seu título principal: “Todos queremos viver mais, mas o que é que isto implica? Será que o aumento da esperança de vida dos moçambicanos está a ser acompanhado de melhorias no bem-estar dos idosos?”. As respostas a estas questões tomam em consideração estudos anteriores, mas em particular os resultados recentes da acima referida investigação do IESE (Francisco *et al.*, 2013).

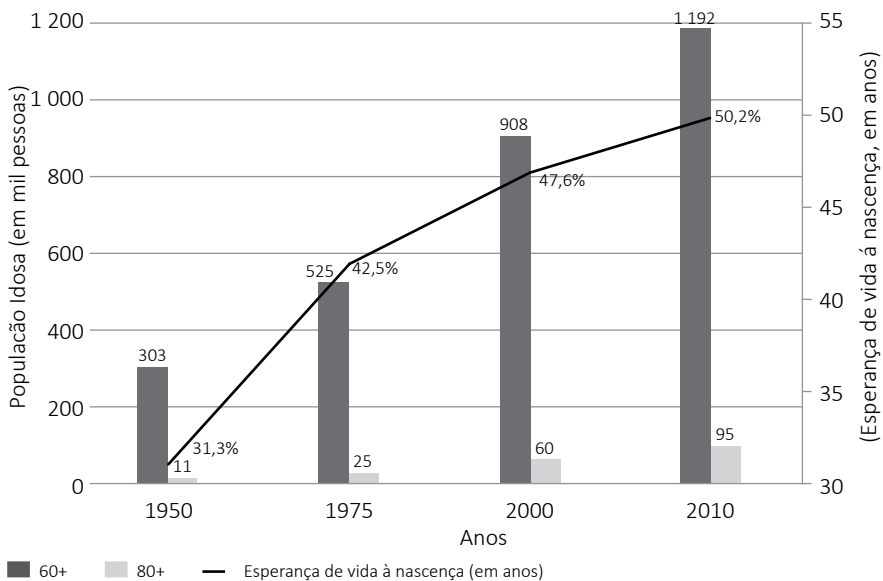
Longevidade: aspiração e realidade

Moçambique possui uma das populações mais jovens no Planeta; uma idade mediana de 17 anos de idade, correspondente a 16 anos, para a população rural, e cerca de 19 anos, para a população urbana (INE, 2010, p. 7).

No último meio século, o aumento da esperança de vida à nascença em Moçambique, ainda que lento mas real, conjugado com o crescimento demográfico nacional (taxa média anual de 2,2% em 50 anos), tem originado uma aceleração do crescimento do efectivo de idosos (Figura 1). De um total de pouco mais de 300 mil idosos em 1950, a população idosa com 60 ou mais anos ultrapassou 500 mil em 1975, e actualmente é estimada em cerca de 1,2 milhões; cerca 5% da população total, estimada em 23,9 milhões em 2010 (UN, 2013). Por sua vez, o grupo de idosos com 80 ou mais anos de idade passou de apenas 11 mil pessoas, em 1950, para 95 mil, em 2010 (UN, 2013) (Figura 1).

O actual efectivo de idosos moçambicanos representa o terceiro maior efectivo de idosos entre os países da África Austral. Para se ter uma ideia do seu peso relativo no contexto moçambicano, refira-se que o total de idosos não é muito inferior ao total da força de trabalho assalariada moçambicana, estimada em cerca de dois milhões de pessoas (Francisco *et al.*, 2013).

Figura 1 – Evolução da população idosa e esperança de vida à nascença em Moçambique, 1950-2010



Fonte: UN, 2013

Por outro lado, cerca de 17% dos agregados familiares tem pelo menos um idoso, se bem que a sua distribuição geográfica e social varie muito no País. Uma maior proporção de idosos encontra-se nos agregados familiares da zona sul do país. Nas províncias de Gaza e Inhambane, por exemplo, cerca de 30% dos agregados familiares

tem pelo menos um idoso, contra apenas 14% nas províncias nortenhas (Niassa, Nampula e Zambézia). Estas diferenças são mais visíveis nos postos administrativos, em que quase 50% de agregados familiares no sul possuem idosos.

O mesmo se poderia dizer de outras características, como por exemplo diferenças de género. Ainda que estas características não sejam o foco deste texto, vale a pena referir, a título ilustrativo, o facto de embora as mulheres representem mais de 50% da população total, menos de um terço dos agregados familiares sejam chefiados por mulheres, mas o hiato entre homens e mulheres vivendo sozinhos é ainda mais expressivo; cerca de 11% das mulheres e apenas 4% de homens vivem sozinhos.

Viver mais... Como?

Os indicadores demográficos acima referidos evidenciam uma inequívoca conquista: os Moçambicanos estão realmente a viver mais. É certo que o hiato entre a esperança de vida dos Moçambicanos e a esperança de vida média mundial ainda é enorme (50,2 contra 70 anos, respectivamente), mas não há dúvida que as pessoas em Moçambique também estão a ampliar a sua longevidade.

Como explicar esta conquista? Não é possível, no espaço reservado a este texto, responder satisfatoriamente a esta questão, mas pelo menos é possível destacar o papel de um dos indicadores de condições de vida mais usados, a incidência da pobreza.

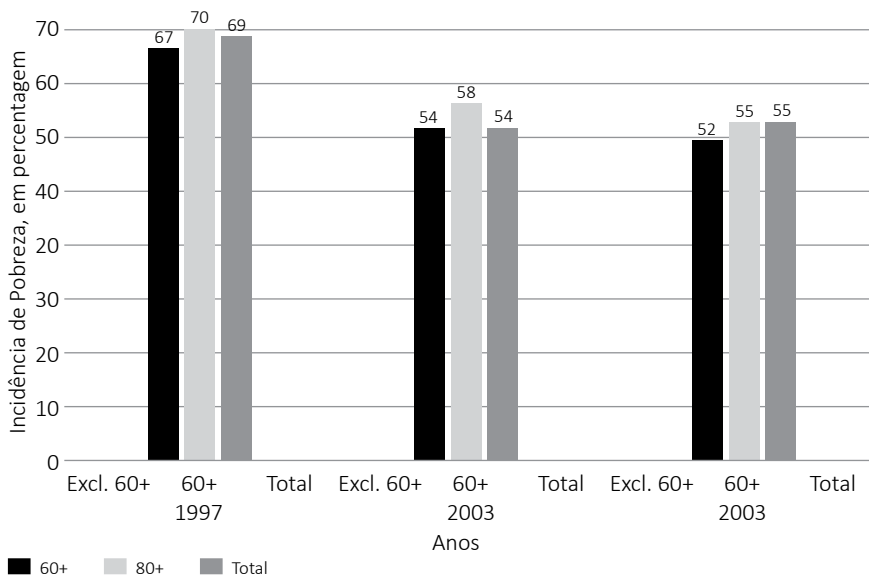
Será que o aumento da longevidade dos Moçambicanos está a ser acompanhado de redução da pobreza entre os idosos? A resposta a esta questão, fornecida pela pesquisa do IESE, acima referida, é consistentemente negativa. Consistentemente, no sentido que conjuga vários métodos e indicadores, aplicados aos melhores e mais actualizados dados estatísticos disponíveis sobre o bem-estar e pobreza em Moçambique.

Destacamos aqui apenas um dos métodos, eventualmente o mais controverso, mas também o mais usado e exposto ao debate, relacionado com a incidência de pobreza com base no consumo. Este é o método escolhido oficialmente pelo Governo de Moçambique (DNEAP, 2010), baseado num conjunto de linhas de pobreza regionais, que tem o mérito de ser facilmente calculável, mas como têm mostrado certos autores possui importantes fragilidades (Alfani *et al.*, 2012; Boom, 2011).

A Figura 2 compara as linhas de pobreza oficial em três anos: 1997, 2003 e 2009. Embora se observe uma redução de agregados familiares vivendo abaixo da linha oficial de pobreza, de 69% em 1997 para 55% em 2009, a diferença nos níveis e variação da pobreza entre agregados familiares com e sem idosos é estatisticamente significativa. Todavia, o aspecto mais evidente, na Figura 2, é que em todo o período considerado (1997-2009), os agregados familiares com idosos são mais pobres, relativamente à população total e aos agregados familiares sem idosos. Em outras palavras, os próprios

indicadores de pobreza oficiais revelam que os idosos moçambicanos são mais pobres do que o resto da população.

Figura 2 – Linha oficial de incidência de pobreza dos agregados familiares (total, com e sem idosos) em Moçambique, 1997, 2003 e 2009



Fonte: DNEAP, 2010

Despertar para a revolução da longevidade

Este texto destaca apenas a versão oficial da pobreza, utilizada pelo Governo Moçambicano e seus parceiros internacionais. Convém referir que a abordagem oficial sobre pobreza tem sido objecto de revisão, por se ter constatado que as limitações dos dados e certas opções metodológicas da abordagem oficial resultaram num padrão pobreza contra-intuitivo e duvidoso (Alfani *et al.*, 2012; Boom, 2011; DNEAP, 2010). Recentes versões corrigidas dos mesmos dados estatísticos colocaram em cheque a conclusão oficial de que a pobreza urbana tem baixado menos do que a pobreza rural. De igual modo, a acima referida investigação realizada recentemente pelo IESE sobre os idosos corrobora as versões corrigidas, recorrendo a um método de bens duráveis em vez do consumo, um assunto que merece ser retomado noutra oportunidade (Francisco *et al.*, 2013)

Em artigos anteriores defendemos a necessidade de se repensar cuidadosamente a relevância da população idosa, superando a percepção enganadora, decorrente do facto da sua proporção ser muito inferior aos demais grupos populacionais (p. ex. crianças, jovens e adultos). Inicialmente falávamos da necessidade de nos anteciparmos

às grandes mudanças estruturais, esperadas para a população moçambicana, mas em rigor, tais mudanças já estão em curso. Moçambique, tal como o resto do Mundo, integra a mudança radical que o pesquisador Alexandre Kalache (2013) designa por revolução da longevidade. Embora mais lentamente do que no resto do Mundo, nos últimos 50 anos Moçambique logrou romper com a esperança de vida estagnada e muito baixa (cerca de 30 anos), prevalecente durante milhares de anos; desde 1950 adicionou mais 20 anos, dos quais onze até 1975, e os restantes nove entre 1975 e 2012. Todavia, uma grande contradição está a enraizar-se perigosamente na sociedade moçambicana. A conquista de uma vida mais longa não está sendo acompanhada pela melhoria das condições de vida, por forma a permitir aos idosos desfrutarem de uma velhice digna.

Se não começarmos a pensar e a agir, desde já, no sentido de invertermos esta situação, os jovens de hoje, que farão parte de um total de 10 milhões de idosos dentro de meio século, correrão o risco de viverem igualmente na precariedade e miséria. Em outras palavras, é urgente que os Moçambicanos despertem para as implicações da conquista da longevidade; se não for por motivos de solidariedade intergeracional, pelo menos que o façam pela motivação egoísta de garantir um padrão de vida digno na sua velhice.

Referências

- Alfani, F., Azzarri, C., D’Errico, M., Molini, V. (2012). *Poverty in Mozambique: New Evidence from Recent Household Surveys* (SSRN Scholarly Paper No. ID 2156797). Rochester, NY: Social Science Research Network.
- Boom, B. van den. (2011). *Analysis of Poverty in Mozambique: Household poverty status, child malnutrition and other indicators 1997, 2003, 2009*. Centre for World Food Studies, VU University.
- DNEAP. (2010). *Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional*. Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP), Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), Maputo.
- Francisco, A., Sugahara, G., Fisker, P. (2013). *Dinâmicas de Bem-estar e Pobreza da População Idosa Moçambicana - Sumário dos Resultados Preliminares Apresentados no Seminário do IESE de 15 de Maio*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo.
- GdM. (2011). *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*. Governo de Moçambique (GdM), Maputo.
- INE. (2010). *Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural, Moçambique (2007 – 2040)* [WWW Document]. Portal do Instituto Nacional de Estatística. URL www.ine.gov.mz/populacao/projecoes/proj_pop_moz.
- Kalache, A. (2013). *The Longevity Revolution - Creating a society for all ages*, Adelaide Thinker in Residence 2012 - 2013. Government of South Australia.

- Sugahara, G.T.L. & Francisco, A. (2012). Desafios da Duplicação da População Idosa em Moçambique.
- UN. (2013). World Population Prospects, the 2012 Revision [WWW Document]. United Nations (UN). URL http://esa.un.org/wpp/unpp/panel_indicators.htm
- UNFPA, HelpAge International. (2012). Ageing in the Twenty-First Century: A Celebration and a Challenge. New York: UNFPA and HelpAge International.

IDeIAS Nº65 – POR QUE MOÇAMBIQUE AINDA NÃO POSSUI PENSÃO UNIVERSAL PARA IDOSOS?

António Francisco e Gustavo Sugahara

Se a pergunta do título é suficientemente indagadora, para que não deixe o leitor indiferente, a resposta não é menos incisiva. Segundo o recente estudo sobre protecção social, realizado pelo IESE, Moçambique não possui uma pensão universal para idosos principalmente porque os benefícios, tanto para aqueles que já são abrangidos como para os que estão a implementar o actual sistema de segurança social, são maiores do que os custos em não optarem por uma alternativa mais efectiva e inclusiva. Em outras palavras, não existem ainda suficientes incentivos para se substituir um sistema selectivo, fragmentado, discriminatório e caritativo, por um sistema universal, inclusivo e potencialmente estruturante de novas relações intergeracionais em prol de uma efectiva coesão social.

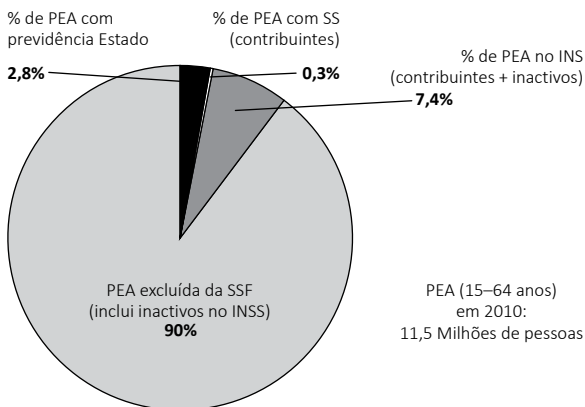
Este resultado foi recentemente apresentado e debatido num dos painéis da IV Conferência Internacional do IESE, realizada em Maputo, nos dias 27 e 28 de Agosto passado (Francisco & Sugahara, 2014). É sabido que conferências internacionais com uma agenda demasiadamente sobrecarregada, como a mais recente do IESE, servem fundamentalmente para promover o debate e partilhar as hipóteses de pesquisa e alguns dos seus resultados. Curiosamente, o que mais se lamentou no referido painel, não foi a falta de tempo para debate; foi a ausência, como sublinhou a moderadora, Dra. Terezinha da Silva, de representantes e técnicos de entidades públicas, tais como o Ministério das Finanças e do Ministério da Mulher e da Acção Social, entre outros.

Para os autores deste texto, a referida ausência poderá, neste caso específico, ter sido mera coincidência. O que não parece ser coincidência são as sucessivas omissões deste tema nos documentos programáticos e estudos recentes, elaborados quer pelo Governo quer pelos seus parceiros internacionais. Não será por acaso, ou mero desconhecimento que entidades como a Organização Internacional do Trabalho, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial

façam vista grossa às pesquisas e propostas adiantadas pela sociedade civil, sobre a pertinência e possibilidade de uma pensão universal para idosos em Moçambique. Principalmente quando tais entidades se propõem a “...documentar os elementos chave da reforma política do sistema de segurança social moçambicano e explorar os argumentos técnicos e financeiros subjacentes às opções políticas do Governo” (Cunha *et al.* 2013, p. iv).

Na apresentação na última Conferência do IESE, não tentamos convencer os participantes dos méritos e das vantagens de uma pensão universal para idosos. Em vez disso, centramos nossa atenção nos motivos da sua negação. Este texto centra-se na secção final da primeira parte da apresentação, sobre o “Actual modelo de Protecção Formal” e principalmente na segunda parte, que responde directamente à questão principal do título. Para isso, recorremos a uma dupla interrogação muito mais específica e operacional: quem beneficia e quem paga pelo actual sistema formal de segurança e assistência social moçambicano? Por outro lado, neste breve texto destacamos uma das fontes de dados mais relevantes para este tema - o estudo do Banco Mundial realizado por Marques *et al.* (2012). Antes, porém, vale a pena clarificar o que nesta pesquisa se entende por pensão universal para idosos.

Figura 1 – População economicamente activa (PEA) e segurança social formal (SSF), Moçambique 2010



Fonte: Francisco, 2010, p. 308; INE, 2011

Pensão universal para idosos é a provisão concedida (em valor monetário ou outros, como seja, isenções ou descontos em transportes públicos, acesso à saúde e outros serviços básicos), a todos os Moçambicanos com 60 anos ou mais de idade, independentemente do género, raça, religião, estado de saúde, renda ou riqueza.

A literatura internacional sobre os méritos e deméritos de uma provisão selectiva e discriminatória *versus* uma alternativa universal é extensiva. Estranhamente, no caso de Moçambique, a insistência na provisão selectiva nunca mereceu uma fundamentação explícita e convincente, em termos analíticos, empíricos e tendo em conta o rico debate internacional sobre esta matéria.

Do rigor da lei à realidade vivida?

Não obstante as declarações de princípio, quer na Constituição da República quer em vários dispositivos legais específicos sobre protecção social, o tecido e o conteúdo do sistema de segurança e assistência social moçambicano, só marginal e de forma até accidental, obedecem aos princípios proclamados: universalidade, progressividade, equidade, inclusão, eficiência, solidariedade, transparência, entre outros.

Seria surpreendente que fosse de outra maneira. A arquitectura do sistema formal de protecção social moçambicano espelha as características e a natureza do sistema demográfico, do Estado e da economia nacional, bem como as várias fragilidades institucionais e da fraqueza da cidadania.

A este nível, o importante a sublinhar é que do ponto de vista da segurança social formal moçambicana, o quadro convencional da Lei de Protecção Social (4/2007) divide-se em três sub-sistemas principais: 1) Social Obrigatório (SO); 2) Social Básico (SB); e 3) Social Complementar (SC). Cada um destes três sub-sistemas abrange um grupo específico de destinatários, aqui designados por nós como: “beneficiários forçados”, “vulneráveis eleitos” e “remediados independentes”.

Beneficiários forçados

Devido à imposição da legislação vigente, a SO compreende as contribuições financeiras obtidas compulsivamente dos trabalhadores assalariados e dos empregadores, nos sectores tanto privado como público. Em 2010 a SO representou 38% do orçamento da protecção social formal. Contudo, como ilustra a Figura 1, no mesmo ano o universo coberto pelo sub-sistema obrigatório rondava apenas 10% da População Economicamente Activa (PEA). Menos de 5% dos cerca de 11,5 milhões de pessoas na PEA tinham acesso ao sub-sistema contributivo privado. Situação semelhante observou-se com a população idosa, da qual 88% (cerca de 900 mil) permaneciam excluídos de qualquer serviço de segurança formal. Além disso, ainda que as pensões geridas pelo Ministério de Finanças abranjam todos os funcionários públicos, estes trabalhadores e seus dependentes, representam menos de 3% da população total (Marques *et al.* 2012, p. 123).

Vulneráveis eleitos

As pessoas escolhidas entre os milhões de Moçambicanos susceptíveis de serem consideradas vulneráveis são as eleitas para desfrutarem da assistência social formal. Ainda que corresponda em geral a 30% dos gastos públicos (ou 44%, excluindo os subsídios), no final, por mais pequena que seja a provisão individual dada, é sempre mais do que nada (Marques *et al.* 2012, p.xii, 120).

Remediados independentes

Os “remediados independentes” são aqueles que geram voluntariamente sua própria segurança social, recorrendo a serviços modernos, tais como: seguros de vida e de saúde. Eles são independentes dos sub-sistemas quer obrigatório quer não contributivo. É um grupo não contemplado no actual Orçamento de Estado, porque se supõe que se as pessoas criarão sua própria segurança social à sua conta e risco. Todavia, não menos importante, na prática os beneficiários dos subsídios fora do sub-sistema complementar parecem ser mais do grupo de “remediados independentes” do que os chamados vulneráveis ou “mais pobres dos pobres”.

Sobre isto, esta pesquisa tem constatado ser precisamente o sub-sistema complementar que mais potencial parece ter em termos de expansão e abrangência, no futuro. Mas para isso, contrariamente ao entendimento convencional dispensado à segurança social complementar, precisamos de admitir que é neste sub-sistema que poderá estar a chave para se conceberem as alternativas realistas, sustentáveis e adaptadas às características da demografia, do Estado e da economia moçambicana. Uma dessas alternativas poderá ser uma pensão universal para idosos.

Quem beneficia e quem paga?

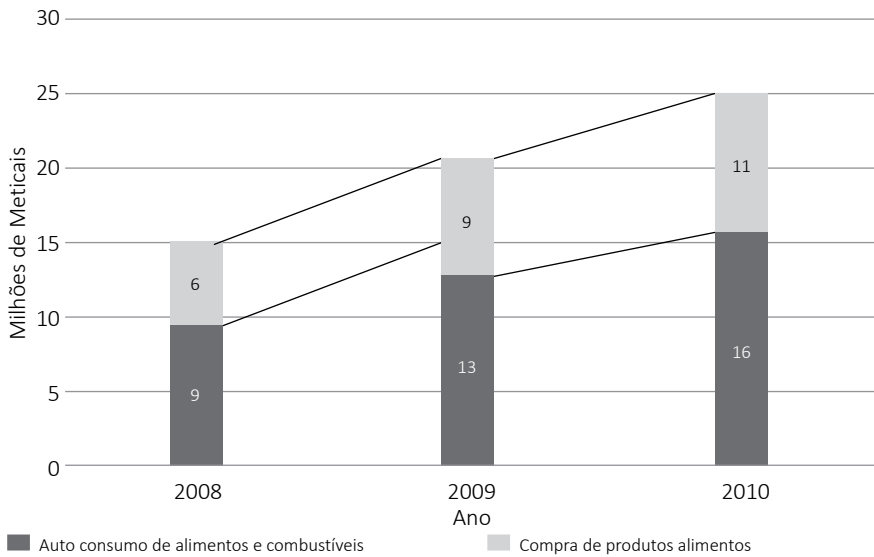
O breve panorama dos sub-sistemas formais de segurança e assistência social, acima descrito, ajuda a responder à primeira parte da dupla questão, enunciada no subtítulo desta secção. A resposta articula as acções, operações e motivações que permitem responder à pergunta principal desta pesquisa.

Quem beneficia?

O sistema formal cobre e beneficia, ainda que numa forma fragmentada, selectiva e discriminatória, cerca de 10% da população moçambicana. Quer sejam eles beneficiários forçados, ou vulneráveis eleitos, ou ainda os remediados independentes, no seu conjunto, este pequeno grupo acaba por ser o principal beneficiário, e talvez, um dos mais influentes

na alocação dos recursos públicos. Basta recordar quem ganhou e quem perdeu na greve dos médicos e enfermeiros em 2013; ou ainda, mais recentemente, o resultado da controvérsia gerada pelos salários e regalias de aposentadoria que os deputados de todas as bancadas na Assembleia da República propuseram para si próprios (OSC, 2014).

Figura 2 – Custos administrativos e benefícios da assistência social não-contributiva, Moçambique, 2010



Fonte: Marques, 2012: 134.

Um segundo grupo de beneficiários do sistema em vigor abrange o complexo esquema montado para operacionalizar os actuais sub-sistemas de segurança social e de assistência social, nomeadamente o último. A Figura 2 mostra que os custos administrativos dos programas do Instituto Nacional de Ação Social (INAS), entre 2008 e 2010, são visivelmente maiores do que os benefícios proporcionados. Tais custos administrativos, geralmente superiores a 20% do custo total dos programas, derivam do enorme aparato envolvido na prestação de benefícios: pessoal administrativo, serviços e subsídios diários aos funcionários nas suas deslocações, transporte e segurança, entre outros. Em casos extremos, como acontece em Maxixe, por cada metical atribuído aos beneficiários, gastou-se um metical para chegar a eles. Num contexto de salários baixos, elevado desemprego e extensiva informalidade, o actual sistema acaba por incentivar um grupo de pessoas a viver mais da renda redistribuída do que da renda por si próprios produzida.

Um terceiro grupo de beneficiários, talvez o mais perverso, deriva da natureza do Estado e das fragilidades institucionais e cidadania; envolve esquemas inconfessáveis,

falta de transparência e confusão de critérios na escolha e identificação dos beneficiários, entre milhões de pessoas potencialmente elegíveis. Isto, por si só, constitui um importante incentivo para não se desejar, ou mesmo bloquear, a busca de mecanismos mais eficientes, baratos e modernos, por via financeira e eletrónica. Por outro lado, como reportam Selvester *et al.* (2012), por esta via a passividade e aproveitamento político e social são fomentados, através do clientelismo, paternalismo e subserviência. O benefício acaba sendo usado como dádiva, fornecida por líderes políticos e burocratas, tanto nacionais como estrangeiros, ou ainda doadores e investidores, como expressão do seu superior altruísmo e generosidade.

Quem paga?

Um primeiro aspecto a considerar, sobre quem paga os custos reais do actual sistema formal de segurança e assistência social, está intimamente relacionado com os benefícios acima descritos. Em geral, os beneficiários directos e principais do sistema prevalecente não são quem suporta os seus custos.

Moçambique possui a segunda maior taxa de participação de idosos na força de trabalho no Mundo (Francisco *et al.*, 2013). A maioria dos idosos trabalha até morrer, mas não são elegíveis ao actual sistema durante a velhice. Eventualmente opta-se pela solução alegadamente possível e mais barata; ou seja, elegem-se os chamados “vulneráveis”, enquanto o resto, a grande maioria, que se arranje por si própria.

Entretanto, quem mais tem sustentado e pago a manutenção do actual sistema formal são os doadores internacionais. Dois terços dos recursos financeiros alocados à SB provêm das poupanças externas. Por outro lado, indirectamente, todo o sistema de ajuda externa que financia as actividades correntes e investimentos sociais, contribui significativamente para a protecção social no sentido amplo, com forte impacto na estabilidade política vivida em Moçambique.

Por fim, a grande maioria das pessoas e famílias moçambicanas que são diariamente empurradas e mantidas na informalidade paga uma factura inestimável mas real. Sem a possibilidade de optarem por formas modernas de protecção social, a maioria das famílias recorre ao trabalho infantil e espera que os idosos se sustentem a si próprios, até morrerem.

Conclusão

Muito provavelmente, o Estado moçambicano só assumirá uma postura progressiva e positiva para com as condições de vida dos idosos, quando o risco e o custo da sua marginalização se tornarem maiores e mais prejudiciais do que são os benefícios actuais, principalmente para os decisores políticos e administradores da coisa pública.

Ironicamente, quanto mais análises sistemáticas têm surgido sobre a alocação dos recursos públicos aos programas selectivos de assistência social, implementados em Moçambique, mais se confirmam a inoperância e incapacidade dos mesmos se tornarem “pró-pobre”. Será isto motivo para surpresa? Nem por isso. Tem pouco sentido esperar que algo se torne universal e inclusivo, quando, desde o início, é concebido e projectado como selectivo e discriminatório.

Referências

- Cunha, N., Pellerano, L., Mueller, J., Lledo, V., Xiao, Y., Gitton, P. (2013). Towards a Mozambican Social Protection Floor – Consolidating a comprehensive social protection system in Mozambique: Analysis of policy alternatives and costs (No. 41). International Labour Office / International Monetary Fund / Oxford Policy Management.
- Francisco, A., Sugahara, G. (2014). Por Que Moçambique Ainda Não Possui Uma Pensão Universal Para Idosos? In: IV Conferência Internacional Do IESE. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo.
- Marques, J.S., Salazar, M., Molini, V., Lukau, A. (2012). Mozambique Social Protection Assessment: Review of Social Assistance Programs and Social Protection Expenditures. Discussion Paper No 1408 .The World Bank.
- OSC. (2014). *Não ao Roubo Legalizado: Uma Análise Socio-Económica dos Salários e Regalias do Presidente da República e dos Deputados da Assembleia da República*. Maputo : Organizações da Sociedade Civil (OSC).
- Selvester, K., Fidalgo, L., Tambo, N. (2012). *Transforming Cash Transfers: Beneficiary and community perspectives of the Basic Social Subsidy Programme in Mozambique*. Maputo: ALNAP.

IDeIAS Nº81 – MOÇAMBIQUE: UM DOS PIORES PAÍSES PARA OS IDOSOS. PORQUÊ?

António Francisco e Gustavo Sugahara

Nas últimas seis décadas a população idosa moçambicana, ou seja, pessoas com 60 anos ou mais de idade, quadruplicou, de pouco menos de 300 mil, em 1950, para cerca de 1,4 milhões actualmente. Este crescimento acompanha o aumento geral da população moçambicana, que vive uma transição demográfica incipiente de altas para baixas taxas de mortalidade e natalidade. Confirma-o a estagnação do índice de envelhecimento (IE) em torno de 11%, nos últimos 65 anos, em claro contraste com a média mundial do IE que aumentou de 27% para 47%, no mesmo período. Diferentemente dos países que já avançaram na transição demográfica, Moçambique encontra-se numa fase incipiente devido ao seu elevado subdesenvolvimento demográfico e económico. É neste contexto que precisamos de entender porque Moçambique é hoje um dos piores países para os idosos viverem. Só progredindo com sucesso na transição demográfica poderá Moçambique transformar a crescente proporção de idosos em envelhecimento populacional. Mas para se converter num país onde as pessoas de todas as idades possam desenvolver e ampliar seu potencial e ter uma vida melhor, terá de realizar também uma transição económica capaz de garantir a melhoria do desempenho em todos os domínios do Índice Global do Idoso, um novo indicador de medida da qualidade de vida e bem-estar socio-económico.

Numa perspectiva ampla da história, viver 60 ou mais anos deve ser visto como uma conquista recente da humanidade. Felizmente, este é um privilégio desfrutado por cada vez mais pessoas no mundo. Privilégio, porque apenas uma pequena percentagem de pessoas que nascem e sobrevivem ao primeiro ano de vida conseguem a proeza de chegar aos 60 anos. A nível mundial são já 12,3% da população humana, correspondente a 901 milhões de idosos. Em Moçambique, este grupo representa uma parcela menor, apenas 5% da população. Dentre

estes moçambicanos idosos só uma ínfima parte consegue viver a última etapa da sua vida com qualidade satisfatória. Em linhas gerais, estas são as principais constatações sobre Moçambique, presentes no relatório *Global AgeWatch Index 201*”, recentemente publicado pela *HelpAge International* (2015) aqui designado em tradução livre por “*Índice Global de Idosos 2015*” (IGI2015).

Entre os 96 países contemplados no Índice Global de Idosos (IGI), cuja população de idosos somada representa 91% do total mundial, Moçambique posiciona-se na 94ª posição, isto é, encontra-se entre os cinco países do índice com piores condições de vida para os idosos. Com a excepção do vizinho Malawi, estes países têm em comum uma longa história de elevada conflituosidade militar e política, como Afeganistão, Cisjordânia e Gaza e Paquistão (Tabela 1).

Diferentemente da nossa reflexão do ano passado (Francisco e Sugahara, 2014), na sequência da divulgação do IGI2014, neste texto procuramos ir além do mero destaque dos resultados do IGI2015, por dois motivos. Primeiro, o perfil e desempenho de Moçambique retratado pelo relatório de 2015 reafirma o que nos foi dado conhecer no ano passado, com a diferença de que Moçambique passa do penúltimo para o antepenúltimo lugar; uma mudança de certo modo irrelevante, considerando as alterações metodológicas introduzidas no último relatório. Segundo, as principais variáveis que integram o IGI2015 são amplamente conhecidas e usadas, quer separadamente quer como parte de outros índices agregados de desenvolvimento (p. ex. o índice de desenvolvimento humano – IDH).

Para além da sua utilidade para acções políticas, no âmbito do activismo da sociedade civil (p. ex., na campanha da *HelpAge International*, visando incorporar objectivos, metas e indicadores na nova agenda de desenvolvimento pós-2015 da ONU), justifica-se perguntar: será o IGI um índice redundante? Qual é a utilidade analítica de mais um índice de desenvolvimento, neste caso focalizado nos idosos, mas no fundo composto praticamente pelas mesmas variáveis incorporadas noutros índices, nomeadamente o IDH?

Se a resposta às questões anteriores ajudar a entender os determinantes directos do desempenho de Moçambique, como terceiro pior país para os idosos viverem, então, a redundância do novo índice fica justificada. Dizemos justificada porque, como tem mostrado Taleb (2012), nas suas investigações sobre incerteza, risco e fragilidade, a redundância está longe de ser gratuita ou inútil. O que seria gratuito era se o IGI passasse a ser usado para escamotear ou banalizar as diferentes dinâmicas de transformação demográfica, económica e sociocultural dos vários países que este novo índice procura medir e avaliar, em termos do desempenho comparado internacionalmente e sobretudo da dinâmica endógena a cada país.

Tabela 1 – Taxa de idosos, Índice de Envelhecimento (IE) e Idade mediana versus Índice Global de Idosos (IGI), 2015

| | | 60+ (%) | IE (%) | Idade Mediana (anos) | IGI (%) |
|----|-------------|---------|--------|----------------------|---------|
| 1 | Suíça | 24 | 160 | 42,3 | 90,1 |
| 2 | Noruega | 22 | 121 | 39,1 | 89,3 |
| 3 | Suécia | 26 | 148 | 41 | 84,4 |
| 4 | Alemanha | 28 | 214 | 46,2 | 84,3 |
| 5 | Canadá | 22 | 140 | 10,6 | 84 |
| | (...) | | | | |
| 38 | Portugal | 27 | 193 | 44 | 52,9 |
| | (...) | | | | |
| 42 | Maurícias | 15 | 76 | 35,3 | 51,8 |
| | (...) | | | | |
| 92 | Paquistão | 7 | 19 | 22,5 | 12,7 |
| 93 | Cisjordânia | 5 | - | - | 12,3 |
| 94 | Moçambique | 5 | 11 | 17,1 | 4,5 |
| 95 | Malawi | 5 | 11 | 17,2 | 4,1 |
| 96 | Afeganistão | 4 | 9 | 17,5 | 3,6 |

Fonte: HelpAge International 2015; UN, 2015

Mais idosos, sem envelhecimento

A taxa de 5% de moçambicanos na faixa etária idosa, ou seja, pessoas com 60 ou mais anos de vida, é uma taxa bruta ou grosseira para medir mudanças estruturais da população, do ponto de vista do envelhecimento. De facto, existem outros indicadores mais refinados, frequentemente usados na demografia, tais como: a idade mediana da população total (em anos) e o índice de envelhecimento (IE). Estranhamente tais indicadores são ignorados no relatório do IGI2015.

O IE é diferente do IGI, porque apenas mede a proporção de pessoas idosas em relação à população jovem. É geralmente expresso como o número de pessoas com 60 ou mais anos (ou também 65+) por cada 100 pessoas menores de 15 anos; ou seja, o rácio entre o topo e a base da pirâmide etária. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens. Conjuntamente com a taxa de idoso e a idade mediana, o IE permite perceber a evolução e velocidade das mudanças na estrutura demográfica. No caso de Moçambique, verificamos que apesar do número de idosos ter quadruplicado, nos últimos 65 anos, a idade mediana e o IE mostram não existir ainda envelhecimento populacional. Em 1950, a idade mediana era 19,1

anos e o IE 11,2%. Em 2015, estima-se que a idade mediana ronde os 17,1 anos e o IE permaneça em 11,3%. Como mostra a Tabela 1 a diferença entre Moçambique e países similares a si é enorme, quando os comparamos com países que já avançaram na transição demográfica.

Em resumo, indicadores como taxa de idosos, idade mediana e IE permitem medir a evolução das mudanças na estrutura demográfica da população, mas nada dizem sobre os determinantes institucionais ou organizacionais, mais directamente relacionados com o desempenho da qualidade de vida e bem-estar dos idosos. É a este nível que o novo índice, o IGI, pode desempenhar um importante papel analítico.

Viver mais sem viver melhor?

O IGI procura medir a natureza multidimensional da qualidade de vida e do bem-estar dos idosos, indicando assim focos concretos para definição de políticas públicas mais adequadas ao processo de envelhecimento populacional. Integra 13 indicadores diferentes, agrupados em quatro domínios-chave: i) estado de saúde; ii) segurança do rendimento; iii) capacidade de educação e de emprego; e iv) ambiente favorável. Numa escala de zero a 100, os países são avaliados segundo o valor sintético do agregado dos 13 indicadores do IGI. Assim, em 2015 Moçambique é avaliado com um desempenho de 4,5%, numa escala potencial de 100 (Figura 1).

Considerando as quatro dimensões do IGI vejamos, de baixo para cima, o que representa cada uma delas. No domínio do estado da saúde Moçambique apresenta um desempenho inferior a um quinto (18,9%), do valor máximo, reflectindo a esperança de vida aos 60 anos (16 anos), a esperança de vida saudável aos 60 anos (11,6 anos) e o relativo bem-estar psicológico (95,7%). Quanto à segurança de rendimento, o desempenho de Moçambique é inferior a um quarto (23%) da pontuação máxima. Este valor baseia-se na incidência de pobreza dos idosos (19%), na renda nacional bruta (RNB) *per capita* (1.018 USD), a segunda mais baixa no grupo; no tipo de sistema de pensões, principalmente sua cobertura (17,3%), mas não considera a regularidade e o valor monetário das prestações. Inclui ainda um indicador de bem-estar relativo do idoso (90,8%). Eventualmente, à medida que o domínio da segurança de rendimento for aperfeiçoado poderá converter-se em mais um indicador de medida da inclusão e exclusão socioeconómica. Neste sentido, foi com satisfação que os autores deste texto viram o recente trabalho do IESE ser usado no relatório do IGI2015, na caracterização das condições de vida dos idosos moçambicanos (Francisco *et al.*, 2013).

Quanto ao domínio da capacidade de emprego e educação, como ilustra a Figura 1, é o que apresenta pior desempenho, entre os quatro domínios do IGI. Moçambique é dos países com maior participação de idosos na actividade laboral (70,4%), por dois motivos principais. Ao longo da sua vida adulta a maioria dos idosos

tem sido incapaz de criar reservas, individualmente ou familiares. Por outro lado, a sociedade moçambicana não tem criado mecanismos públicos e privados adequados às necessidades da dupla transição, demográfica e económica, que apenas iniciou.

Finalmente, sobre o “ambiente favorável”, Moçambique apresenta um desempenho de 45%, o melhor nível entre os quatro do IGI. Este desempenho reflecte o nível de conexão social (72%), a segurança física individual (31%), liberdade pessoal cívica (60%) e o acesso a transportes públicos (31%). Contudo, na classificação internacional, este é o único domínio que coloca Moçambique no último lugar, entre os 96 países contemplados.

Não sendo possível alongar muito mais este texto, nem incluir um gráfico similar à Figura 1, com os dados médios mundiais, podemos salientar as diferenças. A média mundial do IGI em 2015 ronda 50%, uma notável diferença relativamente aos irrisórios 4,5% de desempenho moçambicano.

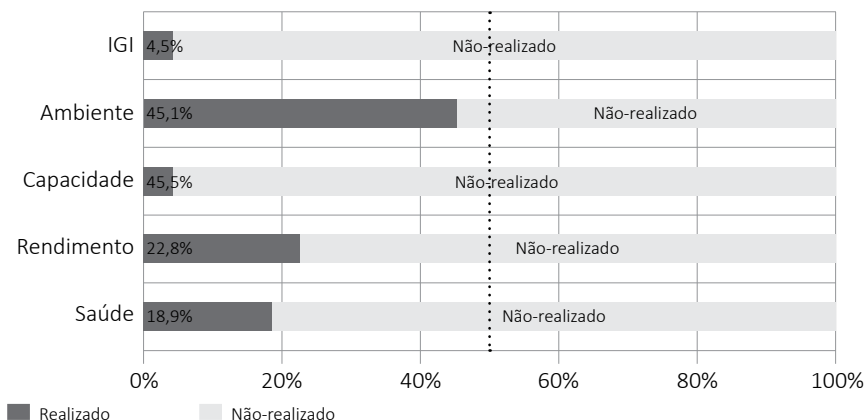
O paradoxo do subdesenvolvimento

A capacidade de o IGI revelar e reflectir a evolução demográfica e económica depende da forma como articulamos este novo índice com os indicadores de estrutura, acima referidos. Outros comentários metodológicos poderão ser deixados para futura oportunidade. Aqui, apenas sublinhamos nossa surpresa que o relatório do IGI2015 ignore indicadores de estrutura tão importantes para uma melhor análise. Considerados em conjunto, fica definitivamente mais fácil perceber que o baixo nível do IGI, no caso moçambicano, deriva do elevado subdesenvolvimento demográfico e económico, um subdesenvolvimento institucional e organizacional, mas também da própria estrutura demográfica da população.

Um país com uma taxa de idosos de 5%, idade mediana da população total rondando os 17 anos, e 11% de IE, tem de facto uma população subdesenvolvida, em termos demográficos e económicos. O subdesenvolvimento demográfico moçambicano manifesta-se de múltiplas maneiras: população muito jovem e dependente do regime demográfico antigo (RDA) de altas taxas de mortalidade e natalidade. Moçambique já iniciou a ruptura com o RDA, como testemunha a elevada taxa de crescimento populacional (cerca de 2,3%) e a aceleração da taxa de duplicação populacional de 48 anos, em 1950, para 25 anos, presentemente (UN, 2015). Porém, enquanto a transição da fecundidade não emergir e se harmonizar com a transição da mortalidade, a transição demográfica, propriamente dita, permanecerá incipiente (Francisco, 2011). Por outro lado, o subdesenvolvimento económico moçambicano manifesta-se na igualmente incipiente mudança da estrutura económica, nomeadamente a quase inexistente transição dos modos de produção mercantil simples e precários, para formas de acumulação de capital e poupanças (individual, familiar e pública), capazes

de sustentar sistemas de protecção social consistentes com o regime demográfico moderno (RDM), de baixas taxas de mortalidade e natalidade e crescimento populacional tendencialmente próximo de zero.

Figura 1 – Índice Global de Idosos: desempenho realizado versus não-realizado, Mocambique 2015



Fonte: HelpAge International, 2015

A sociedade moçambicana aspira a uma maior esperança média de vida, mas não se mostra preparada para lidar com as implicações do alargamento da longevidade, nomeadamente as inevitáveis mudanças na organização sexual, reprodutiva e social, usando o ajustamento da fecundidade e composição familiar à baixa mortalidade. Este é um dos muitos paradoxos do sub-desenvolvimento, num contexto de crescente desenvolvimento global: cria aspirações e elevadas expectativas dissonantes ou desajustadas da capacidade necessária para as realizar. Evidências recentes indicam que enquanto os países não embarcam numa transição da fecundidade o aumento da esperança média de vida tem um efeito negativo no crescimento económico (Cervellati and Sunde, 2015). Não sendo viável, nem mesmo moral ou humanamente aceitável, tentar inverter a tendência da transição da mortalidade, resta uma alternativa. A transição da fecundidade moçambicana terá, eventualmente, que juntar e harmonizar-se com a transição da mortalidade, em curso, há mais de meio século. Se isto ainda não aconteceu, suspeitamos que seja devido ao lento e fraco progresso na transformação económica. Com um crescimento económico tão dependente da poupança externa, como um de nós tem ilustrado em trabalhos recentes, é improvável que os fluxos económicos intergeracionais característicos do RDM substituam os do RDA, na primeira metade do corrente século XXI. E enquanto assim for, dificilmente Moçambique deixará de ser um dos piores países no mundo para os idosos viverem.

Referências

- Cervellati, M., Sunde, U. (2015). The Economic and Demographic Transition, Mortality, and Comparative Development. *American Economic Journal: Macroeconomics*. 73 189–225.
- Francisco, A. (2011). A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique. *Rev. Estud. Demográficos* 49, 5–35.
- Francisco, A., Sugahara, G. (2014). Moçambique é o 95o no Índice Global de Idosos: Um dos Piores Países para Viver e Envelhecer. *Savana No 1082* Outubro, pp 14-15.
- Francisco, A., Sugahara, G., Fisker, P. (2013). *Growing Old in Mozambique: Dynamics of Well-being and Poverty*, Maputo: IESE.
- HelpAge International. (2015). Global Age Watch Index 2015: Insight Report. London: HelpAge International.
- Taleb, N.N. (2012). Antifrágil: Coisa que Beneficiam da Desordem, 1a ed. Alfragide: Dom Quixote.
- UN. (2015). World Population Prospects, the 2015 Revision [WWW Document]. U. N. Dep. Econ. Soc. Aff. Popul. Div. URL <http://esa.un.org/unpd/wpp/>.

